



Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras

TENTATIVAS DE CENSURA E A DEFESA DA LIBERDADE INTELECTUAL NA REDE DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

Carolina João Andrade

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Relatório de estágio especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre,
orientado pelo Prof. Doutor Jorge Manuel Rias Revez



Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras

**TENTATIVAS DE CENSURA E A DEFESA DA
LIBERDADE INTELECTUAL NA REDE DE
BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA**

Carolina João Andrade

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Relatório de estágio especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre,
orientado pelo Prof. Doutor Jorge Manuel Rias Revez

FICHA TÉCNICA

Modalidade de trabalho

Relatório de estágio

Título

Tentativas de Censura e a Defesa da Liberdade Intelectual na Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa

Autor

Carolina João Andrade

Orientador

Professor Doutor Jorge Manuel Rias Revez

Identificação do curso

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Instituição

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ano

2025

Número de páginas

130

RESUMO

Este estudo investiga a emergência de tentativas de censura por parte de utilizadores nas bibliotecas da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa (Rede BLX), tendo como pano de fundo o aumento internacional de contestações a materiais e ações de protesto contra livros. O objetivo principal é diagnosticar este fenómeno em território português, particularmente no contexto das bibliotecas municipais de Lisboa (Rede BLX). A investigação segue três linhas de análise: (1) o nível de preparação dos profissionais de bibliotecas para lidar com tentativas de censura; (2) a frequência e a natureza dos casos de contestações de materiais e produtos da biblioteca, e (3) a cultura profissional relativa à defesa da liberdade intelectual, à luz do debate entre neutralidade e ativismo. Os resultados indicam que, embora os casos de contestação nas bibliotecas da Rede BLX sejam ainda em número reduzido, alinham-se com a tipologia de contestações observadas internacionalmente, particularmente por grupos politizados da extrema-direita, com foco na oposição a conteúdos LGBTQIA+. O estudo revela também que a cultura profissional na Rede BLX segue o paradigma da biblioteconomia social, com os bibliotecários a assumirem o papel de agentes de mudança, embora mantendo uma postura de neutralidade no que diz respeito à disponibilização da informação.

PALAVRAS-CHAVE

Bibliotecas públicas; democracia; liberdade intelectual; Rede BLX; tentativas de censura.

ABSTRACT

This study investigates the emergence of user-driven censorship attempts within the Network of Lisbon Municipal Libraries (Rede BLX), situated against the broader context of the global increase in book challenges. The primary objective is to assess the extent of this phenomenon within the Portuguese context, specifically within the Lisbon municipal libraries (Rede BLX). The research is structured around three key analytical dimensions: (1) the preparedness of library professionals to manage censorship attempts; (2) the frequency and nature of challenges within these libraries; and (3) the prevailing professional culture concerning the defense of intellectual freedom, framed within the ongoing debate between neutrality and activism. The findings suggest that, although instances of contestation within the Rede BLX libraries remain infrequent, they exhibit patterns consistent with the typologies of challenges observed internationally, particularly those driven by politically motivated far-right groups, with a marked focus on opposing LGBTQIA+ content. Additionally, the study reveals that the professional culture within the Rede BLX aligns with the principles of social librarianship, where librarians are viewed as agents of social change while maintaining a neutral stance on matters of information access.

KEYWORDS

Public libraries; democracy; intellectual freedom; BLX Network; book challenges.

Para o Sérgio, com um brilhozinho nos olhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao orientador, Professor Jorge Revez, pelo interesse, prontidão e disponibilidade constante ao longo desta investigação, mas sobretudo pelas aulas de Leitura Pública que a precederam, e de onde saí sempre inspirada e com sentido de propósito. Agradeço à Professora Teresa Costa, ao Professor Carlos Guardado da Silva e ao Professor Luís Corujo, que de formas e em momentos diferentes contribuíram para a concretização deste trabalho.

De forma especial à Dra. Edite Guimarães, por ser possibilitado uma experiência de portas abertas nos equipamentos da Rede BLX, com uma generosidade que não poderei agradecer o suficiente. Ao Paulo Silva, à Marta Marques e à Elisabete Santa-Bárbara pela ajuda amiga ao longo do estágio. Com especial carinho, à Filipa Barros e à equipa da Biblioteca de Belém.

E principalmente ao Sérgio, companheiro de todos os momentos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE SIGLAS.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	x
INTRODUÇÃO.....	1
1. Estado da Arte	7
1.1. Biblioteca Pública como instrumento da Democracia.....	8
1.1.1. Biblioteconomia Participativa	12
1.1.2. Liberdade Intelectual como “core value” profissional	15
1.2. Tentativas de censura nas bibliotecas públicas.....	19
1.2.1 Literatura científica sobre censura nas bibliotecas públicas.....	23
1.2.2. Papel dos bibliotecários na defesa da Liberdade Intelectual	31
1.3. Livros contestados em Portugal: o início do fenómeno?.....	39
2. Objetivos e Abordagem Metodológica.....	45
2.1. Objetivos.....	45
2.2. Base conceptual e abordagem interpretativa	47
2.3. Instrumentos de recolha de dados.....	48
2.3.1. Análise Documental	49
2.3.2. Inquérito por entrevista.....	50
2.3.3. Inquérito por questionário	52
3. Análise dos Dados	57
3.1. Resultados da Análise Documental	57
3.1.1. Rede de Bibliotecas de Lisboa: Percurso histórico e modelos de gestão.....	57
3.1.2. Base conceptual e linhas orientadoras: Democracia Cultural	62
3.1.3. Contestação de materiais	68
3.2. Resultados das Entrevistas	72
3.3. Resultados do Inquérito por Questionário	79
4. Discussão dos Resultados	91
4.1. Grau de preparação para a resposta a casos de contestação	91
4.2. Casos de contestação	92
4.3. Cultura profissional relativa à defesa da liberdade intelectual	93
CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

APÊNDICES	113
APÊNDICE A – Guião do Inquérito por entrevista.....	113
APÊNDICE B – Formulário do inquérito por questionário.....	114

LISTA DE SIGLAS

ABF – *Association des Bibliothécaires de France*

ACL – *Association of College & Research Libraries*

ALA – *American Library Association*

AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação e Identidade de Género

APDIS – Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde

APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CFLA – *Canadian Federation of Library Associations*

CILIP – *Chartered Institute of Library and Information Professionals*

DMC – Direção Municipal de Cultura

DRB – Divisão da Rede de Bibliotecas

EIU – *Economist Intelligence Unit*

FAIFE – *Freedom of Access to Information and Freedom of Expression*

FEPL – *Future of Europe for Public Libraries*

FESABID – *Federación Española de Sociedades de Archivística, Biblioteconomía, Documentación y Museística*

FTRF – *Freedom to Read Foundation*

IAF – *International Authors Forum*

IFCS – *Intellectual Freedom Challenges Survey*

IFLA – *International Federation of Library Associations and Institutions*

INCITE – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica

IPA – *International Publishers Association*

LGBTQIA+: Lésbica, gay, bissexual, transgénero, intersexo, *queer/questioning*, assexual.

LIS – *Library and Information Science*

LISTA – *Library, Information Science and Technology Abstracts*

OIF – *Office for Intellectual Freedom*

PEBXXI – Programa Estratégico Biblioteca XXI

PLG – *Progressive Librarians Guild*

RMBL – Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa

RRT – *(American Library Association) Rainbow Round Table*

SATT – Serviço de Aquisições e Tratamento Técnico

SEDIC – *Asociación Española de Documentación y Información*

SRRT – *Social Responsibilities Round Table*

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Poster IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022 (https://www.ifla.org/public-library-manifesto/)	9
Figura 2. Número de títulos contestados nas bibliotecas dos EUA de 2000-2023. «American Library Association reports record number of unique book titles challenged in 2023», ALA, 2024 (https://www.ala.org/news/2024/03/american-library-association-reports-record-number-unique-book-titles)	20
Figura 3. Cronologia das entrevistas presenciais aos profissionais da Rede BLX.....	51
Figura 4. UOPGs e Bibliotecas à data da Publicação do PEBXXI. Câmara Municipal de Lisboa. Direção Municipal da Cultura. Programa Estratégico Biblioteca XXI: proposta de requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa. (2012).	60
Figura 5. Organização das Bibliotecas da Rede por entidade gestora. Elaboração própria.....	62
Figura 6. Câmara Municipal de Lisboa. (2019). Brochura Rede de Bibliotecas Lisboa: Missão, Visão, Valores. (https://blx.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2020/03/BLX_Missao_Visao_Valores_por_eng-1.pdf)	64
Figura 7. Modelo de Formulário de Pedido de Reconsideração de Material proposta pela ALA. Adaptado do original: https://www.ala.org/tools/challengesupport/selectionpolicytoolkit/sampleforms	71
Figura 8. Q1 - Alguma vez experienciou uma situação em que o utilizador mostrou desagrado relativo ao conteúdo de algum material, atividade, ou material de divulgação da biblioteca?	73
Figura 9. Q7 - Se tivesse de lidar com uma reclamação relativa a conteúdos, que recursos de apoio teria à disposição?.....	77

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Amostra bibliográfica recolhida na Revisão de Literatura Científica	24
Tabela 2. Q4 - Categorias a priori dos conteúdos das reclamações.	75
Tabela 3. Q4 - Categorias a posteriori dos conteúdos das reclamações.	75
Tabela 4. Tempo de serviço dos participantes do Inquérito por Questionário.	81

INTRODUÇÃO

Os anos trinta do século passado foram uma “mancha negra” na história da liberdade intelectual. Talvez o episódio que melhor o ilustre seja o “bibliocausto” na Alemanha de 1933, quando foi queimada publicamente uma série de livros “perigosos” em 34 universidades. Acrescente-se que o ato foi uma iniciativa de jovens apoiantes das ideias nazis, com o apoio dos bibliotecários para a tarefa da confiscação (Sá Santos, 2023). Mas a censura não ocorreu apenas neste tipo de ação quase performativa, e as purgas continuaram nas bibliotecas ao longo de toda a década, como é o exemplo de Essen, onde se estima que tenha sido retirado quase 70% dos títulos (Sá Santos, 2023). Na URSS, manobras semelhantes foram levadas a cabo por Lenine para a promoção do comunismo e a proteção dos cidadãos dos males vindos do Ocidente. Em Portugal, a censura prévia é oficializada na Constituição de 1933. O controlo de conteúdos passava não só pelo mercado editorial, mas também pela fiscalização das coleções e dos fundos das bibliotecas, vedando o acesso ao que não fosse favorável aos valores do regime. Em Espanha, sob o regime franquista, o estado de coisas não era muito diferente e houve também uma purga de livros sobre questões relacionadas com a sexualidade, ou críticas à religião ou ao governo (Sá Santos, 2023).

Passado quase um século, seria natural que pudéssemos respirar de alívio por termos ultrapassado os fantasmas do passado, por podermos dizer em pleno que vivemos em democracia (pelo menos no Espaço Europeu), e que aquele tipo de episódios são apenas possíveis em regimes autoritários. Será assim?

Em 2021, no Texas (Estados Unidos) – “*the land of the free*”, ocorreu um episódio de “caça ao livro”, que resultou na remoção de centenas de títulos das bibliotecas públicas e escolares. Matt Krause, na época membro da Câmara de Representantes do Texas, foi o autor de uma carta endereçada à *Texas Education Agency*, que pedia um relatório a todas as escolas distritais do estado relativo ao número de cópias de uma lista de 850 títulos considerados perigosos e da sua localização, dos fundos dispêndios na aquisição dos títulos desta lista, e ainda a declaração de outros títulos que tratassem o mesmo tipo de temas. Está em causa uma lista que inclui temas como a sexualidade, a educação sexual, a transmissão de doenças sexuais, obras que retratem a experiências de minorias raciais ou problemáticas relacionadas com a comunidade LGBTQIA+, e ainda livros sobre a

Declaração Universal de Direitos Humanos, ou sobre os direitos dos adolescentes (LaRue, 2023). O motivo e a finalidade da lista não foram esclarecidos por Krauser (ainda que, enquanto político, seja conhecido pelo seu conservadorismo), e causou confusão a incoerência ideológica representada no conjunto de títulos, ainda que a polêmica do caso não se cinja à tentativa quase caricatural de remoção de livros de espaços públicos, mas sobretudo ao sucesso da sua concretização. Foram removidos 400 livros da escola distrital San Antonio¹. Em Llano County, as bibliotecas fecharam durante três dias para a realização de uma “revisão” na coleção infantil, e foi ainda cancelado o serviço de acesso a *ebooks* (LaRue, 2023). A iniciativa teve como consequência a intervenção do Governador do Texas, Greg Abbott, também republicano, que escreve à mesma Agência um pedido de investigação/aferição da existência de conteúdos pornográficos nas bibliotecas escolares: um ato político que teve como consequência novas remoções de materiais (LaRue, 2023).

Sabendo a influência que os EUA, enquanto potência, têm no resto do mundo, não só política, mas sobretudo cultural, seria sensato atentar ao clima que se vive no outro lado do Atlântico. Poderá ser a censura nas bibliotecas públicas uma tendência que, como tantas outras, é uma questão de tempo até à sua importação? Encontramo-nos num momento histórico em que a estabilidade do valor da liberdade pode estar comprometida por uma série de ameaças à democracia no mundo ocidental. O clima de polarização política, acompanhado por movimentos populistas e manobras de desinformação, comprometem as condições do “diálogo” e do debate saudável ao nível coletivo. Um dos sintomas deste ambiente em deterioração é o do aumento dos casos de tentativas de censura, um ataque às ideias que se manifesta, mais uma vez na história da Humanidade, no ataque ao livro. Podemos entender estes casos, pela sua subida exponencial num curto espaço de tempo, como um fenómeno que ameaça não só continuar a aumentar, como ainda espalhar o seu raio de ação, uma vez que também as suas potenciais causas estão em expansão.

¹ Vide: *In Texas, Panic Over Critical Race Theory Extends to Bookshelves—The New York Times*. (2021 dezembro 10). Obtido 11 de dezembro de 2024, de <https://www.nytimes.com/2021/12/10/us/texas-critical-race-theory-ban-books.html>

A escolha desta temática foi motivada por um interesse pessoal na área das bibliotecas públicas, em especial na ideia do seu potencial enquanto verdadeiro instrumento de impacto social positivo. A Biblioteca Pública é um dos poucos lugares onde o ideal democrático é plenamente manifesto. Sem fins lucrativos, é um espaço verdadeiramente aberto e ao serviço de todos, oferecendo às pessoas não só a herança passada, mas um ponto de continuidade com o momento presente. Este modelo de funcionamento é uma prova de confiança no potencial das pessoas e no que pode ser concretizado quando há um investimento nelas, com consciência das injustiças e falhas do sistema social no acesso igualitário à educação e à cultura, e procurando ser uma via para as colmatar. A existência de um espaço com este tipo de configuração não deve ser tomada como garantida. O surgimento e aumento de notícias sobre ataques ao livro e às ideias, ocorridas em espaços como bibliotecas, livrarias, escolas, e a constatação da emergência de forças que colocam em causa as condições que possibilitam a liberdade de pensar e de expressar, criaram uma preocupação que constitui a segunda motivação da escolha desta temática. Ainda que estes casos de tentativas de censura recebam cobertura mediática e a atenção do público, em especial no território digital, há uma lacuna ao nível da produção científica sobre o estado de situação português atual, em especial ao nível das bibliotecas públicas/municipais. Contrapondo a afluência de informação mediática e académica vinda do estrangeiro com o vazio informacional relativo a Portugal, a pergunta de partida da investigação foi: “Tendo em conta o panorama internacional de aumento de casos de contestação de materiais nas bibliotecas, será possível observar nas bibliotecas portuguesas repercussões deste fenómeno?”.

Porque esta investigação foi conduzida por apenas uma autora, houve necessidade de circunscrever o universo da amostra a uma zona geográfica (município de Lisboa). No entanto, é um projeto que se apresenta enquanto proposta de trabalho futuro para investigadores que possam fazer o mesmo tipo de levantamento aplicado a outras áreas do país, aproveitando os resultados apurados e partindo dos pontos em que é possível fazer melhorias. A amostra recolhida não é representativa a nível nacional, especialmente porque a realidade de uma capital, pelo privilégio em termos de acessos, pelo público afluente e diversificado, e uma série de outros fatores, é substancialmente diferente da do restante território.

A primeira desconstrução da pergunta inicial foi ao nível da especificação do universo da amostra, definindo-se a partir deste ponto o objetivo principal da

investigação: a delimitação de um diagnóstico da situação relativa ao fenómeno internacional de aumentos de casos de contestação de materiais e tentativas de censura por parte de utilizadores nas bibliotecas da Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa (BLX).

Considerando a possibilidade de que este fenómeno poderia não ter expressão nas bibliotecas sob observação, consideraram-se outras linhas de análise complementares que pudessem enriquecer a questão central, nomeadamente aferir qual o nível de preparação dos profissionais para a eventualidade de situações de contestação de materiais por questões ideológicas. Este nível de preparação pode ser estudado através de uma dimensão institucional, assim como da dimensão mais vasta da cultura profissional dos funcionários. Após a exploração de literatura sobre a temática, percebeu-se que questões relacionadas com a cultura profissional têm sido amplamente discutidas e vão mais além da prevenção ou da resposta imediata, ditando a forma como o profissional compreende e atribui significado a este tipo de contestações, assim como ao seu próprio papel de intervenção. A noção de que existe um debate “interno” em curso sobre o papel do bibliotecário espoletado pelo aumento de tentativas de censura levou à conclusão de que seria relevante trazer esta dimensão para a investigação. Considerar um fenómeno que ocorre dentro da biblioteca sem abordar as transformações em curso no modelo biblioteconómico seria alienar uma parte imprescindível da equação. Concluindo, as linhas de análise que conduziram a presente investigação foram: 1) o apuramento do grau de preparação da Rede BLX, ao nível institucional e profissional, para a resposta a casos de contestação de conteúdos; 2) a averiguação da existência de casos de contestação e tentativas de censura, procurando caracterizá-los; e 3) o enquadramento ao nível da cultura profissional relativo ao papel do bibliotecário na defesa da liberdade intelectual.

Pela natureza do objeto de estudo considerou-se o estágio curricular a via mais adequada à concretização dos objetivos estabelecidos. Ainda que fosse possível levar a cabo a exploração da análise documental, a realização das entrevistas e a aplicação do questionário sem empregar este tipo de compromisso, a investigação de campo revelou ser um fator diferencial na obtenção dos resultados, por ter facilitado a criação de relações, e por ter permitido assistir e acompanhar a “vida no seu curso normal” das bibliotecas. Conduzir uma investigação com base no testemunho das pessoas é uma tarefa delicada. É difícil controlar que complexos de significado um indivíduo atribui a

determinado conceito, especialmente quando se trata daqueles que têm uma carga política e histórica pesada. Isto foi notório, por exemplo, na forma como cada profissional reagiu à palavra “censura”. Muitos foram os que, num primeiro momento, negavam com prontidão efusiva qualquer tipo de sinal da sua existência, e minutos mais tarde, através da contextualização das problemáticas e respetivas nuances, relatavam situações alinhadas com práticas censórias. Neste sentido, a possibilidade do contacto direto, com o emprego de *soft skills* comunicacionais, revelou-se útil no levantamento dos dados.

Os dois meses de estágio permitiram que a recolha de dados não fosse, exclusivamente, a que diz respeito de forma mais direta aos objetivos, como o são os dados das entrevistas, por exemplo, mas que houvesse tempo e espaço para reconhecer o território, as pessoas e as especificidades locais de forma mais envolvente. Nem todas as visitas aos dezoito equipamentos da Rede BLX foram de duração longa, mas houve esse privilégio em alguns casos. Tal foi possível pela generosa disponibilidade da Chefe de Divisão de Bibliotecas de Lisboa, a Dra. Edite Guimarães, de muitos coordenadores e das equipas que, para além da colaboração direta aos inquéritos propostos, fizeram importantes partilhas sobre os seus trabalhos e desafios. Houve oportunidade de assistir a uma série de atividades da programação de diferentes bibliotecas, como algumas atividades preparadas para o público infantil das escolas, ciclos de conversas para o público adulto e oficinas, entre outras, e ainda o acompanhamento de atividades para os profissionais como a ação de formação para os funcionários apresentada pelas representantes da APPDA (Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo), e até a participação no início da implementação do projeto “Vida e Memórias de Bairro” com a comunidade do Bairro 2 de Maio, desde as reuniões de planeamento até à primeira sessão no terreno. Foi uma experiência de imersão nas bibliotecas BLX que, ainda que não seja transponível para a escrita da investigação, constituiu uma ajuda valiosa para a compreensão do universo da amostra.

Outro exemplo concreto que revelou a importância da experiência de imersão da investigação de campo foi ter podido assistir a uma das atividades da bibliotecária de mediação de leitura do serviço infantil que poucos meses depois foi publicamente sinalizada enquanto “terrorista do movimento político LGBT” pelo grupo Habeas Corpus. Assistir em primeira mão ao tipo de conteúdos que estão a ser identificados como perigosos, contrapondo o absurdo da acusação com a realidade do objeto acusado, permitiu uma compreensão mais íntima da problemática em estudo.

O presente trabalho é constituído por quatro capítulos, correspondentes ao estado da arte, à metodologia, à apresentação dos dados e à discussão dos resultados. Apresentam-se algumas considerações sobre cada um dos capítulos.

O Capítulo 1 é dedicado ao estado da arte da temática sob estudo, procurando contextualizá-la ao nível macrossocial e ao nível específico da área de LIS (*Library and Information Science*). Em primeiro lugar, importa justificar a premissa base que identifica a Biblioteca Pública enquanto instrumento ao serviço da Democracia, e esclarecer de que forma realiza este propósito à luz da conjuntura e desafios atuais. É também explicada a centralidade da “liberdade intelectual” enquanto valor profissional. Num segundo momento, é feito o levantamento relativo às tentativas de censura nas bibliotecas públicas, recorrendo às comunicações por parte de entidades de referência e à revisão de literatura científica dos últimos dez anos.² É neste subcapítulo que se abordam as divergências atuais na área de LIS sobre o papel do bibliotecário na defesa da liberdade intelectual entre a neutralidade e o ativismo. Por fim, é descrito o ponto de situação português no que toca aos incidentes relativos à contestação de livros e/ou autores, procurando esclarecer qual o ponto de partida da investigação.

O Capítulo 2 esclarece as decisões tomadas em termos de metodologia de investigação, enunciando os objetivos do estudo, e os instrumentos e as estratégias de aplicação designados à sua resposta, assim como a abordagem interpretativa.

O Capítulo 3 apresenta os dados recolhidos na Análise Documental, no Inquérito por Entrevista e no Inquérito por Questionário. Os dados são apresentados através de uma análise descritiva que procura fazer de forma preliminar uma avaliação dos resultados, destacando a informação relevante, e evidenciando falhas detetadas no processo de recolha dos dados.

O Capítulo 4 dedica-se à discussão relacional dos dados anteriormente apresentados, problematizados à luz dos três objetivos específicos definidos.

² Tendo sido um dos primeiros passos na investigação, a recolha e a análise dos artigos para a revisão de literatura foram feitas a novembro de 2023, estando por isso fora da amostra a produção publicada depois dessa data.

1. Estado da Arte

A primeira parte do capítulo debruça-se sobre a ideia de que a Biblioteca Pública, enquanto instituição, tem a missão de assegurar as condições para uma sociedade democrática através do fomento de competências que potenciem o exercício da cidadania consciente e informada. Perante novos desafios sociais, surgem novas propostas de reconfiguração dos serviços das bibliotecas às necessidades informacionais dos utilizadores. Esta reconfiguração, no momento presente, não se prende apenas com a atualização dos produtos e dos programas, mas aponta sobretudo para uma mudança de paradigma na forma como o utilizador se relaciona com a Biblioteca. Isso é ilustrado pelas propostas da biblioteconomia participativa ou biblioteconomia social, que enfatizam a participação ativa da comunidade e a adaptação dos serviços às necessidades locais. Ainda no sentido de estabelecer os pressupostos que unem a Biblioteca Pública à Democracia, destaca-se a centralidade da liberdade intelectual enquanto valor profissional transversal, e de que forma se sedimentou a sua ratificação.

Na segunda parte do estado da arte, aborda-se de maneira mais aprofundada o objeto de estudo: o fenómeno de aumento de contestações ou de tentativas de censura no contexto das bibliotecas. Esta seção sintetiza os dados com maior expressão divulgados pelas entidades de referência e pelos media. Segue-se uma revisão de literatura de estudos específicos aos casos de censura em bibliotecas públicas, procurando assim dar a compreender as características identificadoras deste fenómeno, assim como as metodologias e abordagens utilizadas para o seu estudo. Por fim, o subcapítulo sobre o fenómeno das contestações inclui a discussão expositiva do debate atual entre os profissionais da área sobre o posicionamento que os bibliotecários devem adotar em relação à defesa da liberdade intelectual.

Por fim, traça-se o ponto de situação português no que concerne a situações de tentativa de censura e atentados à liberdade de expressão, manifestos no ataque ao livro e aos autores, que tenham chegado à esfera pública. São também descritas iniciativas recentes que tenham surgido como resposta direta a esta problemática.

1.1. Biblioteca Pública como instrumento da Democracia

O Manifesto para as Bibliotecas Públicas da UNESCO, em 1949, é um marco fundamental na concepção do ideal da Biblioteca Pública enquanto instituição democrática: «*The public library is a product of modern democracy and a practical demonstration of democracy's faith in universal education as a life-long process.*» (UNESCO, 1949); e enquanto força para a educação popular. Esta ideia é desenvolvida na versão atualizada do mesmo documento, em 1994, com a reafirmação da Biblioteca enquanto espaço de aprendizagem ao longo da vida, público e gratuito, e plataforma de “horizontalização” social. É também declarado de forma direta a relação de dependência entre a saúde da democracia e o nível de educação, informação e cultura dos cidadãos (IFLA-UNESCO, 1994). Na versão mais recente, de 2022, criada com o objetivo de garantir que o Manifesto continua a refletir um espírito de missão ajustado às circunstâncias contemporâneas, é notória a ênfase colocada no objetivo de manter as condições para a democracia, quando no primeiro parágrafo do poster de comunicação consta o seguinte:

The public library creates conditions for:

- *The development of a democratic society and*
- *Active citizenship*
- *Lifelong learning, independent decision and cultural development of the individual and social groups* (IFLA-UNESCO, 2022)

IFLA-UNESCO

Public Library Manifesto

2022

The public library creates conditions for:

- the development of a democratic society and active citizenship
- lifelong learning, independent decision and cultural development of the individual and social groups

It is:

- the local information centre
- a creator of community

It provides all citizens with:

- equal and free access to library funds and services
- access to information of all types
- services in library premises, including remote access

It provides people with specific needs:

- special services and documents

Supports:

- formal and informal education
- reading, media, information and digital literacy
- personal development, creativity, cultural diversity
- creation and sharing of knowledge
- open access to scientific knowledge
- preserving and making cultural heritage available

Not subject to:

- censorship
- commercial pressures

It is:

- financed from public funds
- well located and equipped
- sufficiently staffed and materially provided
- professionally managed
- incorporated into relevant legislation and long-term strategies



Let's support the development of public libraries and the national network of libraries!

www.ifla.org/g/public-libraries/public-library-manifesto/

Figura 1. Poster IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022 (<https://www.ifla.org/public-library-manifesto/>)

A verdade é que não só há uma relação simbólica entre Democracia e Biblioteca Pública, pela sua história, missão e atuação, como há também uma relação de simbiose entre as ambas. O estudo de Alex Byrne (2018) constata uma coincidência entre os países destacados com melhores níveis de democracia, avaliados através dos indicadores EIU (Economist Intelligence Unit), e os países com maior número de bibliotecas públicas e maiores níveis de “penetração” (avaliação das métricas de utilização de serviços).

Ainda que a espinha dorsal daquilo que é o ideal da Biblioteca Pública seja a mesma das suas origens, entendê-la enquanto «força viva» pressupõe entendê-la enquanto adaptável aos diferentes “tempos”. O apoio às novas literacias, a adaptação dos serviços a novas tecnologias de acesso e criação de conteúdos, e o atendimento às necessidades informacionais, que estão sujeitas às mutações dos contextos sociopolíticos globais e locais, são aspetos aos quais os bibliotecários devem estar permanentemente atentos.

No momento presente, uma das grandes ameaças ao clima democrático, a desinformação, é uma questão que implica diretamente os profissionais da informação porque são agentes ao seu combate por excelência. Não recai sobre os profissionais, naturalmente, a resolução de um problema que é sintoma de um fenómeno maior — o de uma cultura de pós-verdade, definida pelo Oxford Dictionaries, em 2016, enquanto «*relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief.*» (Lor, 2018, p. 308). É um fenómeno complexo porque, por um lado, é filho de um processo longo de reconfiguração do paradigma de verdade ao longo dos períodos moderno e pós-moderno. Acontecimentos históricos traumáticos como as Guerras Mundiais e o nazismo, ou a propaganda da Guerra Fria, podem ser identificados como causadores de um sentimento de desencantamento com a narrativa de absoluta confiança em torno da razão, da verdade e do progresso iluministas que iniciaram o período moderno (Hussain, 2019, p. 153; Malpas, 1992, p. 288-294). Também os movimentos artísticos e literários (pense-se nas linguagens impressionistas, abstratas, surrealistas, e os temas da fragmentação ou do perspectivismo), as correntes filosóficas e nomes como Foucault, Derrida ou Nietzsche, sem esquecer a emergência dos movimentos decoloniais e feministas, são sintomáticos de uma mudança cultural que deixa de conceber a ideia da “verdade única” e passa a valorizar a “verdade subjetiva”, uma troca que simboliza a substituição da centralização da visão hegemónica, pela consideração de uma multiplicidade de visões com menor representação e pela valorização da visão subalterna.

Por outro lado, a cultura de pós-verdade e o fenómeno da desinformação são também produtos de circunstâncias muito concretas da atualidade, desde a conjuntura política internacional, à configuração das novas tecnologias de informação. A disposição para a desconfiança relativa a dados factuais ou ao parecer do especialista é popularizada quando personificada por líderes políticos de relevo, como é o caso de Donald Trump, com todas as polémicas relacionadas com a comunicação de informação falsa³, e com os apelos públicos à descrença nos canais de média e às próprias instituições democráticas, culminando no episódio do ataque ao Capitólio em 2021. Foi também figura exemplar o caso de Michael Gove, do partido conservador britânico, cabeça da *Leave Campaign* pro-*Brexit*, e da polémica afirmação: «*this country have had enough of experts*» (Lor, 2018, pp. 308-309). Estes eventos podem ser lidos enquanto sintomáticos de uma cultura em que as emoções e a retórica prevalecem sobre os factos, porque se constata um aumento de eleitorado que deposita o seu voto em líderes que adotam um estilo de comunicação carregada de *pathos*, no qual as “verdades subjetivas”, que podem ser impressões pouco fundamentadas ou preconceituosas, têm maior peso que a comunicação moderada e factual. A desvalorização do contributo fundamentado de especialistas, a relativização da importância dos factos e a propagação deliberada de *fake news* são um atentado à liberdade intelectual, e são também sintoma de um clima social polarizado em que a informação é usada como arma de arremesso (Revez & Corujo, 2021). Consequência final de um modelo em que os altos cargos políticos passam a ser ocupados não pelo critério da qualificação, mas por um nível de popularidade que tem por base posições e *soundbites* sensacionalistas, é a descredibilização dos aparelhos políticos na medida em que esta esfera entra no domínio da cultura de entretenimento: «*a culture in which all public discourse increasingly takes the form of entertainment (...) the result is that we are a people on the verge of amusing ourselves to death*» (Postman, *Amusing ourselves to death: public discourse in the age of show business*, 1986, citado por Lor, 2018, p. 309).

Agravante do problema da deslegitimação dos canais de informação pública, é o surgimento rápido de novas tecnologias de informação e as dificuldades associadas ao domínio *up to date* das mesmas. A utilização de *chatbots* de inteligência artificial, ou os *deep fake* são exemplos evidentes de como é fácil a reprodução de conteúdos falsos com altos níveis de verosimilhança e de difícil descodificação para pessoas com poucas

³ Vide: Cillizza, C. (2021, agosto 30). *Analysis: Here's Donald Trump's most lasting, damaging legacy* | *CNN Politics*. CNN. <https://www.cnn.com/2021/08/30/politics/trump-legacy-fake-news/index.html>; <https://edition.cnn.com/2021/08/30/politics/trump-legacy-fake-news/index.html>.

competências de literacia e de *fact checking*. Outro aspeto está ligado ao uso das redes sociais, que tem vindo a tornar-se numa das principais fontes de recolha de informação, que por ser regida por algoritmos de semelhança traz o problema da não exposição a perspetivas alternativas ou complementares àquelas que o utilizador conhece, continuando a consumir “silos” de conteúdo alinhado com as suas preferências. Torna-se um problema quando aliado a carências de literacia, uma vez que tipicamente os fóruns digitais são espaços em que a validade da informação não é verificada (Hussain, 2019, p. 152; Lor, 2018, p. 309).

A liberdade intelectual só pode ser plenamente realizada se tiver como base a informação verdadeira — de pouco vale o exercício de cidadania se for fundamentado em premissas falsas. Nesse sentido, se o bibliotecário é de facto um agente promotor da cidadania consciente, deve esforçar-se para assegurar as condições para que tal seja possível (Revez & Corujo, 2021). Existe uma série de ações que as bibliotecas públicas podem e devem colocar em prática para combater o problema da desinformação. Lor enumera algumas: o desenvolvimento de coleções credíveis e com amplitude de perspetivas; critério e transparência na seleção de fontes de informação; ações de formação dos utilizadores através de *kits* de ferramentas para deteção de informação falsa, assim como programas de desenvolvimentos de literacias; recuperação e comunicação de informação relevante à vida útil da comunidade; refutação de informação falsa em parceria com especialistas; fornecer as condições necessárias para o acesso à informação sem constrangimentos (Lor, 2018, pp. 313-317). Uma das vantagens que o autor aponta, como facilitadora do papel das bibliotecas na defesa da democracia, é a reputação de que ainda goza em termos de imparcialidade política, e que esta pode ser uma plataforma para consolidar como fonte confiável de informação. Para o concretizar, deve esforçar-se com contribuições a longo prazo e não limitadas a respostas de impacto individual (*Ibidem*).

1.1.1. Biblioteconomia Participativa

Como referido, as novas tecnologias de acesso a informação mudaram radicalmente o lugar da Biblioteca Pública enquanto centro de informação, e desencadearam novas formas de pensar os serviços e os produtos na resposta às necessidades dos utilizadores. A reconfiguração da cultura biblioteconómica tem sido expressa numa variedade de novos termos, como a *Library 2.0*, derivada do conceito

cunhado por DiNucci em 1999, *Web 2.0*, que resume a ideia de uma segunda geração no que diz respeito às formas de utilizar a internet, marcada pela elevada participação individual, e pela cocriação de conteúdos como *wikis*, redes sociais, espaços abertos de criação individual como blogs, entre outros. A partir desta nova forma de estar pensou-se a *Library 2.0*, sintetizando um modelo que pensa nos seus serviços a partir da perspectiva do utilizador: «a Biblioteca 2.0 aponta para uma visão holística da biblioteca e pode ser perspectivada como uma forma de pensar e de agir que privilegia o papel dos utilizadores enquanto agentes ativos da constante transformação que as bibliotecas precisam de implementar para enfrentar um mundo em permanente mudança» (Leitão, 2014, p. 71).

Partindo deste modelo, têm surgido novas propostas. David Lankes, um dos nomes mais conhecidos na discussão sobre as formas de se pensar a ideia da Biblioteca Pública na atualidade, avança com a proposta da Biblioteconomia Social, ou Nova Biblioteconomia, termos que frisam um modelo que, tendo em conta a participação do indivíduo, tem uma orientação focada no papel deste na comunidade, e por isso tem uma metodologia que trabalha sobretudo as relações interpessoais, algo que não fica tão claramente expresso na formulação *Library 2.0* (Cuong Nguyen et al., 2012, p. 341). Este modelo é uma atualização do anterior no sentido em que se afasta do paradigma que centralizava os serviços no documento, fosse em formato digital ou físico. Portanto, a Biblioteconomia Social é uma proposta para a criação de serviços e produtos transitando de um *modus operandi* devotado ao documento ou à coleção, para outro orientado para as pessoas e para as suas necessidades informacionais (McCook & Bossaller, 2018; Gorman, 2015)

Lankes defende que é missão do bibliotecário “facilitar a criação de conhecimento” (Lankes, 2011). Ou seja, a função é sobretudo social: feita por pessoas, para pessoas. Para o ilustrar de forma radical, Lankes declara que “*a room full of books is simply a closet but an empty room with a librarian in it is a library*” (Lankes, 2011, p. 16). Nesta nova conceção, a biblioteca ganha um formato mais próximo de um centro cultural/educativo, e menos o de uma sala de leitura. Uma vez que são as pessoas o foco central dos serviços, há também uma nova abertura à comunidade e ao seu envolvimento na vida da biblioteca. A esta nova abordagem, Lankes chama de “*participatory librarianship*”, que tem como base a ideia de que o conhecimento se cria através de conversas e do diálogo social (Pask, 1978 cit. por Lankes, 2011), estabelecendo assim como objetivo das bibliotecas o facilitar deste processo. Para isso, recorrem a uma

abordagem participativa, isto é, promovem um espaço que estimule e promova conversas entre utilizadores e os bibliotecários, de modo a adequar os serviços às necessidades comunicadas.

A questão da participação é especialmente relevante no presente estudo porque o seu estímulo tem como objetivo a maior intervenção dos utilizadores, o que pode também potenciar casos de contestação sobre os materiais e as atividades promovidos pela biblioteca. A abertura à participação ativa dos utilizadores na vida da biblioteca, e até à do próprio bibliotecário, uma vez que neste modelo deixa de ser um mero técnico documental, acarreta uma série de implicações sobre a neutralidade institucional.

Uma das questões que se coloca é se as bibliotecas públicas devem ser moldadas pelas necessidades, interesses e ideias da comunidade que servem, correndo o risco de os valores da comunidade serem problemáticos, na medida em que possam ser antidemocráticos; ou devem antes as bibliotecas públicas reservar uma margem de autonomia, margem esta que poderá significar um distanciamento do seu público, a fim de salvaguardar uma afiliação aos valores democráticos.

Para impedir manifestações de opinião, não há nada que a biblioteca possa, ou deseje, fazer – até porque também o protesto é um exercício de cidadania. O que deve ser explícito, segundo Lankes, é que a biblioteca ainda que pertença à comunidade não tem o dever de partilhar todas as visões dos seus utilizadores (*«even though the library is of the community, it does not have to reflect the full range of ethical positions of that community»*), Lankes, 2008, p. 238), e esta posição deve ser complementada com uma declaração clara de quais os valores defendidos pela biblioteca enquanto instituição pública e democrática. No entanto, a posição de Lankes não é totalmente consensual, pelo menos não na sua formulação. Os autores Stephens e Collins afirmam que *«"we are no longer in a time when librarians can decide what is best for the users"»* [Stephens and Collins (2007) citado por Cuong Nguyen et al, 2012, p. 339], defendendo a perspetiva de que devem ser os utilizadores a definir os serviços (Cuong Nguyen et al., 2012, p. 339). Estes posicionamentos alertam para a pertinência da reflexão e do debate sobre os moldes e eventuais limites da participação do utilizador, especialmente numa atualidade marcada pela polarização política e pela crescente disseminação de discurso radical.

1.1.2. Liberdade Intelectual como “core value” profissional

A liberdade é identificada como o primeiro valor humano fundamental no *Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas* («A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais» IFLA, 1994), e princípio *sine qua non* para a vida em democracia, uma vez que há uma relação de dependência entre o acesso ao conhecimento e a liberdade de expressão e de pensamento, como é explicado na *Declaração sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual* da mesma entidade (IFLA, 1999). Por isto, cabe à Biblioteca Pública ser uma plataforma de acesso livre à informação – e livre porque o compromisso é o de fornecer um serviço gratuito, oferecido a todos os cidadãos sem discriminação, e impermeável a agendas ideológicas ou comerciais.

Este ponto de partida, que justifica a defesa da liberdade intelectual e a fundamenta como um dos valores essenciais da classe profissional, é reafirmado nos códigos deontológicos das várias associações e entidades de referência da área de LIS, que têm como objetivo inspirar a reflexão dos profissionais e dotá-los de ferramentas orientadoras para lidar com os problemas do dia-a-dia, estimular a consciência da classe profissional, e, ainda, criar uma identidade clara passível de ser compreendida pelos utilizadores (IFLA, Grupo de Trabalho FAIFE, 2012; BAD, 2021). Segue-se o levantamento de alguns destes documentos orientadores, destacando as menções relativas à liberdade intelectual e ao livre acesso à informação, assim como os posicionamentos relativos à censura.

IFLA (*International Federation of Library Associations*)

O *Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação* defende que a principal missão dos profissionais de LIS é “assegurar o acesso à informação para todos”, seja de cariz didático, lúdico ou informativo, e consequentemente, uma posição categoricamente anti-censura. Na mesma linha, é estabelecida uma preocupação com a facilitação da informação de forma equitativa, isto é, o acesso à informação é um instrumento em prol da inclusão social (IFLA, Grupo de Trabalho FAIFE, 2012). A IFLA define censura enquanto «*the deliberate limiting, on the part of a state or non-state actor, of the availability of, access to, or transmission of information or ideas to or among persons*» (IFLA, 2019).

ALA (American Library Association)

Na mesma linha, a ALA declara no seu *Bill of Rights*, com base na Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que as bibliotecas públicas devem fornecer materiais que cubram indiferenciadamente todas as perspetivas sobre questões sociais, e que a biblioteca deve ser um agente contra a censura (ALA, 2006), definida enquanto «*a decision made by a governing authority or its representative(s) to suppress, exclude, expurgate, remove, or restrict public access to a library resource based on a person or group's disapproval of its content or its author/creator*» (ALA, 2022). A ALA é a única associação com um comité dedicado exclusivamente ao combate à censura, o *Office for Intellectual Freedom* (OIF) (LaRue, 2023), que funciona em parceria com a *Freedom to Read Foundation* (FTRF) e ambos funcionam enquanto recursos de apoio concreto a bibliotecários em situações de tentativas de censura (Childs, 2017).

CILIP (Chartered Institute of Library and Information Professionals)

A associação nacional dos profissionais do Reino Unido defende a liberdade intelectual como um direito basilar de uma democracia forte e representativa, isto é, numa sociedade em que «todas as pessoas podem participar na vida intelectual, criativa e cultural da sua comunidade» e nesse sentido os profissionais têm a missão de «*uphold, promote and defend human rights, equality and diversity, and intellectual freedom including freedom from censorship*» (CILIP, 2018).

ABF (Association des Bibliothécaires Français)

A entidade representante dos bibliotecários em França declara no *Code de déontologie des bibliothécaires* que o acesso à informação e à cultura é um direito fundamental e que os bibliotecários devem «*assurer les conditions de la liberté intellectuelle par la liberté de lecture*», assim como «*assurer le libre accès des publics à l'ensemble des ressources sans laisser ses propres opinions interférer, dans le respect des lois en vigueur*». No mesmo documento, é ainda garantida uma visão pluralista e um espírito enciclopédico, contra qualquer tipo de censura (ABF, 2020).

SEDIC (Asociación Española de Documentación y Información)

Escrito pela SEDIC e aprovado pela Federación Española de Sociedades de Archivística, Biblioteconomía, Documentación y Museística (FESABID), o código de ética dos profissionais espanhóis estabelece como valores profissionais «*la plena libertad de expresión, de información y de conocimiento de las personas*» tendo como única limitação ao acesso aquilo que possa constringer o respeito aos direitos humanos promulgados pelas Nações Unidas.

BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação)

Em Portugal, a BAD juntamente com a APDIS e a INCITE declaram no seu *Código de Ética para Profissionais da Informação*, adotado em 1999, que os seus profissionais são «defensores intransigentes do acesso à informação e unem esforços para que esta atitude seja corroborada por uma prática, contínua e exigente, de alerta contra todas as formas possíveis de censura» (BAD, 2021). É também da responsabilidade dos mesmos o impedimento de interferências que impeçam ou dificultem o acesso à informação dentro dos serviços, sejam estas forças exteriores, ou crenças pessoais («1.8. Não permitir que as suas opiniões pessoais interfiram na liberdade de acesso à informação» BAD, 2021, p. 3).

Emily Knox propõe uma análise da ratificação da liberdade intelectual, e do poder atribuído aos bibliotecários na matéria, através de uma leitura à luz das ideias de Pierre Bourdieu e do conceito do capital simbólico. O paradigma social proposto por Bourdieu pode ser resumido na teoria do estruturalismo construtivista, que expressa a ideia de que as sociedades se relacionam a partir de pressupostos, ou estruturas, construídas através de sistemas simbólicos que moldam a realidade. Estes sistemas simbólicos são ao mesmo tempo “estruturantes” (são vias de que atalham a perceção e contextualização do mundo) e “estruturadas” (atribuem significado a objetos da realidade), e por serem construídos não deixam de ser relativos ao contexto social de aplicação. Portanto, a criação de significado, que engloba os processos de criação e legitimação de poder, é mantida através de relações dialógicas pautadas pelo reconhecimento consensual das estruturas simbólicas. A ideia de “capital simbólico” representa estes conteúdos de significado (que

podem ser noções de autoridade, de prestígio, de competências...) mantido e consentido entre pessoas e instituições. Knox recupera este conceito uma vez que existe um significado, isto é, um estatuto e atribuição de poder à figura do bibliotecário e do papel das instituições biblioteconómicas em relação à proteção e conservação da liberdade intelectual.

A sedimentação de um conjunto de valores transversal a uma classe profissional internacional, cujo trabalho depende das especificidades locais, e que pode mesmo ser vista enquanto construção de uma filosofia prática, uma vez que as ideias têm aplicação laboral, tem sido um processo gradual ao longo do último século, reforçado por três vias: a da codificação, da institucionalização, e da investigação (Knox, 2014). A codificação implica o posicionamento de órgãos oficiais e entidades de referências, e a consequente proclamação dos mesmos em documentos de comunicação como os Códigos de Ética acima mencionados, e outros como Manifestos e Diretrizes (*Ibidem*, p. 13). A institucionalização também parte da mesma tipologia de entidades e, no caso da defesa da liberdade intelectual, é notória na criação de comités, grupos de trabalho, conferências e formações com vista à normalização de uma visão e postura profissional (*Ibidem*, p. 13). A investigação é referente ao *corpus* de texto científico produzido e legitimado pela academia sobre o tópico da liberdade intelectual (*Ibidem*, p. 15). A construção de um discurso canónico reforçado por estas vias, que tocam nos campos da ética, da teoria e da *praxis*, criado e mantido por especialistas revestidos de algum tipo de autoridade, resulta na consolidação e sistematização de um capital simbólico atribuído à classe dos bibliotecários («*because they are produced and maintained by specialists for specialists, these foundations give librarians sophisticated and theoretically-grounded justifications for supporting intellectual freedom within their institutions.*» *Ibidem*, p. 8).

São estes processos de consolidação da auto e hétero imagem que os bibliotecários mantêm e projetam que colocam no centro da prática profissional o dever de assegurar a liberdade intelectual enquanto valor. No entanto, ainda que a defesa deste valor não seja colocada em causa, tem havido nos últimos anos um debate fervoroso sobre a forma como se deve fazê-lo. O fator de dissidência na área de LIS tem sido os contornos epistemológicos com os quais o conceito de liberdade intelectual é pensado, e de que formas essas diferenças impactam a prática profissional. Nos documentos de referência mencionados está implícita uma perspectiva agnóstica e liberal relativa aos efeitos da leitura: a postura contra “qualquer tipo de censura” e o incentivo à disponibilização de

“todo o tipo de perspectivas”, o que pressupõe uma postura neutral por parte do bibliotecário. Nesta concepção liberal, há um esforço de não-interferência na experiência intelectual e individual do utilizador, um esforço de respeito pela integridade da sua liberdade. Este posicionamento que se tornou canónico, e será daqui em diante referido como o posicionamento “tradicional” para efeitos de simplificação, não é consensual e tem sido crescentemente contestado.

A emergência de uma possível transição oficial na abordagem epistemológica ao conceito de liberdade poderá estar em iminência, espoletado por novos desafios sociais e informacionais, e entrevista na recente e alargada produção académica, e até na organização de conferências dedicadas ao tema.⁴ Esta questão será discutida com maior detalhe no subcapítulo 1.2.2. *Papel dos bibliotecários na defesa da Liberdade Intelectual*, quando for colocada em contraponto a postura neutral vs. postura crítica por parte dos profissionais da informação.

1.2. Tentativas de censura nas bibliotecas públicas

O fenómeno do aumento de casos de contestação e de censura de materiais e programas em contexto de biblioteca tem recebido crescente atenção nos meios de comunicação, especialmente quando correspondem a ações de protesto politizadas. Grande parte dos casos mediáticos provém dos EUA, e ainda que não se pretenda diagnosticar as causas deste fenómeno, existem dois fatores que podem ajudar a entender a sua existência. O primeiro é relativo ao sistema bipartidário, que facilita uma experiência política polarizada, e que pode potenciar a adesão a movimentos e posicionamentos que se definem através dos extremos. O segundo fator diz respeito ao modelo de financiamento biblioteconómico, que ao contrário do europeu que é sobretudo estatal, depende de forma muito mais direta do contributo de patronos e do investimento da comunidade. Se o primeiro motivo pode ser indicador de afiliações e comportamentos políticos extremados, o segundo propicia uma relação de proximidade com a biblioteca comunitária bastante mais implicada.

⁴ Vide: Carlton, A. (2018, junho 1). *Are Libraries Neutral? Highlights from the Midwinter President's Program*. American Libraries Magazine. <https://americanlibrariesmagazine.org/2018/06/01/are-libraries-neutral/>

Os EUA são o país democrático onde este fenómeno tem maior expressão, aliás, a existência do OIF, o gabinete da ALA que presta apoio aos profissionais e aborda as questões relacionadas com a liberdade intelectual, é sintomático de uma necessidade particular de dar resposta ao problema. É este gabinete que atualiza anualmente os dados relativos às contestações de materiais, em volume e em natureza. Desde 2020, há novos recordes de tentativas de censura, sendo que entre 2022 e 2023 houve um aumento de 92% de incidências nas bibliotecas públicas, perfazendo um total de 4240 registos oficiais (*American Library Association Reports Record Number of Unique Book Titles Challenged in 2023*, ALA, 2024). As bibliotecas públicas são o tipo de biblioteca onde os casos mais aumentaram. Por exemplo, nas bibliotecas escolares o aumento foi de 11%, e a percentagem de casos totais, sem diferenciação quanto ao tipo de bibliotecas, está na ordem dos 65% (*Ibidem*). Estes números contabilizam os relatórios reportados pelos próprios profissionais/equipas de biblioteca à OIF-ALA, que criou vias de comunicação específicas para o efeito. Contudo, a mesma entidade estima que só 3 a 18% dos casos são formalmente comunicados à OIF (Nyby et al, 2023), o que coloca em perspetiva o verdadeiro tamanho do fenómeno.

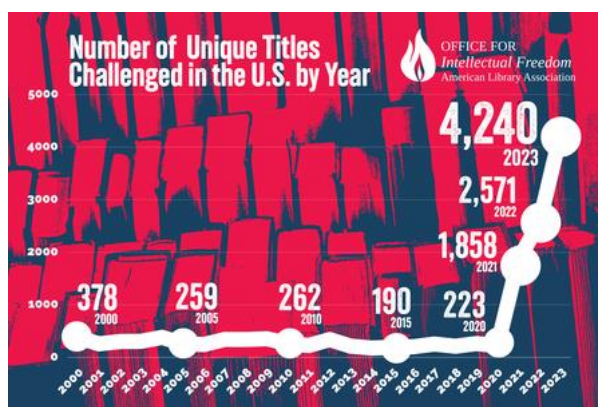


Figura 2. Número de títulos contestados nas bibliotecas dos EUA de 2000-2023. «American Library Association reports record number of unique book titles challenged in 2023», ALA, 2024 (<https://www.ala.org/news/2024/03/american-library-association-reports-record-number-unique-book-titles>)

A OIF ainda divulga com a mesma periodicidade o Top10 dos títulos com maior número de contestações. Relativamente a 2023, a maior parte dos títulos que figuram na lista são apontados como problemáticos por conteúdos LGBTQIA+ e/ou por conteúdos com sexualidade explícita:

1. *Gender Queer: A Memoir*, de Maia Kobabe, com 106 contestações.
2. *All Boys Aren't Blue*, de George M. Johnson, com 82 contestações.
3. *This Book is Gay*, de Juno Dawson, com 71 contestações.
4. *The Perks of Being a Wallflower*, de Stephen Chbosky, com 68 contestações.
5. *Flamer*, de Mike Curato, com 67 contestações.
6. *The Bluest Eye*, de Toni Morrison, com 62 contestações.
7. *Me and Earl and the Dying Girl*, de Jesse Andrews, com 56 contestações.
8. *Tricks*, de Ellen Hopkins, também com 56 contestações.
9. *Let's Talk About it: The Teen's Guide to Sex, Relationships, and Being a Human*, de Erika Moen e Matthew Nolan, com 55 contestações.
10. *Sold*, de Patricia McCormick, com 53 contestações.

Fora dos EUA, foi divulgado em 2023 pelo *Guardian* os resultados de um inquérito feito pela CILIP (Chartered Institute of Library and Information Professionals) aos bibliotecários do Reino Unido, no qual se reporta que um terço dos bibliotecários já recebeu pedidos para remoção de livros do catálogo da biblioteca, na sua maioria títulos sobre temáticas raciais e LGBTQIA+ ⁵. Este tipo de situações, revela o estudo, são cada vez mais frequentes e motivo de preocupação dos profissionais (82% dos participantes declara-se preocupado com o aumento deste tipo de pedidos). Em resposta à potencial onda de tentativas de censura nas bibliotecas públicas, a CILIP publica um guia prático, “*Managing safe and inclusive public library services*” (2023), no qual renova as diretrizes anti-censura de todo o tipo, oriundas do público ou mesmo dos próprios bibliotecários.

⁵ Vide: Shaffi, S. (2023, abril 20). Third of UK librarians asked to censor or remove books, research reveals. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/books/2023/apr/20/third-of-uk-librarians-asked-to-censor-or-remove-books-research-reveals>; *Managing safe and inclusive public library services: A Practical Guide*. (sem data). Obtido 29 de novembro de 2024, de <https://www.cilip.org.uk/page/safe-and-inclusive-guide>

Em Espanha, em 2023, os média relataram a polémica em torno da decisão do conselheiro da Cultura em Burriana, Jesús Albiol, membro do Vox, pela retirada, na Biblioteca Municipal de Burriana, de uma série de livros infantojuvenis com temáticas relacionadas com a diversidade de género e de configuração familiar, categorizados como pertencentes ao universo LGBTQIA+. A ordem foi dada sob a justificação de que os conteúdos, por serem considerados “*pornográficos y escandalosos*”, são danosos ao público infantil. Alguns das dezenas de títulos apontados são “*La niña que tenía dos papás*”, “*Kike y las Barbies*”, “*El llibre de les families*”, “*Niñas y niños*”, entre outros.⁶ Albiol ordenou também a suspensão das subscrições de livros editados em catalão, argumentando que fomentam “*el separatismo catalán con el dinero de los burrianenses*”, não só pela questão da linguagem, continua, mas pelos conteúdos de propaganda catalanista.⁷

É ainda relevante mencionar um caso recente brasileiro, que mesmo que tenha ocorrido fora do espaço da biblioteca, constitui uma incidência de relevo no âmbito do banimento de livros. Em março de 2024, surge a notícia da censura do livro “*O Averso da Pele*”, do escritor Jeferson Tenório, em sequência de uma denúncia pública feita nas redes sociais pela Diretora da Escola de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Gerou-se uma polémica em torno do livro que resultou na retirada do mesmo nas escolas dos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná.⁸ A obra, que foi vencedora do prémio literário Jabuti 2021, na categoria de melhor romance e é integrante do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) desde 2022, tem como temáticas centrais o racismo, negritude e a violência policial.

⁶ Vide: Pitarch, M. (2023, setembro 28). Un informe de la biblioteca de Burriana avala mantener en el área juvenil los libros LGTBI que quiere apartar un concejal de Vox. El País. <https://elpais.com/espana/comunidad-valenciana/2023-09-28/un-informe-de-la-biblioteca-de-burriana-avala-mantener-en-el-area-juvenil-los-libros-lgtbi-que-quiere-apartar-un-concejal-de-vox.html>; Pitarch, M. (2023, setembro 28). Un informe de la biblioteca de Burriana avala mantener en el área juvenil los libros LGTBI que quiere apartar un concejal de Vox. El País. <https://elpais.com/espana/comunidad-valenciana/2023-09-28/un-informe-de-la-biblioteca-de-burriana-avala-mantener-en-el-area-juvenil-los-libros-lgtbi-que-quiere-apartar-un-concejal-de-vox.html>

⁷ Vide: Vox anula en Burriana la suscripción a «Cavall Fort» y varias revistas en catalán porque “promueven el separatismo”. (sem data). Obtido 29 de novembro de 2024, de <https://www.lavanguardia.com/local/valencia/20230712/9103874/vox-anula-burriana-suscripcion-revistas-promueven-separatismo-catalan.html>

⁸ Vide: CNN Brasil. (24, março 3). Diretora critica livro “O Averso da Pele” e alega “vocabulários de tão baixo nível” | CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/diretora-critica-livro-o-avesso-da-pele-e-alega-vocabularios-de-ao-baixo-nivel/>; Metrópoles. (2024, março 8). Entenda polémica em torno de “O Averso da Pele”, censurado em escolas. <https://www.metropoles.com/brasil/entenda-polemica-em-torno-de-o-avesso-da-pele-censurado-em-escolas>

O levantamento de informação provida de fontes mediáticas é útil para uma primeira exploração da dimensão do problema, assim como uma sondagem primária da opinião pública sobre o mesmo. No entanto, aponta-se a limitação deste meio de recolha, quer pelo formato curto e por vezes sem o aprofundamento do contexto, quer pela impossibilidade de uma recolha sistemática deste tipo de informação.

1.2.1 Literatura científica sobre censura nas bibliotecas públicas

Este subcapítulo analisa uma recolha controlada da produção de conhecimento científico sobre a problemática em torno das tendências de censura no espaço da biblioteca pública e qual o papel dos bibliotecários na defesa de valores democráticos e da liberdade intelectual. A revisão científica constituiu um exercício preliminar à recolha de dados da investigação, permitindo conhecer quer a natureza do fenómeno em observação, quer a abordagem científica dos estudos em torno do mesmo.

A presente revisão de literatura foi elaborada a partir de uma abordagem qualitativa, tendo recorrido unicamente a literatura científica revista por pares, em acesso aberto, e em formato de artigo. A recolha da informação foi feita através da base de dados *Scopus* tendo a extração sido realizada no dia 9 de novembro de 2023. A chave de pesquisa utilizada foi a seguinte:

<public AND librar>*

AND <“intellectual freedom”>

AND <censorship>

A pesquisa foi formatada de modo que as palavras-chave constassem no título e/ou no *abstract* e/ou nas palavras-chave do artigo. Limitou-se a pesquisa a publicações dos últimos 10 anos (de 2013-2023), obtendo-se 17 resultados. Depois da leitura dos *abstracts*, aplicando o critério de relevância temática, e da verificação da sua acessibilidade, o número reduziu para 12 artigos.

Apresenta-se, na Tabela 1, a amostra bibliográfica recolhida, assim como a apresentação das datas de publicação, país de proveniência, e o tipo de estudo conforme o método de recolha de dados. Verificou-se diversidade no tipo de estudos (cinco revisões de literatura, quatro inquéritos/entrevistas, dois casos de estudo, e uma análise

bibliométrica). No entanto, há pouca diversidade na proveniência, uma vez que em doze artigos apenas dois são produções não pertencentes ao espaço da América do Norte.

Tabela 1 Amostra bibliográfica recolhida na Revisão de Literatura Científica

Autores	Título	Ano de publicação	País de origem	Tipo de recolha de dados
Taylor, K., McMenemy, D.	“Censorship challenges to books in Scottish public libraries”	2013	Escócia	Inquérito
Knox, E.	“Society, institutions, and common sense: Themes in the discourse of book challengers in 21st century United States”	2014	EUA	Revisão de literatura e Entrevista
Oltmann, S. M.	“Public Librarians' Views on Collection Development and Censorship”	2016	EUA	Inquérito
Childs, L.	“To uphold and resist: Protecting intellectual freedom through progressive librarianship”	2017	EUA	Revisão de literatura
Nye, V.	“Intellectual Freedom as a Human Right: The Library's Role in a Democratic Society”	2017	-	Revisão de literatura
Ghanbarzadeh; Ghapanchi.	“Investigating various application areas of three-dimensional virtual worlds for higher education.”	2018	Austrália	Revisão de literatura
Knox, E.	“Silencing Stories: Challenges to Diverse Books”	2019	EUA	Revisão de literatura
Steele, J.E.	“Cases of Censorship in Public Libraries: Loudoun County, VA”	2020	EUA	Caso de estudo
Steele, J.E.	“Cases of Censorship in Public Libraries: Wichita Falls, TX”	2021	EUA	Caso de Estudo
Gardner	“Intellectual freedom and alternative priorities in library and information science research: A longitudinal study”	2022	EUA	Análise bibliométrica
Alvarez, B. A.	“Sexual and Reproductive Health Information and Services in Public Libraries: A National Survey of Public Library Professionals”	2022	EUA	Inquérito

Nyby, M. J., et all.	“A Failure to Communicate: Assessing the Low Rate of Materials Challenge and Censorship Reporting Among Canadian Public Libraries”	2023	Canadá	Inquérito
-------------------------	---	------	--------	-----------

Antes de discutir os artigos de forma relacional e a par das categorias temáticas, importa clarificar o conceito de “censura”. A IFLA define censura enquanto:

(...) the deliberate limiting, on the part of a state or non-state actor, of the availability of, access to, or transmission of information or ideas to or among persons. Censorship most commonly occurs in the form of the banning of books, films or other media or the blocking of Internet content. It aims to suppress facts, opinions, beliefs or other ideas that are, for example, inconvenient to a government, objectionable to a religious group, or challenging to those espousing a particular moral code, intellectual paradigm or artistic convention.
(IFLA, 2019)

Com uma definição mais sucinta, a ALA resume a censura à «*suppression of ideas and information that certain persons—individuals, groups, or government officials—find objectionable or dangerous*» (ALA, 2022).

Por ser um conceito historicamente carregado, devemos entender a “censura” em duas configurações distintas: a regulativa e a constitutiva (Steele, 2018). A primeira podemos entender como a que “quer calar”, a que marca um *statement* contra ideias que possam ameaçar ou prejudicar um ideal que se pretende defender. A segunda é a que condiciona, ou manipula, o acesso. Este formato é normalmente “silencioso”, e exercido por quem já se encontra num lugar de poder, seja o Estado, instituições, mercados, marcas... (Steele, 2018). Nesta linha, a censura não é só a que bane e a que queima, mas também aquela que condiciona as escolhas, o acesso ou a própria leitura (em sentido lato), e por isso podemos entrevê-la quando um livro muda de estante ou é arrumado no depósito, ou quando lhe é atribuída uma etiqueta-alerta ao conteúdo (*labelling*), ou quando são usados filtros nos sites nos computadores da biblioteca, etc... (Knox, 2014, Oltmann, 2016b; Steele, 2018). Em alguns casos, não são necessárias queixas dos utilizadores para que este tipo de ações aconteça: a censura, neste sentido, pode partir do

próprio bibliotecário, quando este faz uma seleção dos materiais com base no seu sistema de crenças pessoais, ou quando deixa de disponibilizar conteúdo que sabe que pode suscitar reações negativas por parte dos utilizadores, ou ainda quando é alvo de pressões internas da sua equipa de trabalho.

Importa ainda esclarecer o emprego de um termo frequentemente encontrado na literatura selecionada, o de “*challenge*”, que traduzimos para “contestação”, que recebe esta figuração para evidenciar alguns pontos: primeiro, que a tentativa de censura, ou o “desafio” colocado à existência do material, raramente se realiza; segundo, o termo “*challenge*” é também usado por condescendência, uma vez que muitos autores reconhecem que o ato de contestar perspectivas também deve ser encaixada no exercício da cidadania em estado democrático.

Passando à análise da literatura, foram identificados três grandes grupos temáticos:

- I. Ética profissional (revisão das diretrizes internacionais para a defesa do livre acesso à informação; recolha do testemunho de bibliotecários; reflexão sobre a cultura profissional);
 - II. Casos de pedidos de reavaliação/remoção de materiais;
 - III. Motivações dos utilizadores (questionários e entrevistas a utilizadores; análise textual a pedidos de remoção de materiais)
-
- I. Ética profissional: bibliotecários enquanto agentes de defesa da liberdade intelectual

Apesar da consonância dos princípios éticos estabelecidos pelas entidades de referência, estudos que procurem aferir a experiência profissional subjetiva dos bibliotecários são relevantes, uma vez que seria redutor olhar para a classe profissional de forma homogênea. Como dito anteriormente, a censura pode partir do bibliotecário, de forma mais ou menos consciente. As entidades de referência são, como o nome indica, referências, cujas propostas os profissionais podem estar ou não de acordo. Oltmann procura compreender o alinhamento dos bibliotecários norte-americanos com as diretrizes da ALA contra a censura de materiais dentro das bibliotecas públicas: 98% da

amostra concorda com a máxima «*We uphold the principles of intellectual freedom and resist all efforts to censor library materials*», e 95% com a «*It is the right of every individual to both seek and receive information from all points of view without restriction*» (Oltmann, 2016b). Contudo, 46% já viu as suas crenças pessoais em conflito com as posições da ALA a respeito da liberdade intelectual (grande parte dos casos relacionados com acesso a conteúdo online) (Oltmann, 2016b).

Quando questionados sobre pressões internas, isto é, vindas de colegas ou superiores, 30% diz já as ter sentido para adquirir certos materiais, 26% para alterar a localização de livros, 15% para retirar materiais, e 16% para colocar uma etiqueta de aviso nos livros de conteúdo potencialmente sensível (Oltmann, 2016b).

Uma estratégia que minimiza as escolhas por alta recreação ou dinâmicas internas que condicionem os processos de gestão é o estabelecimento de uma política de desenvolvimento da coleção que seja clara e pública. O objetivo deste documento é a explicitação do objetivo da coleção e dos critérios da seleção de materiais, suportada pela equipa de administração da biblioteca (Nye, 2017). Apesar de não serem obrigatórias, a existência deste tipo de políticas é sempre indicativa de uma boa gestão uma vez que servem para guiar os profissionais e informar os utilizadores do compromisso para com a comunidade. É ainda útil em casos de contestação/pedidos de remoção de materiais porque permite justificar a existência e a aprovação do material na coleção (Nye, 2017). Apesar do papel crucial da política de gestão da coleção, um dos estudos indica que 65% dos profissionais participantes dizem não trabalhar com uma política que tenha em vista a construção de um catálogo diversificado e equilibrado (Oltmann, 2016b).

De igual importância é a existência de uma política para a contestação de materiais, isto é, fornecer uma via para que os utilizadores vocalizem as preocupações relacionadas com a existência de materiais possivelmente controversos, para que as queixas sejam feitas de forma formal e garantindo a sua análise (Nye, 2017). A ausência de uma política de contestação de materiais pode ser desastrosa, uma vez que os utilizadores que queiram manifestar o seu descontentamento não deixarão de o fazer, e a falta de resposta da biblioteca pode originar medidas espontâneas por parte do utilizador (Nye, 2017), desde a vandalização/roubo dos materiais, até à hostilidade para com o bibliotecário de serviço.

Dentro da literatura sobre o código de ética profissional, uma das discussões que se encontra em alguns dos artigos recolhidos é sobre o que significa a “neutralidade”

pedida aos bibliotecários (Gardner, 2022; Childs, 2017). Por um lado, a neutralidade é aquilo que assegura que, independentemente das crenças pessoais dos profissionais, são disponibilizados à comunidade todo o tipo de perspetivas sobre determinado tópico. Contudo, há uma corrente mais recente conhecida por “*critical librarianship*” ou “*progressive librarianship*” que defende que os bibliotecários, enquanto agentes defensores da liberdade intelectual, devem fazer por excluir perspetivas que atentem contra a liberdade intelectual: o exemplo dado é o de conteúdos racistas, que criam um “*flow* informacional” que oprime a liberdade intelectual dos grupos vitimados (Childs, 2017). Numa sociedade altamente polarizada, como é a dos EUA, a neutralidade é uma atitude “apolítica, *ahistórica* e impossível” (Gardner, 2022). No fundo, a mais recente proposta é que os bibliotecários não sejam meros facilitadores, mas antes fomentadores dos valores democráticos.

II. Tentativas de censura e respostas da biblioteca

A maior parte dos estudos sobre tentativas de censura na biblioteca nos últimos dez anos provêm dos EUA, e este facto parece estar relacionado com o número de casos reais de contestação de materiais na realidade social do país. Segundo a ALA, entre 2015 e 2021 foram reportados 2.561 casos de queixas formais e/ou pedidos de reavaliação de materiais nas bibliotecas públicas (Nyby, 2023). Estes números indicam que o fenómeno das tentativas de censura tem um impacto enorme no panorama social dos EUA, mas sem grande eco nas realidades culturalmente próximas como a do Canadá ou do Reino Unido. Entre 2015 e 2021, foram reportadas à *Canadian Federation of Library Associations* (CFLA) 341 tentativas de censura a materiais da biblioteca (Nyby, 2023). Ainda mais contrastante, um estudo feito nas bibliotecas públicas da Escócia entre 2005 e 2009 demonstrou um número de apenas 15 denúncias de materiais (Taylor, 2013). Este último estudo faz notar que outra diferença entre os dois contextos é a ausência de queixas relacionadas com questões religiosas no RU (Taylor, 2013).

Ainda que a diferença no número de casos seja expressiva, ambas as realidades têm em comum o problema da não comunicação da totalidade de casos. Nos EUA, apesar do elevado número de casos de contestação, a ALA calcula que só 3-18% dos casos que acontecem chegam à OIF (Nyby, 2023). No caso do Canadá, quando interrogados sobre o motivo da baixa adesão aos *Intellectual Freedom Challenges Survey* (IFCS), uma ferramenta da CFLA para acompanhar casos de contestação de materiais, são apontados

como motivos o desconhecimento da iniciativa ou a falta de tempo para preencher e enviar os relatórios (Nyby, 2023). A não-comunicação é especialmente grave tendo em conta que dos 83 participantes apenas 12 disseram trabalhar numa biblioteca com uma política definida para lidar com a contestação de materiais (Nyby, 2023).

Quanto às possíveis respostas às contestações dos utilizadores, importa antes de mais saber quais as diretrizes das entidades de referências. A CILIP (*Chartered Institute of Library and Information Professionals*) declara que o acesso à informação não deve ser vedado a menos que esteja em conflito com a lei: «*If publicly available material has not incurred legal penalties, then it should not be excluded on moral, political, religious, racial or gender grounds, to satisfy the demands of sectional interest.*» (CILIP, 2005). No entanto, o estudo que fez o levantamento dos casos de tentativa de censura nas bibliotecas públicas escocesas entre 2005-2009 aferiu que em 15 queixas as bibliotecas removeram duas vezes o livro em causa, alteraram a localização do livro em três vezes, e colocaram uma etiqueta de aviso de conteúdo em dois casos (Taylor, 2013). Como já mencionado, também a ALA repudia qualquer ato de censura – «*Libraries should challenge censorship in the fulfillment of their responsibility to provide information and enlightenment*» (ALA, 2019), e, no entanto, dos 323 casos de contestação de materiais reportados à ALA em 2016, 10% das denúncias resultou na retirada dos materiais (Nye, 2017). A solução de “*labelling*” surge com alguma frequência na literatura, uma vez que possibilita a continuação do material nas estantes contornando o problema das diferentes sensibilidades, mas é considerada por alguns autores como uma prática subtil de censura, assim como o “re-arrumar” materiais noutras estantes ou no depósito, porque são medidas que, de algum modo, condicionam a leitura do utilizador (Steele, 2018).

III. Motivações dos utilizadores

Mais do que as diretrizes profissionais e as respostas dos bibliotecários, é importante compreender o que é que leva os utilizadores a formalizarem queixas e a mobilizarem esforços para eliminarem materiais da coleção. Emily Knox é uma das investigadoras mais proeminentes na literatura que se ocupa deste tema, e afirma que as intenções de censura são raramente contra a informação de um livro em concreto ou contra o autor, mas antes por aquilo que a presença do livro pode representar em oposição às crenças do utilizador. O “censor” atua quando:

a) sente que o conteúdo do material atenta contra a ordem moral ou cultural da sociedade e pode desvirtuar mentalidades (este discurso costuma incluir o argumento de proteção da inocência de crianças e jovens);

b) acredita que a biblioteca, enquanto símbolo da comunidade, deve refletir através da coleção os valores da comunidade que serve;

c) entende o livro como objeto legitimador de conhecimentos e moldador de carácter, e por isso livros que não correspondam à visão do que é (sobretudo moralmente) verdadeiro são necessariamente falsos, e por isso devem ser eliminados (Knox, 2014).

A questão que se segue é quais os conteúdos que suscitam este tipo de resposta dos “censores”. Grande parte do conteúdo que é considerado inapropriado é de cariz sexual (Taylor, 2013; Knox, 2014 e 2019; Nyby, 2023; Steele, 2020 e 2021, Alvarez, 2023). O mais antigo e o mais recente artigo da presente revisão de literatura tratam casos de tentativa de censura de materiais de temáticas sexuais revelando a perenidade deste problema. Mas há também outra linha que é frequentemente atacada: histórias reais ou ficcionais que retratem personagens pertencentes a grupos minoritários, aliás, da lista dos dez livros mais frequentemente reportados ao OIF, em 2017, nove têm personagens protagonistas pertencentes aos grupos «*LGBTQ+, people of color, native, ethic and religious minorities*» que Knox trata enquanto grupos que representam a diversidade (Knox, 2019). Esta tendência foi corroborada por Gardner através de uma análise bibliométrica às bases de dados da *Web of Science* e da *LISTA* entre 1970 e 2020, confirmando o aumento acentuado de termos associados à diversidade e à inclusão social na produção académica sobre a censura nas bibliotecas, e ainda que o termo “diversidade” é o que apresenta maior valor de inclinação (Gardner, 2022). Contudo, o ataque a conteúdos sobre diversidade social continua a estar próximo da questão da sexualidade, em especial quando são representadas orientações sexuais ou identidades de género não-normativas. As queixas costumam partir de grupos conservadores que identificam conteúdos de doutrinação neste tipo de materiais, e acusam as fontes de inadequação ao público menor, pedindo ao mesmo tempo uma narrativa alternativa à que é contada pela perspectiva da “diversidade” (Knox, 2019).

Em conclusão, foi possível identificar três grandes temáticas: a ética profissional, na qual se incluem quer o levantamento das diretrizes das entidades de referência, quer a

experiência e reflexões dos bibliotecários; sobre os casos reais de tentativas de censura, as reações e os procedimentos da biblioteca; e ainda sobre os utilizadores, ou mais concretamente sobre as motivações que os levam a vocalizar e a formalizar as queixas sobre materiais que pretendem erradicar.

Do primeiro grupo temático, conclui-se que há uma concordância quase total com os princípios de referência sobre o papel do bibliotecário enquanto agente de defesa da liberdade intelectual, fornecendo todo o tipo de abordagens válidas sobre um tópico, no entanto parece existir igual concordância no facto de ser mais difícil a concretização prática deste ideal, em especial quando se lida com comunidades conservadoras que não querem ver as suas mundividências desafiadas e, por outro lado, quando a biblioteca não estipula políticas para o tratamento das contestações de materiais que forneçam medidas estandardizadas que possam guiar os bibliotecários. Nota-se ainda a emergência de um novo modelo de ação para o bibliotecário que se sintetiza na passagem de uma postura de facilitador para a de fomentador.

No segundo grupo temático foram expostas, através de dados numéricos, o aumento dos casos de tentativas de censura, e, de forma alarmante, uma quantidade considerável de respostas complacentes por parte das bibliotecas. Foi também exposto como existe uma distância significativa entre o número de casos dos EUA e os dos países vizinhos. Por fim, concluímos, a partir do terceiro grupo temático, que os conteúdos mais desafiados são os de cariz sexual, e de forma crescente os relacionados com a inclusão/diversidade social de grupos minoritários.

1.2.2. Papel dos bibliotecários na defesa da Liberdade Intelectual

Como visto no subcapítulo *1.1.2. Liberdade Intelectual como “core value” professional*, há uma longa tradição deontológica na área de LIS que defende, como um dos principais valores, a liberdade intelectual e o livre acesso ao conhecimento, um posicionamento que é pensado a par de uma postura ativamente anti-censura.

Apesar da defesa da liberdade intelectual ser um ponto de partida partilhado pela classe profissional, a verdade é que evoca um problema maior: os termos em que se pensa a liberdade (Macdonald, 2023). A problematização deste conceito, apresentada pelo filósofo Isaiah Berlin no ensaio *Two Concepts of Liberty* (1958), é um forte contributo para a desconstrução de uma ideia que seria aparentemente consensual. Berlin defende

que a liberdade pode ser entendida em dois sentidos, ou em duas concepções. A primeira concepção, denominada de «liberdade negativa», sumariza a liberdade enquanto a possibilidade de atuar sem a interferência de terceiros, isto é, a liberdade dá-se quando o indivíduo autónomo concretiza a sua vontade/desejo livre de constrangimentos externos. A segunda concepção, a «liberdade positiva», segue uma linha kantiana e compreende a liberdade enquanto capacidade (*ability rather than opportunity*) de autorrealização moral e racional, que possibilita que o indivíduo tome decisões fundamentadas, como as necessárias para a participação política (Berlin, 1958).

Consoante a adesão a uma ou a outra concepção, e esta pode ser ou não consciente, o profissional condiciona a sua ação. Uma inclinação para a concepção negativa resultará numa atitude liberal de *laissez faire*, abstendo-se de condicionar o acesso ou o gosto, uma vez que entende que a liberdade intelectual é assegurada pela não-interferência na experiência do indivíduo. Uma inclinação para a concepção positiva pressupõe a necessidade de ação, uma vez que a capacitação para a liberdade pressupõe o desenvolvimento de competências. Sintetizando:

- Perfil tradicional-liberal: Contribuo para a liberdade do utilizador fornecendo todo o tipo de recursos, mas não interferindo na sua experiência de aquisição de conhecimento. Tende para a postura de neutralidade.
- Perfil progressista: Contribuo para a liberdade do utilizador conhecendo-o, percebendo as suas necessidades e limitações, e fornecendo recursos específicos para a sua realização. Tende para a postura de intervenção.

Esta explicação será útil para compreender aquilo que tem sido umas das discussões mais pertinentes na área de LIS sobre as (novas?)⁹ formas de assegurar a liberdade intelectual, sobre o questionamento da “neutralidade” pedida aos bibliotecários, o que esta significa, ou se é possível ou mesmo desejada (MacDonald, 2023; Gardner, 2022; Childs, 2017). Por um lado, a neutralidade é aquilo que assegura que, independentemente das crenças pessoais dos profissionais, sejam disponibilizados à comunidade todos os tipos de perspetivas sobre determinado tópico, e é uma condição

⁹ Vide: «Call for Chapters – New Frontiers on Freedom of Expression», 19 Novembro 2024 (<https://www.ifla.org/news/call-for-chapters-new-frontiers-on-freedom-of-expression-global-perspectives-on-censorship/>.)

para a abertura da expressão e da discussão de todo o tipo de ideias, até as controversas. Por outro, a emergência de uma corrente conhecida como “*critical librarianship*” ou “*progressive librarianship*” defende que os bibliotecários, enquanto agentes defensores da liberdade intelectual, devem fazer por excluir perspectivas que atentem contra a liberdade de outros: o exemplo dado é o de conteúdos racistas, que criam um “*flow* informacional” que oprime a liberdade intelectual dos grupos discriminados, seja a curto ou a longo prazo (Childs, 2017). Ou seja, existe uma diferença substancial entre a Biblioteca Pública que oferece materiais com todas as perspectivas possíveis – e este “todas” sugere uma atitude acrítica às visões disponibilizadas; e aquela que, por ser ativamente pró-democrática, exclui as visões que causam dano à democracia e à liberdade intelectual. O argumento central é o de que, agindo como fomentadores dos valores democráticos, aplicando um critério de exclusão aos conteúdos que atentem contra a democracia, os bibliotecários conseguirão salvaguardar a liberdade intelectual de forma mais eficaz do que se admitissem todo o tipo de vozes (Childs, 2017).

A escola da Biblioteconomia Crítica ou Progressista surge como proposta de ação às ameaças democráticas, e como forma de os profissionais poderem contribuir diretamente para dar resposta aos problemas da exclusão social e do acesso à informação, fomentando práticas participativas. É um movimento que se declara necessariamente politizado, ativista, e voltado para as questões de justiça social (Ochôa, 2023). A Biblioteconomia Crítica não é um movimento circunscrito a um grupo específico, e por isso é difícil situar o seu início, ainda que se possa apontar o começo da tendência com o surgimento da *Social Responsibilities Round Table* (ALA-SRRT), em 1969. Em 1990, foi fundado em Nova Iorque o *Progressive Librarians Guild*, e o jornal do mesmo grupo *Progressive Librarian*, com identificação política à esquerda (PLG, 2022). Os profissionais da organização reconheciam as estruturas biblioteconómicas, reflexo da sociedade que servem, enquanto estruturas de perpetuação de desigualdade sociais e de exploração e, conseqüentemente, consideram elementar que o bibliotecário, tomando consciência das estruturas que herdou, se politize e seja um agente de revolução interna (Rosenzweig, 2000). No território digital, o movimento online *#critlib* surge em 2014, no Twitter, sendo uma expressão da Biblioteconomia Crítica que explora mais especificamente questões de pertença e de desigualdades sociais específicas a minorias sexuais e raciais (Almeida, 2018; Macdonald, 2023, p. 4). No entanto, em 2015, “*critical librarianship*” ainda não existe no catálogo da Library of Congress enquanto termo

controlado, o que é indicativo da pouca popularidade na área de LIS até então (ALA-ACRL, 2015). Mais recentemente, autores como David Lankes têm aderido as ideias da Biblioteconomia Crítica e da rejeição da neutralidade, importando vocabulário como “ativismo” e “radicalismo” para o debate nos círculos académicos e profissionais.

A Biblioteconomia Crítica rejeita a ideia da postura neutral, não só por a entender como descomprometida com os valores democráticos, mas sobretudo por considerar a neutralidade como uma atitude “apolítica, *ahistórica* e impossível” (Gardner, 2022). Não é uma questão de se abandonar a postura neutral, mas sim um tomar consciência de que nunca se o foi: decisões em torno da catalogação, do desenvolvimento da coleção, dos conteúdos programáticos, etc... pressupõem um optar por algo em detrimento de outro. Chris Bourg, um dos representantes do abandono da ideia de neutralidade no debate “*Are Libraries Neutral*” da Midwinter President’s Program da ALA, em 2018, refere ainda que o facto de a classe profissional ser composta por 85% de pessoas de etnia caucasiana, uma situação que permanece inalterável apesar das alterações demográficas nos EUA nos últimos anos, é um indicador de uma evidente não-neutralidade na área de LIS: «*there’s nothing neutral about the fact that our profession and most of our organizations have remained stubbornly white for decades (...) despite all of our rhetoric about how much we value diversity*» (American Libraries, 2018).

A questão do acesso à informação, dentro e fora da biblioteca, pressupõe dinâmicas de poder e desigualdades sociais, o que faz com que enquanto centro de informação não possa ser neutra (Childs, 2017, p. 61). O bibliotecário, sendo agente implicado, não se pode colocar à margem de uma questão que é inerentemente política: «*(...) librarians cannot operate in a vacuum when they need to make decisions about how to serve their patrons. Therefore, librarians should protect intellectual freedom by embracing their political agency and actively combating censorship and surveillance.*» (*Ibidem*). Esta vertente de ativismo é a antítese da postura neutral, por ser assumidamente ideológica: «*Action towards change stress that activism is always ideological and never neutral, since it is driven out of personal motivation, values, and interests*» (Ôchoa, 2023, p. 7).

O argumento pós-neutralidade continua com a ideia de que a valorização de conceitos abstratos como o individualismo, a meritocracia e um livre arbítrio que parte da ideia de liberdade positiva, é uma forma de “cegueira” às desigualdades sociais, e aos diferentes obstáculos e pontos de partida de grupos minoritários e de classes

desprivilegiadas. Neste sentido, a neutralidade só seria positiva numa sociedade equitativa, usada como instrumento de manutenção de uma hipotética harmonia (Chiu, et. al., 2021, p. 58). Em suma, as críticas feitas à neutralidade profissional são:

- A neutralidade é uma forma de “cobardia moral”, uma vez que se trata de ser imparcial perante um cenário de injustiça.
- A neutralidade é um mito — todas as posições, mesmo as de abstenção, são políticas e têm implicações reais.
- A neutralidade é uma via de desresponsabilização do papel social do bibliotecário, e aprisiona-o na condição de mero técnico (Wenzler, 2019, p. 56).

O debate “neutralidade vs. ativismo” não é de forma alguma um exclusivo dos últimos anos, e aconteceu de forma especialmente marcada nas décadas de 60 e 70, nos EUA, quando se discutia o pronunciamento dos bibliotecários sobre questões sociais fraturantes, como a segregação racial ou a guerra do Vietname. Um dos maiores defensores da neutralidade profissional foi David Berninghausen, diretor da *School of Library Science* da Universidade do Minnesota, e membro do *Intellectual Freedom Committee* da ALA, que fez um trabalho notável em programas de apoio a bibliotecários em situações de pressão (nomeadamente casos de coação para a assinatura de “*loyalty oaths*” ou casos disciplinares na época em que Joseph McCarthy, enquanto membro do Senado, revela uma lista de supostos “membros do Partido Comunista” (Francoeur, 2006; Wenzler, 2019)). Quando a SRRT da ALA encoraja que os bibliotecários assumam um dever social que vai para além dos problemas do espaço biblioteca («*to non-library problems that relate to the social welfare of our society*» Wenzler, 2019, p. 58), Berninghausen reage em defesa da visão mais tradicional dentro da tradição da ALA: «*The function of a library is to have factual material on both sides of the question. The library is a reservoir for information and our business is to conserve it and wait till our users require its contents. The library is a source of ideas, not a promoter of them.*» (Ibidem). Uma tomada de posição política por parte dos profissionais coloca em causa o seu estatuto de imparcialidade e de não favorecimento de facções, especialmente quando se trata de questões cujo debate ainda está em curso, sob pena de comprometer a liberdade intelectual dos utilizadores. Berninghausen acreditava que uma viragem no sentido da politização, especialmente quando esta viragem era evidentemente alinhada com uma

agenda *left-wing*, para além de correr o risco de ser uma via de instrumentalização partidária, poderia provocar uma alienação das comunidades com identificação política à direita, e ser até potenciador de movimentos de extremismo (*Ibidem*, p. 59). John Wenzler recupera este capítulo da história da biblioteconomia para dar continuidade à linha de raciocínio de Berninghausen. Argumenta a defesa da neutralidade através do seguinte silogismo:

1. Os princípios do Iluminismo europeu enraizados na ideia de uma democracia liberal são a base da ética da biblioteconomia (*Ibidem*, p. 64).
2. Para assegurar um estado liberal é necessária uma posição neutral perante diferentes concepções do que é bom para o coletivo (“*if state fails to maintain neutrality between different moral ideas, it fails to treat every citizen with the equal care and respect she deserves as a member of a liberal society*” (*Ibidem*, p. 64).

Logo,

3. Os bibliotecários devem ser neutros perante diferentes ideias do que é bom/desejável para o coletivo (*Ibidem*, p. 64).

Os princípios iluministas são evocados por serem o protótipo da democracia moderna, pelo secularização e acantonamento do religioso na esfera privada, e pelos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, que são o protótipo dos ideais de igualdade racial e sexual, da liberdade de expressão, e dos direitos humanos universais. Nesta linha, conservando um pressuposto de valores base, Wenzler argumenta, recuperando as ideias de John Rawls, que uma filosofia política liberal que estabeleça balizas de justiça social, mas que não favoreça ideologias (aqui definidas enquanto diferentes propostas sobre o que é bom/desejável para o coletivo) é não só a melhor política para assegurar a liberdade individual, mas também para salvaguardar as perspetivas minoritárias (Wenzler, 2019, p. 67-69). A resposta para uma harmonia social não é uma homogeneização ideológica, mas o princípio da não imposição de uma. Em suma, a neutralidade não é uma postura de abstenção passiva, nem desligada do contexto sociopolítico, mas antes fundamentada filosoficamente e historicamente no compromisso de preservação dos valores democráticos (Wenzler, 2019, p. 69-70). Esta neutralidade, no entanto, não é extensiva a situações em que o pressuposto de valores base é violado, estabelecendo assim os limites da neutralidade: «*The library should not remain neutral when citizens, especially those*

who have power, refuse to play by the rules of political liberalism by using violence, threats, or intimidation to suppress the free expression of others. The library should, however, remain neutral between different conceptions of the good adopted by groups of citizens who are competing for political influence in democratic ways» (Ibidem, p. 70).

A definição de “liberdade intelectual”, segundo o *Online dictionary for library and information science*, é o direito de aceder e expressar perspetivas que podem ser impopulares ou ofensivas para outras pessoas, dentro de certos limites (Reitz, 2004). James LaRue, anterior diretor da OIF e da FTRF, um dos representantes pró-neutralidade no já mencionado debate “*Are Libraries Neutral*”, parece recuperar esta definição ao declarar que é um direito expressar ideias, no limite até ofensivas, traçando uma diferenciação do impacto entre palavras e atos, não só porque estar errado de forma pública é um direito, como é pela via do diálogo e até da crítica que há a possibilidade de aprendizagem (American Libraries, 2018). Além disto, LaRue alerta para o perigo da abertura de precedentes que possam levar à legitimação da censura, sob pretexto da seleção, e da uma instrumentalização partidária da profissão. A proposta de neutralidade e dos seus limites para os profissionais é a seguinte: «*We do not deny access to library services and resources. We do not seek to silence people on the basis of their backgrounds or beliefs. We do set limits on behavior*» (American Libraries, 2018).

O dilema do profissional entre a adesão à postura neutral ou à ativista corresponde a uma contradição moral: por um lado, o fazer uso das estruturas e recursos à disposição para gerar um impacto social positivo; por outro, o receio de abrir precedentes que transformem a figura do bibliotecário facilitador numa figura de autoridade, que pode ser apropriada por agendas políticas ou pessoais (Wenzler, 2019, p. 60).

A discussão em torno da defesa da liberdade por parte dos bibliotecários tem sido feita através do binómio “neutralidade vs. ativismo”, mas a formulação nestes termos não deixa de ser um tratamento redutor e até abstrato de questões que são dependentes das especificidades do contexto. A proposta de Stephen Macdonald é a desconstrução da oposição redutora entre a fação da “liberdade intelectual” individual e a da “justiça social”, procurando uma leitura conciliadora das duas. Recuperando as duas conceções de liberdade de Berlin, Macdonald propõe um espectro de posicionamentos profissionais possíveis, refletindo cinco interpretações do conceito liberdade. As primeiras são variações da liberdade negativa: a conceção negativa conservadora considera que a liberdade é constrangida quando há obstáculos concretos e proibições impostas por forças

externas; e a concepção negativa progressista reconhece a liberdade enquanto a ação de acordo com a vontade, reconhecendo que o sistema social constringe com maior incidência certos grupos (Macdonald, 2023, p. 7). De seguida, há duas concepções que derivam da liberdade positiva, que têm por base a ideia de que a liberdade é «*an individualised self-realisation frustrated by psychological barriers*» (*Ibidem*). A primeira, chamada de concepção positiva “*content neutral*”, rejeita a ideia da liberdade enquanto valor “concreto” universal, mas antes enquanto subjetivo e referente a “crenças internas consistentes”; no fundo, é a possibilidade da ação consciente segundo um compasso moral interno (*Ibidem*). A quarta concepção entende que a liberdade só é possível mediante um conjunto de condições externas ao indivíduo, e por isso está intrinsecamente ligada à manutenção da justiça social. Há uma ligação entre o indivíduo e o bem coletivo, uma vez que a responsabilidade social faz parte do ecossistema que permite o exercício da liberdade (*Ibidem*, p. 8). Por fim, Macdonald introduz uma quinta categoria, a da liberdade republicana, que equipara a liberdade ao estado de autogoverno, e que se afasta da concepção positiva porque rejeita a ideia de um compasso moral, assim como da liberdade negativa uma vez que a não-interferência não garante o autogoverno (*Ibidem*). Aplicadas às práticas do bibliotecário, segue-se as concepções discutidas num espectro que vai desde o posicionamento mais neutral ao mais ativista.

1. Concepção Negativa Conservadora - acesso físico à informação sem restrições; zero interferência do bibliotecário, ou o *laissez faire* no que toca à disponibilização de todas as perspectivas sobre um assunto, sem considerações sobre as implicações sociais da informação.

2. Concepção Negativa Progressista – o bibliotecário age com consciência social e pode intervir no sentido de controlar a disseminação de ideias controversas ou danosas, assim como na promoção de perspectivas sub-representadas, para contrapesar enviesamentos dos media/agências comerciais.

3. Concepção Positiva de Conteúdo Neutro – demarcação do paradigma centrado na coleção/documento para o paradigma centrado no utilizador, e por isso mais preocupado com “barreiras” psicológicas, e menos com as barreiras ao acesso físico aos materiais; o bibliotecário promove a autonomia do indivíduo através de serviços educacionais e criadores de competências.

4. Concepção Republicana – requer maior intervenção do bibliotecário como promotor dos valores democráticos, com a missão de dotar os cidadãos de informação útil

e recursos para a participação em sociedade. Biblioteca como local de formação cívica e um recurso para a emancipação individual.

5. Conceção da Liberdade como Ação Moral – desliga a liberdade intelectual da visão liberal, criando uma relação moral de dependência entre liberdade e justiça social. A ação do bibliotecário deve ser regida pelas necessidades sociais da comunidade, em especial para com os grupos em situação de desvantagem; visão da biblioteca como “ascensor” social (Macdonald, 2023, pp. 9-11)

Explicar aquilo o que motiva comportamentos, e desconstruir uma discussão dicotómica, é um passo importante para aliviar alguma tensão gerada no debate sobre o papel do bibliotecário. Abre também uma possível leitura de reconciliação entre as duas conceções de liberdade: a liberdade como ação moral é impulsionadora de uma melhoria coletiva (a nível da educação, saúde, acessos...) que fortalece a longo prazo a possibilidade de atuar de forma mais plenamente autónoma (Dimova-Cookson cit. por Macdonald, 2023, p.12).

1.3. Livros contestados em Portugal: o início do fenómeno?

Em Portugal, onde habitualmente a poeira das tendências internacionais demora a assentar, é possível encontrar indícios concretos do fenómeno em questão. Ao longo do curso de 2023, houve um livro que foi repetidamente “perseguido” por grupos identificados como pertencentes à direita conservadora, alguns deles partidariamente identificados (representantes do ADN e do Chega). A tentativa de boicote ao livro infantil “*No Meu Bairro*”, escrito por Lúcia Vicente e ilustrado por Tiago M., aconteceu por três vezes em diferentes eventos de apresentação do livro, na Fundação José Saramago (Casa dos Bicos)¹⁰, na Livraria Almedina do Rato¹¹, e na Fábrica das Palavras, a Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira. Está em causa um livro que explora temáticas sobre inclusão e diversidade, onde figuram personagens de diferentes etnias, com diversas

¹⁰ Vide: *Visão | Grupos anti-LGBT voltam a protestar contra livro «No Meu Bairro» na Fundação Saramago (com vídeo)*. (2023, setembro 29). Obtido 8 de dezembro de 2024, de <https://visao.pt/atualidade/sociedade/2023-09-29-grupos-anti-lgbt-voltam-a-protestar-contr-livro-no-meu-bairro-desta-vez-a-porta-da-fundacao-saramago/>

¹¹ Vide: *Livro infantil com linguagem inclusiva alvo de protesto. Autora diz ser “censura” | Livros | PÚBLICO*. (2023, setembro 23). Obtido 8 de dezembro de 2024, de <https://www.publico.pt/2023/09/23/culturaipilon/noticia/livro-infantil-linguagem-inclusiva-alvo-protesto-autora-censura-2064389>

configurações familiares, com diferentes níveis de mobilidade, entre outros, e que emprega o sistema gramatical neutro Elu. Tendo tido a oportunidade de questionar pessoalmente a autora sobre os episódios, estes foram descritos como tendo a mesma configuração: no curso da apresentação do livro, um grupo de intervenientes interrompe os oradores, sobrepondo-se com gritos, por vezes com uso de megafones, barrando os acessos e usando “linguagem verbal e corporal intimidatória”. Ainda que a polícia tenha sido chamada aos locais, a autora diz que a intervenção é “quase nula”, não sendo feita a identificação dos protestantes que a autora diz saber quem são porque é abordada pelos menos nas redes sociais. A autora refere que as redes sociais são um outro campo de ação destes grupos, e que recebe mensagens de ameaça e de ódio com frequência.

Este ano, a 8 de abril, a apresentação do livro “*Identidade e Família*” foi pretexto de protestos por um grupo de cerca de 20 pessoas, à porta da Livraria Buchholz, que não se identificou como pertencente a nenhum movimento ou partido, mas que exibia bandeiras LGBTQIA+. O livro é uma compilação de textos escritos por personalidades como Jaime Nogueira Pinto, o cardeal Manuel Clemente, e Guilherme D’Oliveira Martins, e foi apresentado na dita sessão por Pedro Passos Coelho, onde estava também André Ventura e o ministro da defesa Nuno Melo.¹² O livro que aborda várias problemáticas sociais, foi criticado sobretudo pela defesa de uma conceção conservadora do que é a “família tradicional”, e da ideia de que esta está sob ataque e em necessidade de ser protegida.

Em junho, a autora Mariana Jones, foi vítima de duas interrupções violentas por parte de membros do partido *Ergue-te* e do grupo Habeas Corpus, à apresentação do seu mais recente livro “*O avô Rui, o senhor do Café*” sobre Rui Nabeiro. A primeira ocorrência teve lugar na Feira do Livro de Lisboa, e a segunda na Fnac do Norte Shopping, e as manifestações não foram relativas ao livro que estava a ser apresentado, mas a uma publicação anterior da autora, “*O Pedro gosta do Afonso*” (2024). Os intervenientes interromperam ruidosamente e acusando a autora de ser “promotora da homossexualidade infantil e pedofilia”, tendo a mesma de ser retirada do local por seguranças, sem ser possível retomar a sessão. Nas imagens captadas pela comunicação

¹² Vide: Passos Coelho apresenta livro com manifestantes à porta e palavras de ordem. (2024, abril 8). SIC Notícias. <https://sicnoticias.pt/video/2024-04-08-Passos-Coelho-apresenta-livro-com-manifestantes-a-porta-de-cara-tapada-e-gritos-de-ordem-27738dd0> e “A ideia da família não pode ser vista numa lógica de sociedade de mercado”. (sem data). Diário de Notícias. Obtido 9 de dezembro de 2024, de <https://www.dn.pt/3721047175/a-ideia-da-familia-nao-pode-ser-vista-numa-logica-de-sociedade-de-mercado/>

social, é possível observar a linguagem verbal e corporal agressiva empregue pelos membros do grupo.¹³

O caso mais recente, no dia 10 de outubro deste ano, foi a tentativa de boicote pelo mesmo grupo ao livro “*Dar e Receber Amor em Todas as Suas Formas*”, na Livraria Buchholz. O livro, apresentado pela Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género (AMPLOS) é um guia dirigido a pais de crianças e jovens LGBTQIA+, composto por testemunhos de outras famílias.¹⁴ Em ambos os casos houve intervenção das forças da polícia, mas nenhum dos manifestantes foi identificado.

Existem outros casos de ataque à liberdade, nem todos a pretexto de livros, mas com a mesma tipologia, protagonizados pelo grupo *Habeas Corpus*, o grupo Reconquista e membros do Ergue-te, tendo sido publicado um levantamento das 21 incidências entre 2023 e 2024 no jornal PÚBLICO:

Lista de casos desde Junho de 2023

1. 17 de Junho de 2023 (Évora Pride).
2. 22 de Setembro de 2023 (Livraria Almedina, Lisboa).
3. 6 de Novembro de 2023 (Fábrica das Palavras, Vila Franca de Xira).
4. 14 de Maio de 2024 (sessão da Câmara, Cabeceiras de Basto).
5. 20 de Maio de 2024 (sede do BE, Lisboa).
6. 1 de Junho de 2024 (Feira do Livro de Lisboa).
7. 6 de Junho de 2024 (sede do BE, Porto).
8. 22 de Junho de 2024 (Fnac do Porto).
9. 19 de Julho de 2024 (SIC, Lisboa).
10. 3 de Agosto de 2024 (Centro Cultural Raiano, Idanha-a-Nova).
11. Agosto de 2024 (publicação de lista de "terroristas").
12. Setembro de 2024 (queixa do BE sobre cartazes).

¹³ Vide: Portugal, R. e T. de. (2024, junho 22). *Extrema-direita procura impedir apresentação de um livro*. Extrema-direita procura impedir apresentação de um livro. https://www.rtp.pt/noticias/pais/extrema-direita-procura-impedir-apresentacao-de-um-livro_v1581038 e Lusa, A. (2024, junho 6). *Apresentação de livro de Mariana Jones interrompida por membros da «Habeas Corpus»*. Observador. Obtido 9 de dezembro de 2024, de <https://observador.pt/2024/06/22/apresentacao-de-livro-de-mariana-jones-interrompida-por-membros-da-habeas-corporus/>

¹⁴ Vide: Santos, J. P., Rita Pereira Carvalho, Miguel Pereira. (2024, outubro 10). *Grupo de extrema-direita quis interromper apresentação de livro da AMPLOS, mas foi impedido de entrar. PSP esteve no local*. Observador. Obtido 8 de dezembro de 2024, de <https://observador.pt/2024/10/10/grupo-de-extrema-direita-quer-interromper-apresentacao-de-livro-da-amplos/>

13. 14 de Setembro de 2024 (marcha LGBTQIA+ de Castelo Branco).
14. Setembro de 2024 (segunda lista de "terroristas").
15. 25 de Setembro de 2024 (reunião de Câmara de Vila Franca de Xira).
16. 7 de Outubro de 2024 (cartazes na loja AIMA, Porto).
17. Outubro de 2024 (terceira lista de "terroristas").
18. 10 de Outubro de 2024 (Livraria Buchholz, Lisboa).
19. 4 de Novembro de 2024 (braçadeiras na sede do BE, Lisboa).
20. Novembro de 2024 (quarta lista de "terroristas").
21. 25 de Novembro de 2024 (sede do BE, Porto).¹⁵

O único caso que tomou lugar numa biblioteca ocorreu em Novembro de 2023, na Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, uma ação de protesto que visou a escritora Lúcia Vicente, como anteriormente mencionado. Tomou-se contacto com o coordenador da Biblioteca de Vila Franca de Xira, Sérgio Mangas, que forneceu um relato do incidente. À semelhança dos casos mencionados, a ação de boicote foi uma iniciativa do grupo *Habeas Corpus*, ainda que neste caso específico não tenha sido uma ação de grupo, mas de apenas um indivíduo (o mesmo que encabeçou as ações de protesto das sessões de apresentação da autora Mariana Jones). A ocorrência deu-se numa segunda-feira, dia em que tipicamente a biblioteca está fechada ao público, e aberta apenas para atividades escolares. As atividades com os alunos seriam a partir do livro da coleção “Sarita Rebelde” da Lúcia Vicente, contando com a dinamização da autora. À semelhança de casos anteriores, o protesto não se prendeu com a divulgação do livro “problemático” (que seria o “*No Meu Bairro*”, alvo de protestos passados), demonstrando que se trata de um ataque ao autor e não aos conteúdos de uma obra específica. Quando o indivíduo, que já era conhecido pela sua afiliação ao *Habeas Corpus*, sendo a pessoa que mais presença tem nas redes sociais do grupo, entra na biblioteca é informado pelos funcionários que a mesma se encontra fechada ao público geral, explicando que estão a decorrer atividades com público escolar. Ignorando o convite à saída, entra na Sala Polivalente onde decorria a atividade com as crianças e faz registos vídeo das pessoas presentes, interrompendo a sessão com insultos e ameaças verbais à autora. A polícia foi chamada ao local, e a autora

¹⁵ Vide: Bourgard, J. G. H., José Alves, Joana. (2024, novembro 29). *Vinte e um casos, 12 participados pela PSP: Grupo de extrema-direita continua a atacar quem pensa diferente*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/11/29/sociedade/noticia/vinte-casos-12-participados-ppsp-grupo-extremadireita-continua-atacar-pensa-diferente-2113721>

foi escoltada pelos funcionários da biblioteca até ao comboio. Este incidente resultou numa queixa-crime por parte da Câmara contra o indivíduo responsável, quer pela invasão do espaço, quer pela recolha de imagens vídeo a menores e sem consentimento.

Quando foi emitida pelo Fórum Internacional de Autores (IAF), pela IFLA, pela Associação Internacional de Editores (IPA), entre outros, a *Declaração Internacional Sobre a Liberdade de Expressão, e as Liberdades de Publicação e Leitura* (2024)¹⁶ em reação aos casos de tentativas de censura, a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) também juntou a sua assinatura. Pedro Sobral, o presidente da associação, deixa o comentário a propósito desta notícia dizendo que “(...) enganam-se aqueles que acreditam que só em sociedades totalitárias ou autoritárias estes direitos estão em causa. Temos assistido a movimentos, muitas vezes inorgânicos, que apelam ao cancelamento e à proibição de livros, escritores, escritoras, editores e livreiros”.¹⁷

Outra iniciativa ocorrida este ano foi o debate “Censura em democracia: Porquê os livros? E como?” promovido pela Acesso Cultura e pelo PNL, com o apoio da Rede BLX, que teve espaço na biblioteca de Alcântara, com um painel composto por André Tecedeiro, poeta e consultor e formador em diversidade de género, Conceição Tavares de Almeida, psicóloga, Lúcia Vicente, escritora, Pedro Sobral, presidente da (APEL) e Sérgio Mangas, bibliotecário-coordenador da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira.¹⁸

Posteriormente ao estágio, tomou-se conhecimento que uma das bibliotecárias da Rede BLX, responsável pelo serviço de mediação de leitura infantil, foi sinalizada pelo grupo de extrema-direita Habeas Corpus. Todos os meses este grupo publica na sua página de Facebook um vídeo onde enumera várias pessoas apontadas como “Terroristas do movimento político LGBTQIA+”, colocando uma fotografia do rosto, o nome e o cargo profissional dos visados.¹⁹ A bibliotecária em questão, com quem se conversou

¹⁶ Vide: IPA. (2024, março 14). *International organisations for authors, publishers, booksellers and libraries call for key freedoms to be respected*. International Publishers Association. <https://internationalpublishers.org/international-organisations-for-authors-publishers-booksellers-and-libraries-call-for-key-freedoms-to-be-respected/>

¹⁷ Vide: *Número de livros censurados está a crescer: Sector livreiro mundial lança declaração de apoio à liberdade de expressão*. (2024, março 15). Expresso. <https://expresso.pt/cultura/Livros/2024-03-15-Numero-de-livros-censurados-esta-a-crescer-sector-livreiro-mundial-lanca-declaracao-de-apoio-a-liberdade-de-expressao-65874224>

¹⁸ Vide: *Censura em democracia: Porquê os livros? E como?* – Acesso Cultura. (sem data). Obtido 11 de dezembro de 2024, de <https://acessocultura.org/censura-em-democracia-porque-os-livros/>

¹⁹ Para proteger a identidade da profissional em questão, tomou-se a decisão de não referenciar a publicação mencionada.

posteriormente, informou ter apresentado queixa às autoridades com o apoio da Chefia da Rede pelo uso da imagem não consentida. A mesma acrescentou que foi uma experiência desestabilizadora a nível pessoal e profissional por se saber que os canais de comunicação deste grupo (*Facebook* e *Telegram*) têm um alcance considerável, sendo as vias de convocação para as ações-protestos, e ainda utilizadas para incitação à violência e ao assédio.

2. Objetivos e Abordagem Metodológica

A revisão da literatura e o levantamento das problemáticas relacionadas permitem ao investigador fazer o reconhecimento do território a explorar. Mas para o avanço e sucesso de qualquer investigação é necessário o afunilamento das questões a que se pretende responder, assim como a seleção dos instrumentos mais adequados à natureza do estudo. Este capítulo tem como propósito a explicitação destas decisões, desde o estabelecimento dos objetivos principais e secundários da investigação, à base conceptual de análise e interpretação dos dados, assim como a escolha das técnicas de recolha de informação.

2.1. Objetivos

Conforme discutido no capítulo anterior, a problemática da investigação desenvolve-se sob o pressuposto de que o aumento de casos de tentativas de censura nas bibliotecas está intrinsecamente ligado a um fenómeno maior de polarização política e social, que é cada vez mais global. Partindo deste pressuposto, torna-se pertinente o questionamento sobre o estado da arte nas bibliotecas públicas portuguesas, uma vez que, à semelhança de outros países, também Portugal é um dos casos em que, nos últimos anos, o discurso público se tornou saturado com questões e preocupações em torno do extremismo ideológico. No fundo, a investigação tem como ponto de partida a pergunta: “Tendo em conta o panorama internacional de aumento de casos de contestação de materiais nas bibliotecas, será possível observar nas bibliotecas portuguesas repercussões deste fenómeno?”.

Pela limitação de recursos disponíveis numa investigação desta natureza, o objeto de estudo é circunscrito à realidade de uma cidade, Lisboa, e a uma amostra de bibliotecas inseridas na mesma estrutura organizacional, no caso, a Rede de Bibliotecas de Lisboa, ou a Rede BLX.

O objetivo geral do estudo é fazer um diagnóstico das bibliotecas da Rede BLX relativo ao fenómeno internacional de aumentos de casos de contestação de materiais e tentativas de censura por parte de utilizadores nas bibliotecas. Este diagnóstico passa pelo mapeamento de casos, assim como pela análise da cultura e da atitude profissional, na teoria e na prática, dos funcionários das bibliotecas no que toca à defesa da liberdade intelectual.

Para responder aos objetivos da investigação, é necessário enquadrar a amostra, no caso, a Rede BLX, passando pela sua caracterização enquanto estrutura organizacional, assim como efetuar uma caracterização mais geral ao nível dos valores institucionais e de que modo estes tentam corresponder ao compromisso para com a manutenção da Democracia, missão prescrita à Biblioteca Pública, de acordo com o alinhamento proposto pelas orientações internacionais de referência. Em seguida, será analisado o nível de preparação formal para eventuais casos de contestação de material ou ações de protesto por parte de utilizadores. A determinação do grau de preparação será aferida a partir da verificação de canais de encaminhamento e de resposta de reclamações formais, ou de documentos que declarem o posicionamento da organização relativamente à liberdade de acesso, ou ações de formação dirigidas aos funcionários.

À semelhança de estudos anteriormente feitos, este tipo de investigação pressupõe um reconhecimento de campo, que passa necessariamente pela recolha do testemunho dos profissionais, que estão na linha da frente e são quem sente em primeira mão a sensibilidade dos utilizadores. São também eles que se apercebem de situações, sejam mais ou menos explícitas, em que existe desagrado relativo ao conteúdo de produtos e de serviços da biblioteca. Neste sentido, um dos objetivos do estudo é, através de entrevistas com os profissionais, fazer o mapeamento e a caracterização dos casos de contestação de materiais, a fim de apresentar um diagnóstico do ponto de situação nas bibliotecas públicas de Lisboa, o que pode ser o início de um trabalho mais amplo que promova o diagnóstico a nível nacional.

À partida, reconhece-se a possibilidade de que o número de casos de contestação de conteúdos não tenha uma expressão significativa nas bibliotecas públicas sob estudo, ainda que exista a suspeita de que a situação poderá estar em mudança iminente, como explicado anteriormente. Por este motivo, a investigação pretende também albergar a dimensão alargada da cultura profissional no que diz respeito à defesa de um dos principais valores biblioteconómicos: o da defesa da liberdade intelectual. A literatura científica e os debates promovidos pelas entidades de referência da área dão conta de uma mudança no paradigma profissional no que diz respeito à defesa da liberdade intelectual, e esta mudança pode ser sintetizada na passagem de uma postura de neutralidade para uma de proatividade. Esta discussão também reflete a tensão entre uma ala profissional que defende a liberdade intelectual através da abstenção total de interferência na experiência do leitor e de qualquer tipo de seleção/censura de conteúdos, e uma outra linha, que tem como abordagem uma atitude proativa, envolvida com a comunidade,

atenta às necessidades sociais, e promotora de atividades e materiais pró-democratas (fomentando os valores da participação e da representação cívica equitativa). Uma vez que as duas atitudes têm formas diferentes de responder a eventuais casos de contestação, e até mesmo práticas diferentes ao nível da sua prevenção, será interessante compreender de que “lado” se encontram os bibliotecários da BLX. Neste sentido, propõe-se a aplicação de um inquérito por questionário aos profissionais, com vista a explorar a sua cultura profissional.

Em suma, o plano de investigação estabelece três objetivos específicos:

1. Apurar o grau de preparação da Rede BLX, enquanto organização, para responder ou antecipar casos de contestação, assim como o seu posicionamento de compromisso para com os valores democráticos.
2. Averiguar a existência de casos de contestação a materiais, a sua natureza e formatos, através do testemunho dos profissionais das bibliotecas.
3. Enquadrar a cultura profissional dos funcionários da Rede BLX dentro do debate entre a pró-neutralidade vs. linha crítica/progressista.

2.2. Base conceptual e abordagem interpretativa

Qualquer investigação deverá ter *a priori* o estabelecimento do paradigma de pensamento em que se insere para dar a conhecer os modos de interpretação e obtenção de resultados. No presente caso, a maioria das conclusões são extraídas através da construção de padrões coletivos alimentados pela soma de experiências subjetivas individuais. Por este motivo, o paradigma de pensamento é essencialmente construtivista, uma vez que recolhe e relaciona perspetivas dos participantes, também em interação com as perspetivas da investigadora, criando-se a oportunidade para um espaço interpretativo que engloba a experiência dos sujeitos à luz das problemáticas do estudo (Creswell, 2014). A relevância do estudo está dependente do espaço e do tempo em que os eventos observados acontecem, informando assim sobre a “fotografia” do contexto social e cultural específicos do momento histórico.

Considerou-se que o método de investigação mais adequado aos objetivos seria o Estudo de Caso, pela sua natureza de foco exclusivo e aprofundado num grupo/organização/comunidade (Yin, 2018; Vilelas, 2022). Yin caracteriza este modelo de investigação enquanto «*an empirical method that investigates a contemporary*

phenomenon (the “case”) in depth and within its real-world context, especially when the boundaries between phenomenon and context may not be clearly evident» (Yin, 2018). Esta definição sumariza o tipo de estudo em causa, uma vez que a presente investigação pretende observar, ou averiguar, um fenómeno — o aumento de casos de contestações de materiais na biblioteca, numa realidade concreta, a das bibliotecas da Rede BLX.

A abordagem interpretativa dos dados é mista, recorrendo quer a leituras qualitativas da informação e dos testemunhos recolhidos, como à sistematização estatística e quantitativa dos mesmos. Para melhor responder aos diferentes objetivos da investigação, considerou-se necessária a aplicação de diferentes técnicas de recolha de informação, uma estratégia que permite a posterior triangulação dos dados (Vilelas, 2022).

2.3. Instrumentos de recolha de dados

As técnicas de recolha de dados empregues são a análise documental, o inquérito por entrevista e o inquérito por questionário. São as técnicas mais comumente encontradas em estudos de natureza semelhante, como apontado na Revisão de Literatura.

Ainda que cada técnica tenha sido selecionada para responder a um objetivo diferente da investigação, a informação que visam recolher complementa-se porque informa sobre perspetivas diferentes do mesmo objeto de estudo.

Dado que se partia para a investigação com quase nenhuma informação prévia sobre a amostra em estudo (para além da informação disponível *online*), a técnica da análise documental mostrou-se o primeiro passo indispensável para fornecer dados contextuais, assim como para enquadrar as questões a serem colocadas e quais os pontos de exploração de interesse. A análise documental, sendo primeiramente um instrumento indispensável porque fornece dados contextuais, sugere questões pertinentes e lacunas, e permite rastrear a cronologia dos acontecimentos (Silva, 2021) cumpre uma função particular neste estudo, que é a de contornar a dimensão subjetiva dos outros métodos aplicados. A análise documental é encarada sobretudo como forma de caracterizar a dimensão institucional do objeto de estudo, problematizando-a em paralelo com a dimensão da experiência individual e com a do coletivo profissional.

A complexidade do objeto de estudo, tendo em conta o número de equipamentos, as diferentes tipologias, e ainda a variante da pertença a diferentes unidades de gestão, exigia um nível de envolvimento do investigador que dificilmente seria suficiente se não

fosse direto. Enquanto instrumento funcional, as entrevistas foram pensadas para corresponder a um propósito de diagnóstico-caracterização, isto é, para «fornecer pistas para a caracterização do processo em estudo» (Amado, 2014, p. 211). A aplicação do inquérito por entrevista foi escolhida por ser um método que permitiria explorar através de conversas a experiência individual dos profissionais, acedendo a um nível de autenticidade dificilmente alcançável no inquérito por questionário, e garantindo assim um reconhecimento informado sobre diferentes realidades das bibliotecas que compõem a Rede BLX. A tipologia das entrevistas seguiu a lógica semiestruturada ou semidiretiva: por um lado há uma circunscrição quer ao nível temático, mantendo a conversa sobre um tópico restrito, quer a nível formal, seguindo o guião previamente construído (Apêndice A), por outro, houve liberdade e incentivo para que os entrevistados aprofundassem questões relevantes ao estudo que não estivessem diretamente implicadas nas questões (Amado, 2014, p. 208). A flexibilidade da conversa demonstrou ser produtiva na recolha de dados, uma vez que muitos participantes se recordaram de episódios relevantes não no momento da pergunta direta, mas na sequência de um diálogo que se tornava informal.

O inquérito por questionário foi escolhido para responder ao terceiro objetivo, uma vez que é o instrumento privilegiado para «colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional (...), às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções (...), ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou problema (...)» (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 188). Ao contrário da Entrevista, o processo de interpretação dos resultados do questionário foi relativamente fechado, uma vez que cada opção de resposta correspondia a um indicador de perfil pré-estabelecido. Uma vez que o Questionário pretendia diagnosticar a cultura profissional no coletivo, a apresentação e análise estatística dos dados foi essencial para a interpretação dos resultados e para a formulação das conclusões sobre o grupo.

2.3.1. Análise Documental

A análise documental, diferente da consulta de bibliografia temática, foi realizada durante o período de investigação de campo (no decurso de um estágio curricular de 202 horas) no espaço físico da Direção da Rede de Bibliotecas (DRB), e facilitada sobretudo pela orientadora do estágio e Chefe de Divisão, tendo havido um critério de seleção que

se prende com a relevância dos documentos no contexto institucional reconhecida pela chefia interna. São consideradas três tipologias de documentos:

- Documentação interna [*Cultura em Lisboa: Escutar, Agir, Cruzar* (2019); *Relatório de Atividades Direção Municipal de Cultura 2018* (2018); *Orientações Gerais para a Gestão das Coleções na Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa* (2010) ...];
- Documentação produzida com autoria, coautoria ou adaptação à responsabilidade de representantes DRB, ou de departamentos da Câmara Municipal de Lisboa em diálogo com a DRB [*Rough Guide To Citizen Engagement In Public Libraries* (2023); “Aberta a Todas as Pessoas: Servir a Comunidade LGBTI na Sua Biblioteca” (2020); *Programa Estratégico Biblioteca XXI: Proposta de Requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa* (2012); “Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa: Considerações sobre a Gestão de Coleções” (2007)...];
- Documentação de carácter orientador [*Plano Estratégico Culture Action Europe* (2022); *Carta do Porto Santo* (2021); *Cultura 21: Ações* (2015); *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: Conferência ARTEMREDE* (2015) ...].

O levantamento e a análise dos documentos foram essências não só numa fase primária para caracterizar a amostra do estudo, mas também na continuidade do estudo, na posterior contextualização da realidade local de cada biblioteca, e da Rede BLX no seu todo. No entanto, no que toca à descrição da Rede enquanto sistema, houve necessidade de complementar as fontes com bibliografia mais extensa, nomeadamente o estudo de Gabriel Casimiro, “Gestão por Processos na Rede de Bibliotecas de Lisboa” (2018) e “Modelos Organizacionais das Bibliotecas Municipais de Lisboa” (Casimiro et al., 2020).

2.3.2. *Inquérito por entrevista*

O objetivo principal das entrevistas foi averiguar a existência de tentativas de censura por parte dos utilizadores e qual a sua natureza, e como objetivos secundários, a auscultação do tipo de resposta imediata e dos recursos disponíveis dos bibliotecários perante estes casos, assim como a sondagem preliminar de outros tipos de censura (*soft*

copyright, autocensura, condicionamento pela opinião de colegas ou chefias, entre outros).

As entrevistas foram feitas presencialmente entre os dias 29 de fevereiro e 12 de abril de 2024, a um total de 82 funcionários pertencentes às bibliotecas de Alcântara, Belém, Casa Jardim da Estrela, Camões, Cinema Europa, Coruchéus, David Mourão-Ferreira, Galveias, Hemeroteca, Marvila, Maria Keil, Natália Correia, Orlando Ribeiro, Penha de França, São Lázaro, e ainda a funcionários da DRB que já tivessem trabalhado nas bibliotecas (Figura 1). Foram visitados todos os equipamentos da Rede BLX à exceção da Biblioteca Itinerante, por se encontrar em reparação. A biblioteca dos Olivais foi visitada, apesar de estar fechada ao público para obras de requalificação, ainda que não tenham sido recolhidos depoimentos, uma vez que os membros, por terem sido recentemente integrados nos serviços, não tinham ainda experiência profissional de atendimento ao público nas bibliotecas.



Figura 3. Cronologia das entrevistas presenciais aos profissionais da Rede BLX.

O guião da entrevista – previamente estruturado com base em estudos anteriores de natureza semelhante e recolhidos na revisão de literatura (Knox, 2014; Moody, 2005; Oltmann, 2016b; Oltmann et al., 2017; Taylor & McMenemy, 2013) - continha 11 perguntas, das quais oito fechadas, 1 semifechada, e duas abertas (Apêndice A). Por

fechadas, entendem-se as questões cujas respostas são sintetizadas em formulações binárias de “sim ou não”, por semifechada as respostas com recurso a escolha múltipla, e por abertas as questões cujas respostas permitiam a formulação de uma opinião. Ainda assim, e porque a entrevista assumiu tipicamente um tom conversacional, houve informação partilhada durante a resposta a questões fechadas que, quando pertinente, é apresentada para clarificar o contexto das respostas, como são exemplo as perguntas 8, 9 e 11.

As entrevistas, sendo presenciais, foram feitas com recurso ao guião escrito. As respostas foram registadas manualmente no formulário/grelha de apoio. O tratamento e a contabilização dos dados foram executados posteriormente com recurso ao MS Excel.

2.3.3. Inquérito por questionário

A aplicação do inquérito por questionário tem em vista a resposta ao terceiro objetivo específico da investigação, o de enquadrar a cultura profissional dos funcionários das BLX dentro do debate entre a pró-neutralidade ou uma linha profissional progressista. Este método foi considerado o mais adequado porque o conjunto de perguntas em causa exigiam um tipo de resposta de opinião relativamente reflexiva, e para este fim privilegiou-se um método que permitisse quer a privacidade, quer a flexibilidade necessária no tempo de resposta. Ainda que durante as entrevistas também tivesse sido garantido o anonimato, a verdade é que a interação direta com a investigadora, e a eventual hipótese de a conversa ser conduzida em espaços partilhados, poderiam ser fatores condicionantes na comunicação da informação. Por estes motivos, optou-se por um formato em que os participantes pudessem gerir o tempo de resposta, e em que se sentissem seguros na garantia do não rastreamento de dados pessoais, que revelassem a identidade ou a pertença a um determinado local de trabalho. Em segundo lugar, o formato do questionário permite suprimir um problema antevisto no planeamento: uma vez que a temática em vista poderia não ser do conhecimento de todos os profissionais, seria necessária uma breve introdução à mesma. No formato escrito do inquérito por questionário, os termos teóricos são comunicados de forma uniformizada a todos os participantes.

A elaboração do questionário foi feita com base não só na literatura científica, mas em grande medida pelo contacto direto com os profissionais ocorrido durante o período da investigação de campo. Além disto, houve uma revisão feita pela orientadora do

estágio e chefe de Divisão, a Dra. Edite Guimarães, e contou ainda com o contributo de Paulo Silva, da Divisão da Rede de Bibliotecas, nomeadamente no que concerne a adaptação das questões ao público-alvo, assim como na adaptação à linguagem inclusiva, que se procurou seguir (Apêndice B).

O inquérito por questionário, através da plataforma *Google Forms*, foi enviado aos funcionários da Rede BLX por e-mail. O período de respostas foi entre os dias 24 de Junho e 5 de Julho de 2024. Optou-se por manter as respostas anónimas, incluindo a pertença ao equipamento de origem, uma vez que existem bibliotecas com equipas de número reduzido (algumas com equipas de duas a quatro pessoas). No entanto, foi questionado se os participantes pertenciam aos equipamentos geridos pela Câmara Municipal ou às bibliotecas a cargo das Juntas de Freguesia, uma vez que no caso das entrevistas, esta diferença administrativa correspondeu também a uma diferença na experiência dos profissionais.

Excluindo as questões para enquadramento estatístico da amostra, o questionário apresentou 15 perguntas, às quais se estimou um tempo de resposta de 10 minutos.

Como referido, e ainda que se tenha procurado fornecer aos participantes uma distinção clara entre posicionamentos “neutral” e “progressista”, existe a consciência de que as temáticas associadas à Biblioteconomia Crítica poderão não ser do conhecimento geral, da mesma forma que as questões relativas à neutralidade poderão não ser um problema presente no dia-a-dia dos funcionários. Com esta ressalva, esclarece-se que aquilo que o inquérito pretende apurar não é tanto um posicionamento comprometido e previamente fundamentado, mas antes uma sensibilidade ou inclinação que seja mais orientada ou para o paradigma “tradicional” (que entende que a defesa da liberdade é feita através da não-interferência), ou para o paradigma da biblioteconomia progressista (que pensa o papel do bibliotecário como agente de mudança). É esta inclinação que nos pode informar sobre a cultura profissional no que toca à defesa da liberdade intelectual e à manutenção dos valores democráticos.

Antecedendo a elaboração do questionário, foram construídos a partir da literatura científica os perfis de características dos dois paradigmas profissionais, para que esta definição pudesse orientar a formulação das questões e facilitar o “diagnóstico”.

Perfil do bibliotecário “tradicional”:

- Agente discreto (*laissez faire*): atua segundo o princípio da não-interferência na experiência de leitura do utilizador, em oposição à postura de mediador de leitura.

- Imparcial: não toma partido ou favorece um dos lados numa disputa ou controvérsia.
- Neutro: perante situações de potencial desacordo, abstém-se de manifestar a sua opinião.
- Liberal: prioriza o princípio da não intervenção na liberdade individual.
- Intransigentemente anti-censura: entende que não lhe cabe policiar o tipo de conteúdo que circula na biblioteca, mesmo em situações em que o conteúdo possa ser suspeito (o exemplo ilustrativo dado na literatura é o do manual de como montar bombas, e se perante um pedido desta natureza o bibliotecário facultaria, ou não, a informação).
- “Apolítico”: acredita que a abstenção de um posicionamento político é a única forma de assegurar que a biblioteca não é instrumentalizada de forma partidária.
- Acredita que a biblioteca é “*a source of ideas, not a promoter of them.*” (Wenzler, 2019).

Perfil do bibliotecário crítico/progressista:

- Agente mediador: orientado para a comunidade; as linhas de ação são determinadas a partir das pessoas para quem trabalha e das suas necessidades, interesses e fragilidades informacionais; para isso tem de estudar a comunidade e trabalhar em relação.
- Politizado: ativamente pró-democrata, e por isso preparado para eliminar visões que possam atentar à liberdade de outros, nomeadamente conteúdos com ideias discriminatórias e/ou violentas para com algum grupo de pessoas.
- Ativista/*Advocate*: defensor vocal de uma causa social (alinhada com os valores democráticos de liberdade, inclusão, equidade, entre outros).
- Curador: os conteúdos da coleção e da programação são escolhidos com critério; há uma consciência sobre o impacto positivo e negativo da informação e essa dimensão é trabalhada.
- Crítico da neutralidade: Tende a acreditar que «*Only dominant communities benefit from neutrality*» (Chiu, Ettarh, Ferretti, 2021) e que a neutralidade é uma atitude «apolítica, ahistórica e impossível» (Gardner, 2022).

Para além da bibliografia temática, o inquérito por questionário tem como modelos práticos o estudo de Macdonald (2023), que estabelece uma escala de posicionamentos possíveis, desde o *laissez faire* até ao ativismo, assim como os questionários de Oltmann (2016) e Scott & Saunders (2021).

3. Análise dos Dados

3.1. Resultados da Análise Documental

Sendo a presente investigação um estudo de caso, será necessário traçar o percurso histórico que transformou as bibliotecas municipais de Lisboa no que é hoje a Rede BLX, passando por uma breve cronologia que assinala os diferentes modelos de gestão implementados. O primeiro subcapítulo pretende dar conta da história da Rede BLX de um ponto de vista administrativo, com natural ênfase no modelo de gestão presente. De seguida, entra-se na dimensão cultural propriamente dita, quer ao nível da comunicação das funções, missão e valores, quer ao nível do modelo de gestão cultural adotado pela Divisão da Rede de Bibliotecas (DRB). É depois reconstruído um retrato da Rede BLX, que informa sobre a cultura profissional de uma perspetiva institucional, seguindo-se a resposta aos objetivos mais diretamente relacionados com a problemática em estudo — a preparação para ou a antecipação de eventuais casos de contestação de materiais com base no seu conteúdo.

3.1.1. Rede de Bibliotecas de Lisboa: Percurso histórico e modelos de gestão

A Biblioteca Pública surge em Portugal, e de forma geral no resto da Europa, no início do século XIX, filha da Revolução Francesa e da ascensão do Liberalismo, e é sintoma de uma época em que a noção do indivíduo se transforma, de súbdito a cidadão, e era por isso importante criar um contexto social em que houvesse instrumentos públicos com a função de ascensores sociais, através da educação e do acesso à cultura (Pereira, 2012, p. 2). Ainda que o fenómeno da democratização da cultura e do acesso à educação, que para o presente estudo se circunscreve aos programas de Leitura Pública, tenha assumido diferentes formatos em diferentes contextos nacionais, o caso português, mesmo possuindo uma série de aspetos que são comuns a outros países do sul da Europa, é considerado como pertencente ao modelo latino. Este modelo caracteriza-se, por um lado, pelo carácter patrimonial das coleções, uma vez que estas nascem da expropriação e nacionalização dos bens da Igreja e, por outro, por uma forte intervenção do Estado, que é aliás de quem parte a iniciativa da criação de bibliotecas populares (Pereira, 2012, p. 2-8).

É no final do século XIX que arranca o projeto de criação e expansão das primeiras bibliotecas populares em Lisboa, pensadas enquanto equipamentos de complemento à educação escolar e de promoção da leitura. A nível nacional, os níveis de escolarização eram reduzidos: à data de 1870 existiam apenas 2.300 escolas oficiais para uma população continental de 4 milhões de pessoas, e deste número apenas 330 eram escolas acessíveis ao sexo feminino (Casimiro, 2018, p. 172). A estratégia do planeamento biblioteconómico de Lisboa consistiu, na sua primeira fase, na distribuição não sistemática de bibliotecas nos bairros da cidade, sem que estas obedecessem a tipologias ou a algum tipo de relação hierárquica oficial entre si (ainda que se encontrem referências a uma Biblioteca Central, mas sem provas de que esta designação fosse referente a uma distinção de tipologia) (*Ibidem*, 2018, pp. 185-186). Não havendo um fluxo de poder explícito, subentende-se que este modelo é caracterizado pela sua horizontalidade. Ainda que o investimento nas bibliotecas tivesse em vista uma melhoria na economia nacional a longo prazo, apostando-se em meios que possibilitassem a preparação para empregos mais bem qualificados, a verdade é que o planeamento da rede de bibliotecas em Lisboa foi marcado por avanços e recuos, que desencadearam no encerramento de nove das dez bibliotecas abertas entre 1883 e 1930 (Casimiro, 2018, p. 172).

A situação tem um ponto de viragem a partir da década de 30, à boleia de uma série de políticas de habitação acessível e da construção de novos bairros na capital, nos quais a biblioteca surge enquanto elemento atrativo (*Ibidem*, 2018, p. 180). A reconfiguração do desenho biblioteconómico da cidade é oficializada pela Comissão Administrativa da Câmara, que aprova um plano orientador para as Bibliotecas Municipais com definições concretas dos objetivos, da estrutura, de um regulamento e da responsabilidade da entidade reguladora, a Inspeção das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais de Lisboa, assim como da figura de chefia desta, o Inspetor das Bibliotecas, Arquivos e Museus (*Ibidem*, p. 191). O modelo desta época é construído a partir de uma relação hierárquica entre a Biblioteca Central (no Palácio Galveias) e as subordinadas Bibliotecas Profissionais/Populares. A primeira seria distinta em duas vertentes: em natureza e em função. Em natureza pela vocação histórica e erudita, e em função por centralizar todos os processos técnicos relacionados com a coleção. As Bibliotecas Profissionais, dependentes e fiscalizadas pela Central, eram localizadas nos bairros, cumprindo a função de desenvolver valências profissionais. Ainda que este modelo seja o primeiro a introduzir uma dinâmica de rede, demonstra problemas ao nível de um investimento desequilibrado, que privilegia a dimensão erudita, (*Ibidem*, p. 194). Apesar

de se ter observado uma gestão mais planeada, e por isso observarmos pela primeira vez uma dinâmica de rede, existe o problema de as bibliotecas de bairro funcionarem essencialmente como objetos complementares ao projeto habitacional urbano, o que explica um planeamento «desordenado» e não «alicerçados em processos e em normas para Bibliotecas Públicas» (*Ibidem*, 181), além de que há um desequilíbrio de investimento, que privilegia a dimensão erudita da coleção, presente apenas na Biblioteca Central, um problema que se agrava com a falta de serviços desenhados a partir da ótica do utilizador, situação que era aliás paradigma nacional (*Ibidem*, 2018, p. 194).

Após um longo período de estagnação, há uma mudança transformadora a partir da década de 80 desencadeada, em Portugal, pelo *Manifesto" da Leitura Pública da BAD* (1983), mas também a nível internacional e que se prende com a macrotendência da democratização cultural. A elaboração de serviços convenientes ao utilizador, como o alargamento dos horários, o livre acesso às estantes, o empréstimo ao domicílio, a diversificação de conteúdos e de materiais como cinema e música, são sinais de um modelo biblioteconómico que se afasta da lógica patrimonial e erudita, e que se aproxima daquele praticado nos países anglo-saxónicos (Pereira, 2012). É nesta altura que se criam diretrizes para uma Rede nacional portuguesa, ainda que a Rede de Lisboa se mantenha em gestão autónoma e só integre o programa nacional em 2017 (Casimiro, 2018, p. 181).

O novo e atual modelo de gestão da rede de Lisboa data de 2012, no entanto ocorreram uma série de inovações e implementações tecnológicas que prepararam a reconfiguração estrutural da Rede, e que permitiram a operatividade da mesma, nomeadamente o *software* de catalogação automatizada PORBASE, assim como o sistema de gestão de processos *Horizon* (Casimiro, 2018, pp. 199-200). Aquilo que marcou o início do terceiro modelo foi a nova organização do território, e uma nova base conceptual, sumariada na máxima “Feita pelas pessoas, de fora para dentro” assinalada no *Programa Estratégico Bibliotecas XXI: Proposta de Requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa* (PEBXXI), aprovado em 2012, e com projeção até 2024. O novo mapeamento do território divide as áreas da cidade em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), e a distribuição das bibliotecas é pensada dentro das necessidades e especificidades de cada área. O novo modelo mantém a lógica de hierarquia entre biblioteca central e bibliotecas de serviços de proximidade, mas multiplica este tipo de dinâmica relacional criando várias “famílias nucleares”, ou seja, existem bibliotecas-âncora, servindo o papel de biblioteca central dentro de cada UOPG, que prestam apoio às bibliotecas de bairro, que partilham a mesma zona geográfica

(Programa Estratégico Biblioteca XXI: proposta de requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa, 2012).

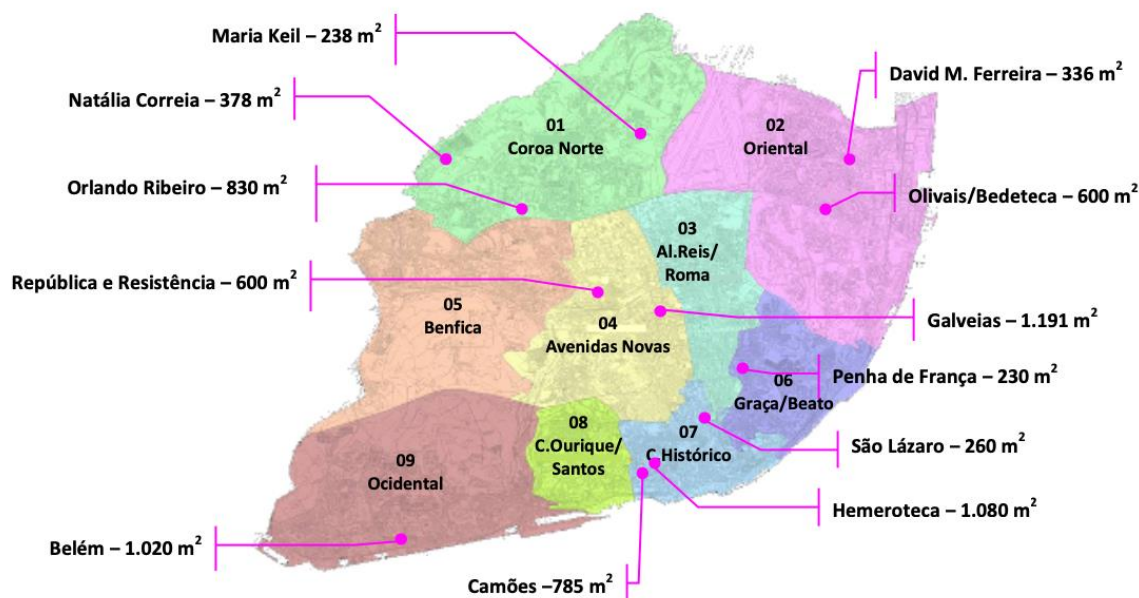


Figura 4. UOPGs e Bibliotecas à data da Publicação do PEBXXI. Câmara Municipal de Lisboa. Direção Municipal da Cultura. Programa Estratégico Biblioteca XXI: proposta de requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa. (2012).

A gestão da Rede foi afetada pela reforma administrativa que ocorreu apenas meses depois da aprovação do PEBXXI, e que consistiu na fusão de 53 freguesias lisboetas em 24, e que resultou, a partir de 2014, na passagem da tutela de várias bibliotecas para as Juntas de Freguesia da cidade (Casimiro, 2018, p. 300). Contudo, e ainda que esta divisão possa ter vindo em contramão à inauguração de um modelo que pretendia estabelecer relações mais cooperativas, houve a solidificação de uma série de fatores que permitiram a otimização da lógica de Rede, como a centralização dos processos técnicos no Serviço de Aquisições e Tratamento Técnico (SATT), que sai do antigo espaço da Biblioteca Central, e se fixa como central técnica *per se* e se encarrega da uniformização da gestão de coleção; a disponibilização do catálogo comum; o serviço de empréstimo intrarrede, a uniformização da imagem e da comunicação; a avaliação de desempenho graças ao sistema de gestão *Horizon*; tudo processos e serviços assegurados pela Divisão de Rede de Bibliotecas da Câmara Municipal (Casimiro, 2018, pp 300-301; Gaspar & Silvestre, 2018). Cabe à DRB gerir a Rede e assegurar a coesão entre os

equipamentos geridos pela Câmara e os geridos pelas Juntas de Freguesia, assim mantendo o alinhamento dos serviços e dos programas com o plano estratégico municipal. As responsabilidades da DRB são estabelecidas no Despacho n.º 8499/2018, de 3 de setembro, artigo 92.º, na Assembleia Municipal de Lisboa:

- a) Gerir as bibliotecas municipais, numa lógica de rede, ao nível funcional e físico, assegurando a seleção, aquisição, tratamento técnico, conservação e disponibilização do fundo bibliográfico e documental, de acordo com as disposições legais em vigor, com foco na qualidade do serviço aos cidadãos;*
- b) Constituir e gerir a coleção de acordo com as necessidades de todos os cidadãos – incluindo culturas minoritárias e cidadãos com necessidades especiais – e as atribuições inerentes a uma rede de bibliotecas públicas;*
- c) Implementar e gerir serviços de biblioteca adequados a todos os cidadãos, integrando os avanços tecnológicos;*
- d) Organizar e apoiar atividades de promoção do livro e da leitura, incluindo as demais literacias, adequadas a todos os cidadãos;*
- e) Estabelecer parcerias e outras modalidades de cooperação com entidades públicas e/ou privadas;*
- f) Promover relações de proximidade com as comunidades locais, assegurando a adequação da oferta às especialidades de cada comunidade;*
- g) Coordenar a gestão da Rede de Bibliotecas de Lisboa em articulação com as Juntas de Freguesia, bem como participar no planeamento estratégico da referida Rede no âmbito do Plano Diretor Municipal;*
- h) Assegurar o acompanhamento técnico especializado no que respeita ao programa e funcionalidades dos novos equipamentos previstos no Plano Diretor Municipal, integrantes da Rede de Bibliotecas de Lisboa;*
- i) Apoiar o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares de Lisboa, em articulação e colaboração com o Departamento de Educação;*
- j) Articular estratégias e procedimentos, colaborando com organismos nacionais e internacionais com competência nestes domínios²⁰.*

Atualmente, existem três bibliotecas-âncora, a do Palácio Galveias, a de Marvila e a mais recente de Alcântara, ainda que o objetivo estabelecido no PEBXXI seja o de

²⁰ Vide: Município de Lisboa. (2018). *Despacho n.º 8499/2018 / DR.* (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/8499-2018-116273757>)

uma rede com um total de 26 bibliotecas, entre as quais 8 dentro na tipologia âncora, complementadas por 18 na tipologia de bairro (*Programa Estratégico Biblioteca XXI: proposta de requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa*, 2012, p. 24).

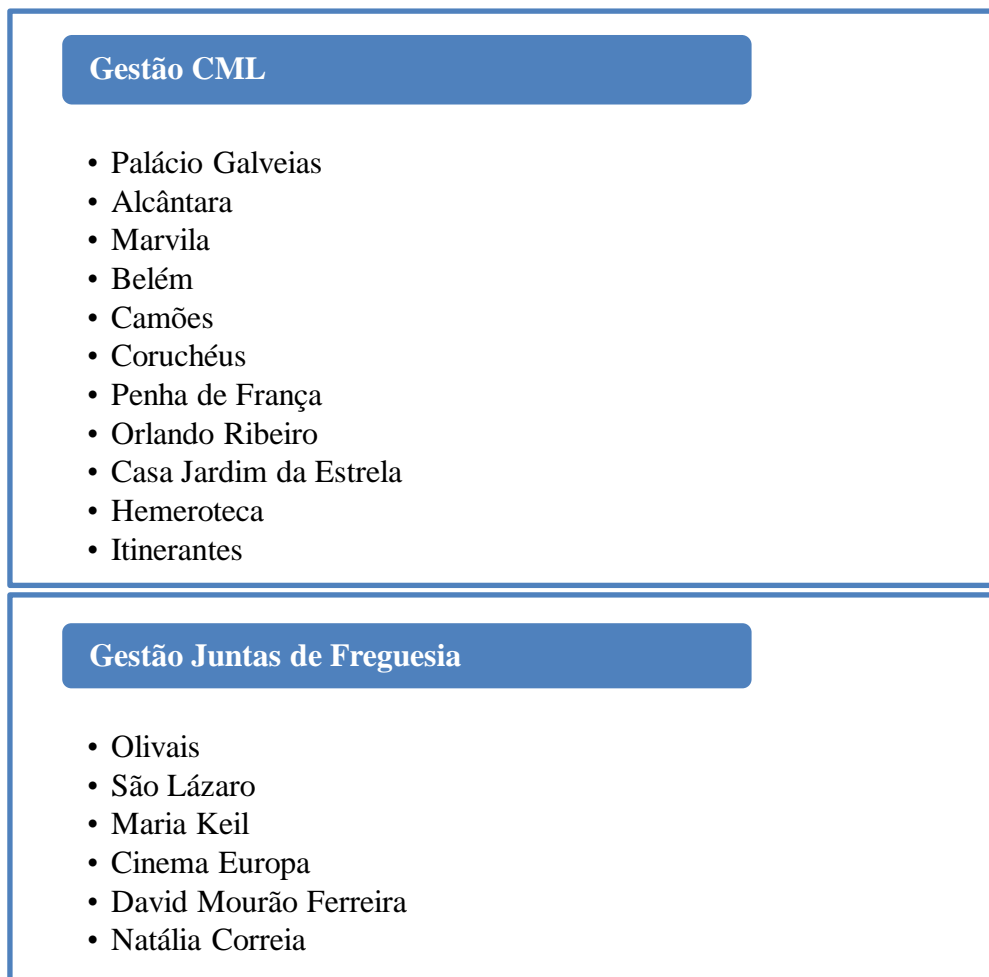


Figura 5. Organização das Bibliotecas da Rede por entidade gestora. Elaboração própria.

3.1.2. Base conceptual e linhas orientadoras: Democracia Cultural

Antes de passar a uma explicação mais detalhada da lógica cultural que serve de base ao atual modelo biblioteconómico da Rede BLX, importa enquadrá-la enquanto subsistema da Câmara Municipal. A BLX é gerida pela Divisão da Rede de Bibliotecas, que está sob a Direção Municipal de Cultura (DMC), juntamente com o Departamento de Património e Cultura, a Divisão de Ação Cultural, e a Divisão de Promoção e Comunicação Cultural.

A DMC estabelece no *Relatório de Atividades Direção Municipal de Cultura* (2018) como Missão da organização «Definir, implementar e avaliar políticas e estratégias culturais para a cidade de Lisboa»; tem como Visão «Lisboa como cidade aberta, cosmopolita, criativa e intercultural, com vocação internacional, que assume a Cultura como fator de desenvolvimento sustentável, que pensa, cria e partilha Cultura com e para todos, em todo o seu território»; e como principais Valores « Cultura é um Direito; Cultura como fator de identidade; Cultura é Diversidade, Cultura como Veículo de Democracia e Cidadania; Cultura como o 4º pilar de Desenvolvimento Sustentável» (DMC-CML, 2018). O estabelecimento destes princípios será relevante para a compreensão do alinhamento cultural da Rede BLX.

Retornando ao documento orientador do atual modelo de gestão da BLX, o PEBXXI, que não só propõe uma nova estrutura de Rede, mas também uma nova visão acerca do papel das bibliotecas, acompanha uma macrotendência europeia que aponta para um modelo biblioteconómico social, centrado nas necessidades informacionais do utilizador, e que entende o potencial das bibliotecas públicas como instrumentos de combate à iliteracia e à exclusão social. Assinala-se a mudança de um paradigma que concebe a biblioteca enquanto equipamento de preservação de material patrimonial para aquele que o entende como centro de apoio cultural e informacional de proximidade: «Do conceito de biblioteca pública fundamentalmente dedicada à consulta local de livros, publicações periódicas e audiovisuais, a par do empréstimo domiciliário e do acesso a meios tecnológicos, evolui-se para a criação de equipamentos culturais de proximidade que interagem com os cidadãos, que respondem de forma activa às necessidades e aos desafios actuais» (*Programa Estratégico Biblioteca XXI : proposta de requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa*, 2012, p. 1).

A Missão da Rede BLX reflete a orientação para a coesão social através de um trabalho focado na comunidade de utilizadores: «Participar na construção de comunidades coesas, inclusivas e preparadas para os desafios do século XXI, fomentando uma atitude de aprendizagem ao longo da vida» (Figura 3). Este espírito é reforçado nos Valores, onde se repete a Inclusão já presente na Missão, e ainda a Responsabilidade Social, a Liberdade de Acesso e a Cidadania, valores que reforçam a ideia da autonomia e emancipação individual.

Missão *Mission*

Participar na construção de comunidades coesas, inclusivas e preparadas para os desafios do séc. XXI, fomentando uma atitude de aprendizagem ao longo da vida.

Participate in the construction of cohesive, inclusive and prepared communities for the challenges of the 21st century, promoting a lifelong learning attitude.



Visão *Vision*

Ser uma referência no acesso ao conhecimento, através de uma rede de excelência, assente na diversidade e na inovação.

To be a reference in the access to knowledge, through a network of excellence, based on diversity and innovation.

Valores *Values*

>> Inovação

Innovation

Apostar na criatividade, na experimentação e na abertura à mudança.

Betting on creativity, experimentation and openness to change.



>> Liberdade de acesso

Freedom of access

Garantir e facilitar o acesso à informação e ao conhecimento, respeitando a privacidade e a liberdade individual.

Ensure and facilitate access to information and knowledge, respecting privacy and individual freedom.



>> Cidadania

Citizenship

Fomentar a autonomia, a responsabilidade, o sentido crítico e a participação cívica.

Encourage autonomy, responsibility, critical thinking and civic participation.



>> Inclusão

Inclusion

Promover a diversidade, a integração e o respeito pelo outro.

Promote diversity, integration and respect for others.



>> Responsabilidade social

Social responsibility

Dinamizar e participar em iniciativas de caráter social e ambiental.

Promote and participate in social and environmental initiatives.



Figura 6. Câmara Municipal de Lisboa. (2019). Brochura Rede de Bibliotecas Lisboa: Missão, Visão, Valores. (https://blx.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2020/03/BLX_Missao_Visao_Valores_por_eng-1.pdf)

É à luz destes princípios orientadores que melhor se compreende as diferenças programáticas consoante a tipologia de biblioteca: as bibliotecas-âncora planeiam a programação em torno de temáticas generalistas como a «Leitura, Informação e Conhecimento, Desenvolvimento e Cidadania, Artes e Cultura...», pensadas para a população de toda a cidade, enquanto que as bibliotecas de bairro seguem uma lógica de proximidade, isto é, a programação e o desenvolvimento de competências é maleável à vontade e às necessidades da comunidade imediata. Este alinhamento permite, por um lado, um serviço abrangente a todos, com programação alinhada transversalmente com

os objetivos da Biblioteca Pública, e ao mesmo tempo, atenta à criação de cultura e às necessidades informacionais específicas de cada zona.

A aplicação destes princípios na esfera pública tem como principal objetivo a solidificação de uma democracia participativa, e é a base conceptual de um modelo de gestão cultural que surge nos anos 60 com o nome de “Democracia Cultural”. Alguns autores consideram que a Democracia Cultural aparece de forma embrionária (ainda sem este nome) nas décadas antecessoras à II Guerra Mundial enquanto discurso de contestação de ideias racistas e xenófobas (Adams & Goldbard, 1995). No fundo, surge como proposta de valorização da diversidade, contrária à lógica do “*melting pot*”, de uniformização das culturas, e é reafirmada na segunda metade do século XX, com os movimentos independentistas das nações colonizadas, que procuraram uma recuperação de identidade cultural nos seus próprios termos, e pela mão de artistas e comunidades locais, conhecidos como “*grassroots activists*” (Ibidem).

Para melhor entender o modelo da Democracia Cultural, é importante contrastá-lo com um outro modelo de gestão e disseminação cultural, conhecido como a “Democratização da Cultura”. O segundo pensa na cultura como um produto a ser distribuído pela população, numa lógica de comunicação *top-down*, privilegiando objetos culturais tendencialmente de alta cultura, com um propósito implícito de educação; não pensa no cidadão como produtor, mas como consumidor de cultura (Matarasso, 2023). Neste modelo, a cultura “reside” em espaços específicos como museus e teatros, é mediada por agentes especialistas, e procura ainda servir um papel de construção da identidade nacional através da promoção de património (Barbieri, 2015, p. 25). Por seu lado, a Democracia Cultural segue a lógica *bottom-up*, explora processos participativos juntos das comunidades, pensa no indivíduo como agente ativo, reflete a riqueza do tecido social e é promotora da cultura local. Sintetizando os dois modelos nas respetivas máximas: «*Cultural democratisation = Great art for everyone. Cultural democracy = art by, for and with everyone*» (Matarasso, 2023). Atualmente, num panorama globalizado e no qual se multiplicaram os lugares de poder e de fala, a Democracia Cultural acaba por ser o enquadramento concetual no qual diferentes culturas interagem.

É consensual que a participação em atividades culturais estimula comportamentos de participação cívica, como o voto e o envolvimento em projetos de voluntariado, assim como o desenvolvimento de atitudes sociais positivas como a tolerância, empatia, pertença, e de *soft skills* como a autoexpressão, capacidade de enquadrar diferentes perspetivas, e resolução de conflitos (Hammonds, 2023). Por isto, um modelo de gestão

cultural como a Democracia Cultural, que não só promove o consumo como a participação cultural, revela ser um pilar essencial na manutenção das democracias.

Em 2021, a propósito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, foi organizada uma conferência em Porto Santo onde participaram representantes de vários países europeus, assim como de organizações como a Europeia e Culture Action, da qual resultou a Carta de Porto Santo, um documento de referência que serve de mapa orientador para a implementação do paradigma da Democracia Cultural na Europa:

«Apresentada no Porto Santo, região ultra-periférica europeia assumida como centro de irradiação de propostas de política cultural e educativa, propomos que esta Carta seja um farol para orientar as políticas, os discursos e as práticas culturais e educativas, contribuindo para uma Europa mais plural, inclusiva e segura.» (Conferência do Porto Santo. Da democratização à democracia cultural: repensar instituições e práticas. 27 e 28 de Abril de 2021, Porto Santo, Madeira – Portugal).

A Carta de Porto Santo estipula diretrizes e recomendações para decisores políticos, para as organizações culturais e educativas, e ainda para os cidadãos. É a reafirmação da adoção oficial do modelo da Democracia Cultural ao nível europeu, motivada por uma necessidade de empoderar os cidadãos numa altura em que há consciência da fragilidade da democracia. Não pretende a dissolução do modelo da Democratização da Cultura, porque a distribuição de cultura que é património da Humanidade, assim como o trabalho de especialização, não são de modo nenhum secundários. Mas pretende-se frisar a necessidade de mudança de pensamento no que toca ao «paradigma de consumo, para o de comprometimento» (Carta de Porto Santo, 2021, p. 7). É um documento enquadrado pela Divisão da Rede de Bibliotecas como referencial e precedente de todo o plano de ação da Rede.

É também importante referenciar o documento “Cultura 21: Ações — Agenda 21 da cultura” (2015), igualmente orientada para o fortalecimento da participação cívica através da ação local, preferencialmente assente numa lógica de governança multinível (diferentes níveis de governo), multiagente (setor público, setor privado e sociedade civil) e horizontal ou transversal (colocando em diálogo vários elementos da ação pública), descrição que resume aquilo que é um governo partilhado (CGCLU, 2015, p. 34).

Existem alguns exemplos de programas da Rede BLX que sintetizam o espírito da Democracia Cultural, pela metodologia participativa e pela promoção das vozes locais.

Como exemplos ilustrativos, descrevem-se sumariamente duas iniciativas, a do projeto “Vidas e Memórias de Bairro”, e a do processo de criação da Biblioteca Casa Jardim da Estrela.

- Vidas e Memórias de Bairro (VMB):

O projeto começou em 2015, na Biblioteca da Penha de França, pensado para recolher o testemunho dos moradores séniores sobre as memórias dos espaços e dos eventos simbólicos do território a partir dos bairros. O sucesso do programa levou à sua reprodução noutras bibliotecas da Rede, como Marvila, Coruchéus, Alcântara, e está a iniciar atualmente na de Belém. No Manual de Suporte do VMB, disponibilizado desde 2023, é explicada a natureza participativa, colaborativa e flexível da metodologia de trabalho: «Pretende-se que seja sempre um processo colaborativo entre a equipa local e os participantes (...) que formem uma equipa de projeto que pensa, planeia, dinamiza, avalia e decide em conjunto». Depois das fases do reconhecimento do território e da mobilização do grupo de participantes locais, são convocadas reuniões, ou “oficinas de memória”, onde decorrem os diálogos de partilha, partindo sempre de um ponto ligado ao território, que podem ser temáticas como um evento nacional, como o 25 de Abril, ou sobre a realidade local, como os antigos estabelecimentos comerciais do bairro ou as tradições gastronómicas da zona. A equipa técnica tem o papel de escuta ativa e de mediação das conversas, sendo ainda os responsáveis pelo registo da informação. São feitas algumas sessões de continuidade, em que pode haver recurso a materiais cartográficos em grande escala ou *memorabilia* pessoal. Estas sessões têm o objetivo de reconstruir as partilhas individuais e torná-las numa peça/narrativa coletiva, culminando no momento do registo audiovisual do testemunho dos participantes através de entrevistas. O objeto final pode também assumir a forma de uma exposição, uma performance, ou até um itinerário (CML-DRB, *Recolha de memórias locais: Manual de suporte à implementação da metodologia*, 2023). É um projeto exemplar de como a biblioteca local pode fortalecer ou reacender os laços da comunidade, combatendo o isolamento e a exclusão social, enquanto produz conhecimento.

- Biblioteca Casa do Jardim da Estrela:

Em 2021, no âmbito do projeto europeu BiodiverCities, a BLX deu início ao planeamento do desenho da nova biblioteca do Jardim da Estrela através da

metodologia dos processos participativos. Uma vez que o ponto de partida era a ideia da nova biblioteca enquanto espaço dedicado ao tema do ambientalismo sustentável, o projeto foi feito em colaboração como Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. O primeiro passo foi a organização de uma sessão *World Café*, em que um conjunto de 20 pessoas de diferentes contextos (estudantes, artistas, representantes de associações locais, ativistas, educadores, cientistas, ...) se reuniram para discutir quatro questões:

- O que é uma biblioteca dedicada ao ambientalismo sustentável?
- Que tipo de recursos e atividades imaginam nesta biblioteca?
- De que forma pode a biblioteca colaborar com outras instituições?
- O que me levaria a frequentar esta biblioteca?

Após a análise e categorização dos conteúdos das ideias reunidas no *World Café*, foi elaborado o programa funcional da biblioteca. Foi depois lançado o Laboratório de Cidadãos Peças de Jardim, um convite à submissão de projetos de design para o espaço físico da biblioteca que problematisassem tópicos dentro da sustentabilidade. Dos 17 recebidos, foram selecionadas duas propostas e avançada a construção dos protótipos para futura implementação (Barros et al., 2023, pp. 33-37).

Outros exemplos podem ser consultados na página de comunicação do terceiro encontro da *Future of Europe for Public Libraries (FEPL) Democracy Camp*, que teve lugar em Lisboa, nos equipamentos da Rede BLX, em 2023.²¹

3.1.3. *Contestação de materiais*

Como argumentado na revisão de literatura, é de grande importância que uma biblioteca tenha as políticas de funcionamento atualizadas e disponíveis publicamente. Em situações de contestação de materiais, a política de desenvolvimento da coleção pode ser um instrumento para o profissional explicar ao utilizador quais os critérios de escolha dos materiais, e é por isso um instrumento de legitimação do trabalho desenvolvido.

²¹ Vide: *FEPL Democracy camp in Lisbon | Public Libraries 2030*. (sem data). Obtido 11 de dezembro de 2024, de <https://publiclibraries2030.eu/2023/11/fepl-democracy-camp-in-lisbon/>

O documento que rege a gestão e o desenvolvimento da coleção da Rede BLX, *Orientações Gerais para a Gestão das Coleções na Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa*, foi finalizado em 2010. Ainda que seja um documento que denota desatualização face à estrutura atual, as suas bases continuam a ser a referência na gestão dos fluxos da coleção. O documento surgiu no período que antecedeu a passagem do SATT para o atual espaço nos Olivais, deixando a Biblioteca Central, e por isso fornece sobretudo orientações práticas para os processos de entrada, encaminhamento, processamento, preservação e desbaste das várias tipologias de materiais, assim como as medidas e os indicadores de apoio a decisões futuras. Apesar da necessidade de atualização, este documento serve correntemente de referência para a gestão dos fluxos da coleção. Além disto, há menção no documento de que um dos propósitos de existência das *Orientações Gerais* enquanto política de gestão de coleção, para além das decisões técnicas, é «Ajudar a expor as motivações da RMBL, tanto aos clientes/utilizadores como aos superiores hierárquicos. (...) A política serve como um contrato estabelecido entre a RMBL e o seu público», e ainda «Auxiliar a desviar críticas ou censuras (por ação ou omissão) de grupos de interesses localizados» (Matos et al., 2010, p. 34).

Os três grandes canais de alimentação da coleção são as aquisições, a entrada do Depósito Legal (de que a Rede BLX beneficia desde 1931), e as doações. Existem várias alíneas de seleção de materiais (idade do conteúdo, características físicas, pertença a coleções temáticas...), mas ao nível do conteúdo os critérios de seleção são:

«• *Assunto;*

- *Autoria (deve ser considerado o reconhecimento público e mérito literário e/ou científico do autor);*
- *Raridade bibliográfica;*
- *Se são bestsellers, prémios literários, prémios de ilustração ou prémios científicos;*
- *Se se trata de uma obra apoiada por entidade (s) de reconhecido mérito científico e/ou literário;*
- *Credibilidade da editora;*
- *Importância histórica e artística;*
- *Actualidade;*
- *Existência de outras fontes / locais que disponibilizem o assunto em causa;*
- *Existência de erros ortográficos;*
- *Existência termos desadequados;*
- *Existência de termos desatualizados.»* (Matos et al., 2010, p. 14).

Portanto, são privilegiados conteúdos considerados de qualidade, relevantes, atuais e de interesse público, que são no fundo os critérios de uma coleção que se pretende generalista e pluralista. Ainda que os critérios aparentem ser orientações de priorização na seleção de materiais, interessa ao estudo tentar perceber se estão implícitos critérios de exclusão por motivos de conteúdo. As razões que poderiam impedir a entrada de documentos na coleção seriam a desatualização de informação, a incorreção ou desadequação de ordem ortográfica ou terminológica e a exaustão temática. É possível concluir que não há especificações formais de conteúdos que devam, à partida, ser excluídos da coleção.

Para a situação específica de contestação de materiais por motivos de conteúdo, como mencionado na Revisão de Literatura, existe um dispositivo proposto pela ALA que responde de forma direta e que deve ser um recurso de apoio aos bibliotecários em situações de reclamação. O formulário *Request for Reconsideration* (Pedido de Reconsideração/de Esclarecimento) é um documento que formaliza a queixa dos utilizadores, sendo uma oportunidade para a melhor compreensão, e conseqüente melhor resposta à mesma.

Modelo de Formulário de Pedido à Biblioteca para Reconsideração de Material

O preenchimento deste formulário formaliza o pedido de reavaliação de material pertencentes à coleção da Biblioteca X/da Rede de Bibliotecas X.
(morada da biblioteca)

Data:

Nome:

Morada:

E-mail:

Telefone:

O pedido é feito em nome pessoal ____

O pedido é feito em nome de um coletivo ____ Nome do coletivo _____

1. O material em questão é:

Livro/E-book

Periódico

DVD

CD

Recurso digital

Jogo

Título do material _____

Autor/Entidade produtora _____

2. O que lhe chamou à atenção neste material?

3. Considerou a totalidade do material? Se não, que partes foram consideradas?

4. O que considerada problemático no conteúdo do material?

5. Recomenda outras fontes de informação que complementem ou que forneçam pontos de vistas alternativos ao material em questão?

6. Que tipo de ação pretende que seja tomada pela equipa de gestão da Biblioteca?

Figura 7. Modelo de Formulário de Pedido de Reconsideração de Material proposta pela ALA. Adaptado do original: <https://www.ala.org/tools/challengesupport/selectionpolicytoolkit/sampleforms>

Atualmente, não existe um formulário desta natureza nos equipamentos da Rede BLX, ainda que exista à disposição, perto dos balcões de atendimento, o Formulário de Elogios e Sugestões, que poderá ser uma alternativa ao Livro de Reclamações.

Até agora, quer pelo documento orientador da gestão da coleção, quer pela ausência de um mecanismo específico para as reclamações de conteúdo, poderia parecer que não há uma atenção especial às temáticas deste estudo, de uma perspetiva institucional. No entanto, existe um documento que demonstra o acompanhamento do problema das tentativas de censura. Em 2019, a Rede BLX obteve autorização da ALA para a tradução e adaptação para o português do guia “Open to ALL: Serving the GLBT Community in Your Library”, adotando-o como documento orientador da ação da Rede.

A análise deste documento é relevante para este estudo por diversos motivos. Em primeiro lugar, porque a literatura científica, assim como os casos mais mediáticos da comunicação social, associam os casos de tentativas de censura com temáticas do universo LGBTI. Em segundo plano, porque este documento faz menção a algumas considerações relativas à gestão da coleção, nomeadamente: «A coleção é o coração de qualquer biblioteca e deve representar a diversidade de toda a comunidade (...)», e «as bibliotecas e as suas equipas de profissionais têm a obrigação de resistir a tentativas sistemáticas de excluir materiais respeitantes a qualquer tema, incluindo sexo, identidade

de género, expressão de género, ou orientação sexual» (ALA-RRT, 2020, p. 7). Uma vez que no documento orientador para a gestão da coleção de 2010 não existe uma abordagem direta à questão da diversidade das temáticas e da representação de perspetivas com menor visibilidade, a adoção deste documento pela Direção da Rede reflete o seu atual posicionamento. O guia “Aberta a Todas as Pessoas” é ainda relevante porque tem um capítulo dedicado à questão dos Pedidos de Contestação/ Esclarecimento, no qual se pode ler que este dispositivo é «uma oportunidade para as bibliotecas educarem o público sobre o seu papel central na satisfação das necessidades de informação de comunidades diversas» sob o pressuposto de que os materiais LGBTI são ou podem ser particularmente contestados (ALA-RRT, 2020, p. 9).

Atualmente, o processamento de uma reclamação relativa ao conteúdo da coleção é tratado como qualquer outra, isto é, é redirecionada ao departamento da DRB que trata da resposta de todas as entradas do Livro de Reclamações. Ainda que seja importante a preparação de um Formulário de Reconsideração/Esclarecimento, a sua inexistência poderá ser explicada pela ausência de casos de contestação que assumam uma formalização por escrito, como será discutido nos resultados das Entrevistas. Até à eventual criação de um mecanismo específico, a via privilegiada de tratamento de reclamações relativas a conteúdos é a do Livro de Reclamações, por assegurar uma resposta direta da DRB, com conhecimento da Chefia, e sendo assim a maneira mais uniforme de lidar com contestações de produtos, sejam materiais ou programáticos.

3.2. Resultados das Entrevistas

Como anteriormente explicado, o objetivo principal das entrevistas aos profissionais das bibliotecas foi a averiguação da existência de situações de contestação de materiais e de produtos da biblioteca, em que as reclamações em causa teriam de ser estritamente ligadas a problemas relacionados com o conteúdo dos recursos de informação. Existindo casos reais, procurou-se saber em que circunstâncias acontecem, qual a natureza dos conteúdos, assim como a expressão que reveste a reclamação. Como objetivos secundários, houve a tentativa de sondar de que modo os profissionais, pelo menos teoricamente, responderiam e que tipo de recursos sentem que têm para lidar com reclamações deste género. Quis-se ainda auscultar a existência de outros tipos de censura como a autocensura, consciente ou não, e a *soft censorship*, um termo que sintetiza ações

que constriam o acesso a fontes de informação. Apresentam-se as respostas na mesma sequência pela qual foram feitas originalmente as questões da entrevista (QE).

Q1: Alguma vez experienciou uma situação em que o utilizador mostrou desagrado relativo ao conteúdo de algum material (livro, filme, revista...), ou atividade, ou material de divulgação da biblioteca?

A primeira pergunta procurou focar a discussão não em casos de censura consumada, mas antes em casos de contestação de materiais e de produtos da biblioteca por motivos estritamente relacionados com o conteúdo. Dos 82 participantes, 36 diz já ter experienciado uma situação desta natureza, o que corresponde a 44% da amostra. De forma geral, as respostas positivas e negativas variam em frequência dentro do mesmo equipamento, com a exceção das bibliotecas geridas pelas Juntas de Freguesia: observou-se que o testemunho dos funcionários das Juntas é praticamente consensual na ausência de casos de contestação por conteúdo, tendo apenas 1 pessoa em 16 testemunhado uma reclamação desta natureza.

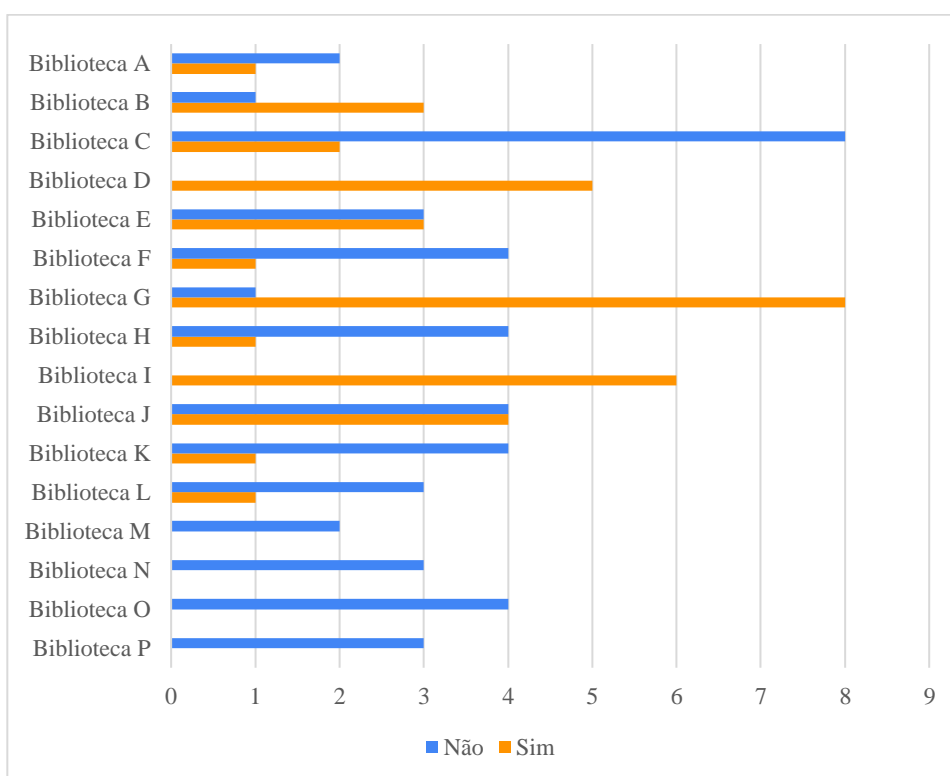


Figura 8. Q1 - Alguma vez experienciou uma situação em que o utilizador mostrou desagrado relativo ao conteúdo de algum material, atividade, ou material de divulgação da biblioteca?

Alguns participantes partilharam as situações experienciadas, e ainda que o objetivo não seja o levantamento exaustivo de todas as ocorrências, é interessante mencionar exemplos de carácter ilustrativo e que tenham sido vivenciados por mais do que um profissional. Os profissionais da Biblioteca de Belém referiram que a coleção Ana Castro Osório, de especialização feminista, já foi pretexto para reclamações: com utilizadores a questionar a sua relevância, e ainda a reivindicar uma coleção igualmente orientada para o sexo masculino. Na Biblioteca do Palácio Galveias foi testemunhado por vários participantes o caso da remoção sucessiva, e anónima, do cartaz de divulgação do clube de leitura LGBTQ+, afixado dentro da biblioteca. No mesmo espaço, houve ainda outro cartaz que motivou uma reclamação vocalizada por um utilizador, a propósito das celebrações do 25 de Novembro promovidas pela Câmara Municipal. É ainda de mencionar um caso que demonstrou ser transversal a várias bibliotecas, o da reclamação relativa à distribuição gratuita e passiva de preservativos masculinos e femininos. As restantes ocorrências foram, na sua maioria, relativas a livros ou revistas em específico, por motivos que de seguida abordaremos.

Q2: Se sim, com que frequência?

Quanto à frequência dos episódios, as respostas dos participantes foram caracterizadas em três grupos: pontual, se em toda a experiência profissional tenha havido entre 1 e 3 casos; esporádico, se existe uma ocorrência anual entre 1 e 3 vezes; frequente, se for comum mais de 3 ocorrências anuais.

Apenas 5% descreve a situação como frequente, 14% como esporádica, e 81% diz ter tido uma experiência pontual com casos desta natureza.

Quanto à experiência dos participantes que dizem ser frequente, um dos testemunhos refere a experiência de trabalho na antiga Biblioteca República e Resistência, e outro refere a experiência no serviço infantil e as críticas de alguns pais.

Q3: Conhece casos que tenham acontecido noutras bibliotecas?

Foi ainda perguntado se tinham conhecimento de casos de reclamações relacionadas com conteúdos noutras bibliotecas, ao que 29% respondeu que sim. A totalidade das respostas positivas provém de participantes que trabalham nos equipamentos geridos pela Câmara. Ainda que a amostra seja pequena, pode ser um

indicador de que há maior contacto entre os funcionários da Câmara comparativamente aos que trabalham para as Juntas de Freguesia.

O episódio da Biblioteca de Vila de Xira foi referido algumas vezes, em especial por coordenadores, aliás, foi por esta via que se tomou conhecimento do mesmo.

Q4: Se sim, recorda-se se a queixa era relativa a...

Aos participantes que responderam já ter tido reclamações relacionadas com conteúdos, foi-lhes perguntado que tipos de conteúdos suscitaram a queixa. Inicialmente, foram criadas para o guião da entrevista oito categorias de conteúdos com o intuito de ajudar os participantes a recordar experiências passadas. Ao longo das entrevistas, os testemunhos fizeram surgir outras quatro. Apresentam-se os dados nas tabelas abaixo:

Tabela 2. Q4 - Categorias a priori dos conteúdos das reclamações.

Categorias prévias	Nº de menções
Inadequação do conteúdo a crianças/jovens	9
Conteúdos sexuais	17
Conteúdos racistas	2
Conteúdos sexistas	4
Conteúdos violentos	9
Conteúdos de incentivo a más práticas/práticas ilegais	4
Linguagem imprópria	2
Ao autor do material	3

Tabela 3. Q4 - Categorias a posteriori dos conteúdos das reclamações.

Categorias a posteriori	Nº de menções
Conteúdos LGBTQIA+	13
Conteúdos políticos	7
Conteúdos sobre emigração e outras nacionalidades	2
Conteúdos religiosos	3

A partir destes dados é possível fazer um *top* dos conteúdos que mais motivam as contestações de materiais:

1. Conteúdos sexuais
2. Conteúdos LGBTQIA+
3. Conteúdos violentos e Inadequação ao público infantil

Q5: As queixas foram informais (vocalizadas) ou ganharam a forma de uma reclamação por escrito?

Quanto à tipologia das reclamações, interrogou-se os participantes se foram informais ou se tomaram a forma de uma reclamação por escrito. A maioria das contestações, 30 em 36, foi informal, isto é, comunicada verbalmente aos funcionários em serviço, contando ainda com três situações de vandalismo de materiais. Há ainda menções de casos em que o ato de esconder materiais é visto como expressão de contestação informal. As seis menções de uma reclamação por escrito referem-se todas à mesma ocorrência, de uma reclamação por escrito relativa à presença da bandeira LGBTQIA+ durante o mês de Junho.

Q6: Alguma vez teve formação sobre como lidar com reclamações relativas ao conteúdo de materiais/produtos da biblioteca?

Foi ainda questionado aos participantes se alguma vez tiveram formação para lidar com reclamações relativas a questões de conteúdo, com divergências ideológicas ou mesmo acerca da temática da censura. A totalidade das respostas foi negativa, no entanto, houve 16 participantes que mencionaram espontaneamente, a recente formação para o atendimento inclusivo, e quatro dizem ter tido formação para mediação de conflitos com utilizadores.

Q7: Se tivesse de lidar com uma reclamação relativa a conteúdos, que recursos de apoio teria à disposição?

A questão seguinte pedia aos participantes que descrevessem de que modo ou com que recursos responderiam a uma situação de contestação de materiais devido ao seu conteúdo. Sendo uma pergunta de resposta aberta, houve necessidade de sintetizar os depoimentos nas seguintes categorias:

- Explicar a política pluralista da coleção e do livre acesso;
- Livro de reclamações;
- Escutar e dialogar;
- Mediação do coordenador;
- Formulário de sugestões;
- Reclamação via e-mail (DRB ou Município);
- Reportar à Chefe de Divisão;
- Apresentação da Constituição ou da Lei da Imprensa;
- Mostrar-se neutro;
- Reclamação no site;
- Apresentação dos documentos orientadores da Biblioteca Pública;
- Informar a responsável pelo Serviço de Inclusão.

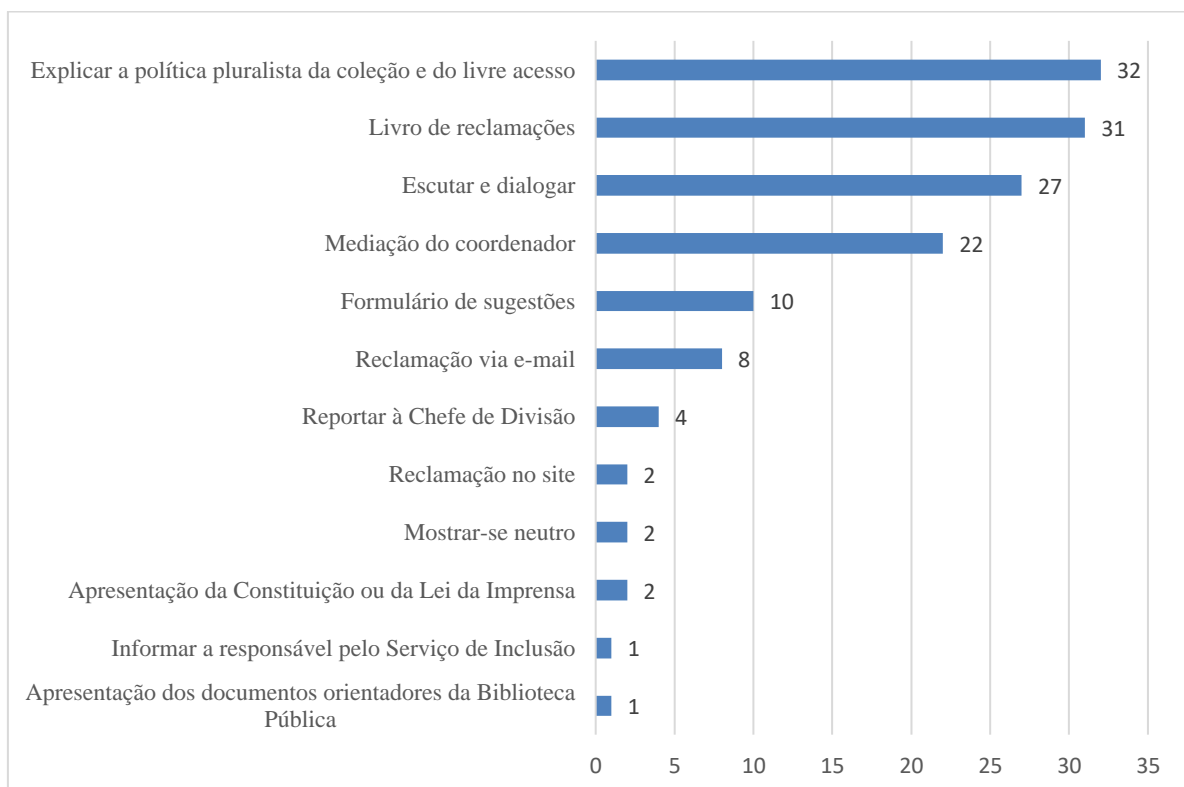


Figura 9. Q7 - Se tivesse de lidar com uma reclamação relativa a conteúdos, que recursos de apoio teria à disposição?

Q8: Se houvesse uma contestação de material, retiraria o material do espaço de origem até que a questão fosse avaliada por um superior?

As questões seguintes foram elaboradas com vista a responder aos objetivos secundários, nomeadamente a existência de outras formas de censura como a autocensura, gerada por crenças pessoais ou por pressões exteriores, ou ainda formas de *soft censorship*, que consistem em atos que condicionam e dificultam o acesso a informação, como o colocar deliberadamente materiais em zonas de acesso restrito, por exemplo.

À questão “Se houvesse uma contestação de material, retiraria o mesmo das estantes até que a questão fosse avaliada por um superior?”, 73 dos 82 participantes respondeu que não retiraria o material do seu lugar nas estantes. Das nove respostas positivas, houve 4 participantes que justificaram a resposta nos seguintes modos: «Eventualmente, para avaliação do material»; «Sim, para evitar novas abordagens»; «Sim se contivesse conteúdos pornográficos ou estivesse desajustado à faixa etária a que tinha sido atribuído».

Q9: Acha que há conteúdos potencialmente sensíveis que não devam estar na biblioteca pública?

De seguida, questionou-se se consideravam haver conteúdos que por serem potencialmente sensíveis não devessem estar na biblioteca pública. 70 em 82 pessoas responderam «Não», ainda que três participantes tenham feito o reparo sobre a importância da adequação dos conteúdos aos públicos, e ainda sobre o cuidado que se deve ter na quantidade de materiais sobre um dado tópico, no sentido em que grande quantidade pode ser percecionada como promoção («Faz sentido ter um exemplar do Mein Kampf na biblioteca, mas não faria sentido ter vinte»).

Das doze respostas positivas, os conteúdos especificados como inadequados foram: Conteúdos racistas/xenófobos (duas menções); Conteúdos promotores de práticas ilegais (uma menção); Mangá (uma menção); Conteúdos violentos (duas menções); Conteúdos sexuais/pornográficos (duas menções); Conteúdos sexualmente explícitos que constam nos jornais (uma menção); Conteúdos homofóbicos (uma menção); Conteúdo de propaganda política ou religiosa (uma menção); Conteúdo com discursos de ódio criminalizados (duas menções).

Q10: Já teve colegas que tenham expressado a opinião de que determinados conteúdos não devessem estar na biblioteca pública?

A pergunta seguinte questionava se os participantes alguma vez tinham tido colegas que tivessem expressado a opinião que determinados conteúdos não devessem

ser disponibilizados pela biblioteca pública. Foram 56 os participantes que responderam «Não», e 25 que responderam «Sim».

Q11: Já testemunhou situações em que um material tenha sido removido do espaço de acesso direto devido ao seu conteúdo?

Por último, à pergunta “Já testemunhou situações em que um ou mais materiais tenham sido removidos, ou trocados de local ou arrumados em zonas sem acesso direto devido ao seu conteúdo?”, houve um total de 63 respostas negativas, 16 positivas, e ainda três respostas que foram consideradas como categoria isolada e que referem a prática de guardar BD erótica em estantes fechadas ou em depósito. Estas respostas constituem uma categoria à parte porque se referem a algo que era feito nos anos 90, ou porque se referem a uma situação provisória da coleção da Bedoteca no espaço de Marvila. Uma vez que questão foi colocada para detetar situações de *soft censorship* (atos que condicionam subtilmente o acesso a materiais), as respostas positivas merecem uma explicação mais detalhada uma vez que abarcam situações de naturezas distintas, desde deteção de erros de catalogação (que é a maior parte dos casos, e sempre referente a materiais dirigidos ao público infantil), até situações em que há uma clara projeção de crenças pessoais no exercício das funções. Sobre este último motivo, enunciam-se dois casos:

- Uma das pessoas entrevistadas responsabilizou-se pela decisão de colocar um título no depósito local com a finalidade de lhe minimizar o acesso devido a representações racistas. O título em causa era o *Tintim no Congo*.
- Uma parte considerável das 16 respostas refere o mesmo caso de um/a antigo/a colega que colocava livros cujos conteúdos divergissem dos seus valores conservadores e religiosos no depósito local. Este esclarecimento é importante para entender que o número das respostas positivas é mais indicativo de uma consciência comum de um caso isolado do que propriamente de um cenário em que este tipo de situações é recorrente de forma generalizada.

3.3 Resultados do Inquérito por Questionário

O Questionário foi dividido em três momentos: a página introdutória com a explicação do objetivo do questionário e o tempo estimado de duração, o conjunto de questões para dados estatísticos, e as questões principais.

A página introdutória explicava o Inquérito nos seguintes moldes:

*“Objetivo: Compreender a **orientação** da cultura profissional dos funcionários da BLX no que toca à defesa da liberdade intelectual e da manutenção dos valores democráticos. As perguntas são feitas de modo a perceber uma **sensibilidade/inclinação** mais orientada ou para o paradigma “tradicional” (que entende que a defesa da liberdade é feita através da não-interferência), ou para o paradigma da biblioteconomia progressista (que pensa o papel do bibliotecário como agente de mudança).*

Nota: Ao longo do questionário, quando se emprega a expressão “bibliotecário/a”, esta formulação engloba todas as pessoas que trabalhem nos serviços da biblioteca.

A duração aproximada do questionário é de 10 minutos.”

O facto de o Inquérito por Questionário ser feito através de uma plataforma em que o registo da informação poderia ser automaticamente sistematizado foi aproveitado para recolher alguns dados estatísticos, nomeadamente as informações relativas à faixa etária, ao tempo de experiência nos serviços de biblioteca, e à formação base dos profissionais. Apresentam-se estes dados antes da apresentação das respostas às questões do inquérito por questionário (QIQ) na mesma ordem do guião original.

Foram recolhidas respostas de 77 participantes, sendo que 79,2% corresponde a funcionários dos equipamentos geridos pela Câmara Municipal.

Grande parte dos participantes encontra-se na faixa etária entre os 41-50 anos (35,1%) e os 51-60 (35,1%), seguidos do grupo dos 31-40 (14,3%), dos maiores de 60 (13%) e da minoria dos menores de 30 (2,6%).

Quanto ao tempo de experiência nos serviços de biblioteca, as respostas foram relativamente horizontais, como consta na tabela abaixo, sendo que o maior grupo de participantes foi o dos profissionais mais recentemente acolhidos nos serviços, e o menor grupo o dos que têm mais tempo de serviço.

Tabela 4. Tempo de serviço dos participantes do Inquérito por Questionário.

Tempo de serviço	% de resposta
< 2 anos	16,90%
3-5 anos	13%
6-10 anos	15,60%
11-15 anos	11,70%
16-20 anos	13%
21-25 anos	11,70%
26-30 anos	10,40%
> 30 anos	7,80%

Quanto à formação de base dos participantes, 36,4% dos participantes refere algum tipo de formação na área de Ciência da Informação, Ciências Documentais ou Biblioteconomia. As restantes respostas revelam um panorama eclético de formações, mas que se circunscrevem predominantemente às Ciências Sociais.

QIQ1: A defesa da liberdade intelectual e do livre acesso à informação é uma das principais missões da Biblioteca Pública. Para garantir estes valores, acha que os profissionais da biblioteca devem ser...

- a) Neutros, para não condicionar a experiência do utilizador.
- b) Interventivos, para conhecer as necessidades informacionais da sua comunidade.

A primeira questão é introduzida pela afirmação: «A defesa da liberdade intelectual e do livre acesso à informação é uma das principais missões da Biblioteca Pública», com o objetivo de contextualizar o profissional bibliotecário como agente com responsabilidade social, e neste contexto perceber se há uma associação imediata à postura neutral ou à interventiva. Optou-se por elaborar as opções de resposta fornecendo um sentido a cada um dos posicionamentos: no caso, o papel neutral com objetivo de não constranger o utilizador, ou interventivo com objetivo a responder às suas necessidades.

Obeve-se uma maioria de 68,8% das respostas para a postura interventiva.

QIQ2: Na sua opinião, as bibliotecas públicas devem...

- a) Defender causas de justiça social.
- b) Ter uma opinião imparcial e não tomar lados em questões sociais potencialmente polémicas

A QIQ2 é uma reformulação da anterior, com a diferença de que se retira o ónus do bibliotecário enquanto indivíduo, colocando-o na ideia de Biblioteca enquanto instituição pública. E, de facto, os resultados alteram-se com esta reformulação, uma vez que deixa de haver uma maioria apoiante da postura interventiva. 53,2% dos participantes considera que a Biblioteca Pública deve permanecer imparcial em questões sociais fraturantes, enquanto 46,8% considera que deve ter um papel na defesa de causas de justiça social. Também se pode argumentar que quando os profissionais consideram que os bibliotecários devem ser interventivos socialmente, esta intervenção não tem uma carga de ativismo social, mas antes de mediação cultural, e/ou educativa, e/ou informativa.

QIQ3: Enquanto espaço de divulgação de conhecimento, vê mais a biblioteca como...

- a) Reservatório de ideias.
- b) Promotor de ideias.

A QIQ3 pretendia aferir de que forma os profissionais concebem o *flow* informacional da Biblioteca Pública, se de modo introvertido, se extrovertido. A pergunta tem inspiração num dos textos de David Berninghausen, (« *“The function of a library is to have factual material on both sides of the question. The library is a reservoir for information and our business is to conserve it and wait till our users require its contents. The library is a source of ideas, not a promoter of them”* » Wenzler, 2019, p. 58). Esta formulação encapsula, sem retirar importância ao papel informativo da Biblioteca Pública, a ideia de um serviço que, incontestavelmente disponível, se vê a si mesmo como passivo e não-impositivo.

Nas respostas recolhidas, vemos claramente que há uma adesão esmagadora (89,6%) à ideia da Biblioteca Pública no seu formato extrovertido, enquanto promotora de ideias; não tanto como arquivo, mas mais como centro dinâmico e interativo com a comunidade.

QIQ4: Um/a bibliotecário/a é neutro/a quando...

- a) Não toma partido em questões sociais fraturantes.
- b) É objetivo no fornecimento de informação.
- c) Acho que é impossível ser-se neutro.
- d) Outra.

A QIQ4 tinha como objetivo procurar uma definição do que significa ser neutral, e perceber se a mesma é relativamente consensual no grupo. À semelhança do estudo de D. Scott e L. Saunders (2021) foram sugeridas opções de respostas, assim como uma quarta opção de resposta aberta. 62,3% dos participantes concorda que ser neutro é «Ser objetivo no fornecimento de informação», 24,7% associa a neutralidade ao «Não tomar partido em questões sociais fraturantes», e 13% considera que é impossível ser-se neutro. Não houve recurso à resposta aberta.²²

QIQ6: Acha que o/a bibliotecário/a deve ter um papel de ativismo social?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Não tenho a certeza.

Por se considerar que a sumarização do tópico nos termos de oposição neutralidade vs. ativismo poderia ser redutora, uma vez que existem várias possibilidades de posicionamentos intercalares e de nuances entre um lado e o outro, considerou-se necessário traçar uma distinção entre o ser interventivo e o ser ativista. Muitos dos profissionais que terão respondido na QIQ1 que concordam com uma postura interventiva, poderão não querer dizer que o bibliotecário deve ser uma figura ativista ou politizada. Nesse sentido, questionou-se os profissionais se o bibliotecário deve ou não ter um papel de ativismo social, conforme a configuração progressista, ao que 44,2% respondeu afirmativamente, enquanto 29,9% rejeita esta ideia, havendo ainda 26% que se mostra indeciso. Podemos concluir que há uma maior inclinação para a figura do bibliotecário alinhada com a Biblioteconomia Crítica e Progressista.

²² A opção de resposta aberta corresponde à QIQ5. Porque não lhe houve recurso, passa-se diretamente para a QIQ6.

QIQ7: Considera que o/a bibliotecário/a tem um papel de mediação ativa na experiência de leitura dos utilizadores?

- a) Sim, com todo o tipo de público.
- b) Sim, com o público infantojuvenil.
- c) Não considera que deva ter um papel de mediação ativa.

A pergunta seguinte procura consolidar a dúvida anterior, se ser um profissional interventivo e ativo significa ser ativista social, ou se significa desempenhar um papel de mediador na comunidade. Grande parte dos participantes, 80,5%, considera que o bibliotecário deve ter um papel de mediação ativa com todo o tipo de público, 6,5% julga que esta mediação tem lugar apenas no serviço infantojuvenil, e há uma parcela de 13% que pensa que o bibliotecário não deve ter o papel de mediador na experiência dos utilizadores.

Há uma divergência significativa entre as respostas da QIQ1 e da QIQ7. Na primeira há um terço (31,2%) dos participantes que adere à ideia de que o bibliotecário deve ser neutro para não condicionar a experiência do leitor. Aparentemente, este grupo diminui para 13% quando se volta à ideia de que o bibliotecário não deve ter um papel interventivo/mediador para com o utilizador.

QIQ8: Conhece as propostas do movimento da Biblioteconomia Progressista ou Biblioteconomia Crítica?

- a) Sim.
- b) Não.

Tomou-se como relevante apurar se os profissionais se encontram informados sobre este tópico, e considerou-se que a melhor forma de despistar a familiaridade com a linha de pensamento progressista no campo de LIS seria perguntar se têm conhecimento das propostas do movimento da Biblioteconomia Crítica. Para 79,2% dos participantes a Biblioteconomia Crítica ou Progressista é desconhecida.

QIQ9: Uma coleção pluralista e o livre acesso à informação são contribuições diretas da Biblioteca Pública para a manutenção da democracia. Na sua opinião, qual a melhor estratégia para desenvolver uma coleção alinhada com os valores democráticos?

- a) Promover conteúdos de todas as perspetivas de forma igualitária.

b) Promover, com maior incidência, perspectivas que possam ter menor representação.

Um dos aspetos que caracterizam o “olhar” progressista é o da consciência das desigualdades sociais, e de como este desnivelamento é um ponto de partida que coloca em imediata desvantagem grupos minoritários. Um dos principais argumentos da linha progressista contra a neutralidade é o de que esta só seria positiva sob o pressuposto de que já se tem uma sociedade equitativa, sendo assim a neutralidade é instrumento de manutenção desta suposta harmonia. Não sendo estas as circunstâncias, a neutralidade só perpetua um sistema injusto à partida. A QIQ9 teve como objetivo despistar se os participantes têm presente e se subscrevem esta linha de argumentação que é típica da Biblioteconomia Crítica. À questão «Na sua opinião, qual a melhor estratégia para desenvolver uma coleção alinhada com os valores democráticos?», a grande maioria (88%,3%) responde que passa pela promoção igualitária de conteúdos, e apenas 11,7% opta pela resposta que apela a uma promoção de conteúdos atenta a problemas de sub-representação. No entanto, reconhece-se *a posteriori* que a formulação da pergunta deveria ter feito um melhor enquadramento da problemática. Optar pela resposta «Promover, com maior incidência, perspectivas que possam ter menor representação» não especifica a referência a perspectivas advindas de grupos sociais em situação de desigualdade, podendo o participante associar conteúdos com menor representação a uma variedade de assuntos que tipicamente não têm grande promoção nas bibliotecas por falta de legitimidade ou por falta de interesse.

QIQ10 “É um direito dos utilizadores procurar e encontrar qualquer tipo e fonte de informação sem restrições”. Concorda com a afirmação?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Depende do tipo de informação.

Na literatura científica, coloca-se várias vezes a questão sobre os limites do que a Biblioteca Pública pode oferecer, em termos informativos, enquanto coleção pluralista. Se, por um lado, existe informação que pode ser perigosa a ponto de ameaçar o bem comum (o exemplo mais recorrente é o manual de fabrico de bombas), não existem critérios claros sobre as situações em que o bibliotecário deve agir como *gatekeeper*, ou se faz parte das suas funções controlar a circulação da informação que é do domínio

público. A atitude perante este problema é um dos casos em que se distingue a linha “tradicional” da linha progressista, uma vez que os primeiros são intransigentemente contra qualquer tipo de controlo, ou sequer de reconhecimento, sobre o que o utilizador consome, enquanto os segundos adotam uma postura mais crítica sobre o impacto positivo e negativo da informação, trabalhando essa dimensão. Neste sentido, a QIQ10 pretende atestar qual a inclinação dos participantes. Mais uma vez, houve uma clara maioria, com 81,8% que considera que é um direito do utilizador procurar e encontrar qualquer tipo de informação. 16,9% responde que «Depende do tipo de informação», assinalando assim algumas ressalvas sobre o tipo de conteúdo que o leitor tem direito a aceder por via da Biblioteca. Há ainda uma resposta negativa à questão.

QIQ11: Com qual dos conjuntos de valores se identifica mais?

- a) Liberdade, Igualdade, Fraternidade,
- b) Diversidade, Equidade, Inclusão.

A QIQ11 funcionou como uma pergunta de controlo, na mesma linha que a QIQ9, do tipo de compasso moral que rege a postura dos profissionais. Apresentados dois conjuntos de valores em estilo *slogan*, entre «Liberdade, Igualdade, Fraternidade» e «Diversidade, Equidade, Inclusão», pedindo que escolhessem aquele com que mais se identificavam, pretendia-se destrinçar uma adesão consciente ou inconsciente com a noção de liberdade no sentido Positivo ou Negativo, na conceção de Berlin, como anteriormente explanado. A “liberdade”, na primeira opção de resposta, representa uma ideia de liberdade no sentido mais liberal ou individualista, e a “igualdade”, quando contraposta com a de equidade, acaba por ser menos atenta às questões das desigualdades sociais, representando assim a postura de *laissez faire*. A opção «Diversidade, Equidade, Inclusão» é associada à noção da liberdade negativa uma vez que tem como prioridade a resolução de limitações que comprometam a liberdade de pessoas em situação de desvantagem, ou seja, implica uma ideia de necessidade de intervenção e de mudança.

Registou-se 62,3% de preferência da formulação «Diversidade, Equidade, Inclusão». Na brochura de divulgação da missão, visão e valores da rede BLX, surgem no conjunto dos cinco principais valores a «Inclusão», assim como a «Responsabilidade Social». No mesmo documento, é expresso que a visão das BLX é «Ser uma referência no acesso ao conhecimento, através de uma rede de excelência, assente na diversidade e na inovação», e na declaração da missão existe a preocupação em assinalar a participação

«na construção de comunidades coesas, inclusivas e preparadas para os desafios do séc. XXI (...)». Podemos supor que se fosse possível uma resposta institucional à QIQ11, seria clara a opção tomada. Podemos concluir que há uma maioria, mas não o total acompanhamento dos participantes no que parece ser um claro posicionamento institucional.

QIQ12: Um grupo contacta a biblioteca pedindo a cedência de uma sala para o lançamento de um livro. Apercebe-se que o livro em questão tem conteúdos que podem ser identificados como discurso de ódio. Se fosse decisão sua aprovar o evento, como atuaria?

- a) Os espaços da biblioteca devem estar à disposição de todos, independentemente da sua identidade ideológica.
- b) Tem dúvidas sobre aprovar o evento por considerar que a biblioteca não é o lugar para o lançamento do livro devido às ideias que promove.

As últimas questões são inspiradas no estudo já referido de Scott e Saunders (2021), no qual se pede aos participantes que respondam de que forma atuariam em cenários hipotéticos.

As QIQ12 e QIQ13 procuram confrontar os participantes com situações em que a informação no espaço da biblioteca se demonstra oposta aos valores democráticos ou representa um potencial perigo para terceiros. Na linha progressista, a identificação de *flows* informacionais que a longo prazo atentem contra a liberdade das pessoas, como por exemplo o discurso racista, são vistos como conteúdos que a Biblioteca Pública, enquanto instrumento de manutenção de uma sociedade democrática, deve procurar não disponibilizar.

Na QIQ12 foi fornecido um cenário hipotético e depois fornecidas duas opções de resposta. Houve uma adesão na ordem dos 74% à opção que expressa relutância em aprovar um evento por reconhecimento da inadequação do conteúdo no espaço da biblioteca, mas houve ainda uma adesão considerável, em 26%, à opção de resposta alinhada com a postura *laissez faire*, considerando que o «espaço da biblioteca deve estar à disposição de todos independentemente da ideologia».

QIQ13: Um utilizador identifica nas estantes um livro sobre o colonialismo português com ideias e linguagem racistas. A sua atitude seria:

- a) Explicar que a biblioteca oferece todo o tipo de perspectivas e que cabe aos leitores fazerem o seu próprio processo de interpretação e avaliação dos conteúdos.
- b) Desaprovar o conteúdo e demonstrar vontade de o remover do espaço.

A QIQ13 coloca a atenção sobre o objeto livro, e observa-se uma mudança radical na orientação de resposta comparativamente à questão anterior. Quando questionados sobre a existência de um título com conteúdos racistas há apenas uma parcela de 5,2% que se identifica com a desaprovação e intenção de remoção do conteúdo das estantes acessíveis ao público, o que nos deixa com uma vasta maioria (94,8%) que considera que «a biblioteca oferece todo o tipo de perspectivas e que cabe aos leitores fazerem o seu próprio processo de interpretação e avaliação dos conteúdos».

Tendo o cenário evocado conteúdos sobre o colonialismo português, levanta-se a hipótese de o material em questão tratar de conteúdos com valor histórico, no sentido de ser um retrato de época. Este será provavelmente o motivo pela diferença de respostas entre a QIQ12 e a QIQ13. Poder-se-ia ter explorado a nuance entre documentos contemporâneos ou históricos, para perceber se este fator seria diferenciador das respostas. Não fazendo esta diferenciação no enunciado, abriu-se espaço para interpretações diferentes da mesma pergunta, e esta provável falha relativiza os resultados.

No entanto, pela quase unanimidade de resposta, é possível argumentar que há uma atitude diferente perante aquilo que a Biblioteca Pública oferece em termos de coleção, e aquilo que oferece em termos de serviços de contacto com a comunidade, isto é, poderá haver uma tendência maior para a neutralidade no que toca ao objeto livro e a outros objetos de consumo individual, e uma maior adesão à postura de curadoria no que diz respeito à abertura dos espaços e às atividades para a comunidade que têm lugar na biblioteca.

QIQ14: Um utilizador comenta consigo uma figura política polémica e pede-lhe opinião sobre a mesma. Independentemente de concordar ou não com a opinião do utilizador, a sua resposta seria:

- a) Demonstrar-se imparcial.
- b) Dar a sua opinião.

A QIQ14, também inspirada no inquérito de Scott e Saunders (2021), tinha como objetivo perceber se há uma postura de distanciamento para com o utilizador, com o fim de salvaguardar a objetividade/neutralidade profissional, ou se há uma autoimagem do bibliotecário como um profissional aberto ao diálogo com as pessoas. Ainda que no estudo original esta questão seja feita de dois modos, demonstrando a nuance entre o cenário em que o bibliotecário dá a sua opinião espontaneamente e aquele em que lhe é diretamente pedido que dê a sua opinião política, optou-se por apresentar aos participantes deste estudo apenas o cenário em que parte do utilizador o questionamento sobre as visões políticas do bibliotecário. 81,8% dos participantes declara que numa situação em que um utilizador inquirisse a sua opinião pessoal sobre uma figura política polémica, manteriam uma postura de imparcialidade. Uma minoria de 18,2% diz que neste cenário daria a sua opinião.

QIQ15: Como foi para si responder ao questionário?

- a) Senti facilidade em responder ao conteúdo das questões.
- b) Senti necessidade de refletir sobre a minha posição ao longo do questionário.

Por fim, considerou-se pertinente incluir uma última pergunta sobre a experiência de resposta ao questionário. Uma vez que as questões e os problemas expostos poderão retratar uma realidade que não é a do dia-a-dia, quis-se interrogar se a participação no inquérito requereu reflexão. Esta foi também a questão em que não houve uma resposta dominante, uma vez que as respostas dividiram o grupo em praticamente metade. Verificou-se que não há uma relação entre a facilidade em responder e os participantes terem conhecimento sobre as propostas da Biblioteconomia Crítica, uma vez que 43% dos informados sobre esta declaram ter tido necessidade de refletir sobre as respostas. Não há igualmente relação direta entre a facilidade em responder e os participantes que possuem formação nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, dos quais 46% diz ter sentido necessidade de reflexão. De qualquer forma, é normal que a aplicação de um inquérito por questionário que interroga os participantes sobre as suas atitudes e sobre as suas práticas profissionais suscite um processo de reflexão individual e de auto-avaliação.

4. Discussão dos Resultados

Sendo o capítulo da discussão dos resultados um cruzamento entre a informação base do estado da arte com os dados recolhidos durante o período de investigação de campo, propõe-se uma estrutura expositiva que responda ponto a ponto aos objetivos específicos estabelecidos. O primeiro objetivo prende-se com o apuramento do grau de preparação da Rede BLX para a resposta ou a antecipação a casos de contestação, assim como o seu compromisso institucional para com os valores democráticos; o segundo com a averiguação da existência de casos de contestação de materiais, e a sua caracterização; o terceiro objetivo é o enquadramento da cultura profissional no debate corrente sobre as diferentes formas de defender a liberdade intelectual.

4.1. Grau de preparação para a resposta a casos de contestação

A avaliação do grau de preparação foi previamente pensada a partir de indicações recolhidas na revisão de literatura, nomeadamente a da existência de dispositivos que fossem instrumentos à disposição dos profissionais em momentos críticos: como o Formulário de Pedido de Reconsideração, para o encaminhamento, tratamento e resposta a reclamações desta natureza específica; e a Política de Desenvolvimento da Coleção, um documento que possibilita a justificação da escolha do material, ou pelo menos dos critérios de admissão de materiais na coleção, servindo também como uma resposta institucional, protegendo o bibliotecário de um conflito que poderia ser tomado como pessoal pelo utilizador. Nesta linha de análise, a preparação ao nível organizacional está em situação de desvantagem, uma vez que não existe a primeira tipologia de documentos mencionada, e há também o problema da desatualização do documento *Orientações Gerais para a Gestão das Coleções na Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa* (2010). No entanto, a decisão da adaptação e divulgação do documento “Aberta a Todas as Pessoas: Servir a Comunidade LGBTI na Sua Biblioteca” (2020) permite inferir três ideias. A primeira é que há um reconhecimento da frequência com que os materiais de temática *queer* são contestados. A segunda é que há um posicionamento claro sobre o não refreamento na aquisição de materiais que possam espoletar reclamações («Não evite comprar materiais LGBTI como forma de prevenir reclamações ou pedidos de esclarecimento.» ALA-RRT, p.9). Em terceiro, há um alinhamento com as diretrizes

internacionais da IFLA relativas à defesa a Liberdade Intelectual, uma vez que é dito no documento que as respostas às reclamações podem remeter para as declarações da *Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual*, onde se pode ler que «As bibliotecas têm a responsabilidade de garantir e facilitar o acesso às expressões do conhecimento e da actividade intelectual. Com este fim, as bibliotecas devem adquirir, preservar e disponibilizar a mais ampla variedade de documentos, reflectindo a pluralidade e a diversidade da sociedade», assim como «As bibliotecas devem adquirir, organizar e difundir a informação livremente e opor-se a qualquer forma de censura» (IFLA/FAIFE, 1999).

Quanto ao nível de preparação dos profissionais, e apesar de se ter aferido a inexistência de formações sobre questões relativas ao papel do bibliotecário na defesa da liberdade intelectual, ou à resposta a contestações, verifica-se uma coerência nas respostas dos profissionais de toda a Rede. Quando questionados sobre a forma como responderiam a uma reclamação relativa a conteúdo, a maior parte das respostas aponta para o recurso ao diálogo, referindo a explicação da política pluralista e do livre acesso da biblioteca, assim como a escuta ativa. Há também uma coerência na predileção pelo Livro de Reclamações como via de encaminhamento de queixas desta natureza. Existe ainda uma vasta maioria (89%) que não retiraria o material das estantes se houvesse um pedido nesse sentido, o que se articula com a convicção generalizada (85%) de que não há conteúdos “que por serem potencialmente sensíveis” não devessem estar na coleção das bibliotecas públicas.

4.2. Casos de contestação

Considerou-se como caso de contestação qualquer reclamação, expressão de desagrado ou ação de vandalismo que estivesse relacionada com questões de conteúdo, fosse relativa a qualquer material da biblioteca (livros, DVD, CD, revistas e jornais...), a qualquer atividade dinamizada na biblioteca (eventos, Hora do Conto, exposições, Clube de Leitura...), e aos materiais de divulgação das mesmas (posters, panfletos..., tendo-se incluído neste grupo os preservativos no âmbito de uma campanha promotora de higiene e saúde sexual).

Apurou-se que 44% dos profissionais já lidaram pelo menos uma vez com uma situação de contestação de materiais devido ao seu conteúdo. No entanto, apenas 5% dos

profissionais declara que estas situações são frequentes, e os que estão neste grupo trabalham no serviço infantil ou trabalharam na Biblioteca República e Resistência. Esta informação permite inferir que há uma maior probabilidade de situações de contestação em espaços de serviços especializado, no caso dos serviços direcionados para o público infantil, e serviços de referência de temática histórico-política. A reforçar, também a coleção Ana Castro Osório, na Biblioteca de Belém, foi apontada como um espaço que pela sua especialização feminista suscitou reclamações.

Quanto ao formato, as contestações detetadas assumem na quase totalidade uma natureza informal, sejam apenas vocalizadas, sejam casos de vandalismo. Registou-se apenas uma queixa formal relativa à exposição da bandeira de representação LGBTQIA+ durante o mês de Junho.

Como referido, o tipo de conteúdos que mais geraram reclamações foram, nesta ordem, conteúdos sexuais, conteúdos especificamente LGBTQIA+, e conteúdos violentos e inadequados ao público infantil na mesma medida. Um dado relevante a salientar é que esta lista de resultados é coincidente com a informação recolhida na revisão de literatura (Taylor, 2013; Knox, 2014 e 2019; Nyby, 2023; Steele, 2020 e 2021; Alvarez, 2023). Assim, encontra-se um indicador relevante que permite argumentar que a amostra sob estudo se insere no fenómeno político-social que está na base do aumento de casos de tentativas de censura internacional, uma vez que estão em causa reações por parte de grupos de um mesmo quadrante político a um tipo de conteúdos concreto.

4.3. Cultura profissional relativa à defesa da liberdade intelectual

O principal instrumento de recolha de dados que informa a resposta a este objetivo da investigação foi o Inquérito por Questionário, uma vez que foi pensado para apurar uma orientação cultural. Ainda que as perguntas tenham sido desenhadas de modo a informar uma inclinação ou para o perfil do bibliotecário neutro-liberal ou para o perfil de intervenção progressista, reitera-se que a interpretação teve em consideração o risco da leitura simplista e redutora que seria analisar a problemática somente a partir de posicionamentos dicotómicos. Tal como referido no capítulo do estado da arte, existe um espectro de posicionamentos possíveis no que toca ao papel do bibliotecário na defesa intelectual, e as variantes não só dizem respeito a concepções diferentes do conceito “liberdade”, como estas concepções são maleáveis e permeáveis a contextos práticos de

situações concretas. Não se pretende fazer um diagnóstico absoluto, mas antes detetar a inclinação dos profissionais (convicções, reações, atitudes) consoante diferentes contextos.

Há uma clara adesão dos participantes ao paradigma da Biblioteconomia Social no sentido em que se identifica a biblioteca como um espaço “virado para fora”, extrovertido, e promotor de ideias (89,6%), e em que se relaciona o papel do bibliotecário com uma ação interventiva (68,8%) e de mediação ativa com todo o tipo de público (80,5%). Contudo, não se torna exatamente claro até que ponto esta adesão coincide com as ideias progressistas. Ainda que a identificação do papel do bibliotecário como agente de mudança seja evidente, não há consenso se esta ação passa pelo ativismo: 44,2% considera que o bibliotecário deve ter um papel de ativismo social, contrapondo com 29,9% que discorda, e ainda com 26% que não tem uma opinião fechada sobre o assunto. O mesmo tipo de cisão surge quando é colocado em causa o posicionamento das bibliotecas públicas face a problemas sociais sob debate, quando os 53,2% que defendem que as bibliotecas públicas devem defender causas sociais, são seguidos de perto pelos 46,8% que consideram que se deve manter imparcial. A adesão a uma sensibilidade progressista surge quando 74% dos participantes relata relutância na cedência do espaço para um evento em que seria apresentado um livro com conteúdos identificado como discurso de ódio.

Quando as questões são relativas ao acesso à informação (QIQ9, QIQ10, QIQ13), a maioria das respostas remete para uma identificação com a postura neutral de não interferência. Aliás, o grupo de respostas que reúne maior consenso (94,8%) é relativo à QIQ13, revelando uma forte adesão à postura *laissez faire* no que toca à disponibilização de informação quando está em causa o material em formato livro, já pertencente à coleção da biblioteca, mesmo que este contenha informação que possa ser questionável (no exemplo proposto tratava-se de conteúdos racistas).

No que toca ao entendimento partilhado sobre o que significa ser neutro, 62,3% concorda com a definição «Ser objetivo no fornecimento de informação». Também neste ponto há uma consonância com a literatura científica. No estudo de Scott e Saunders (2021) a mesma opção de resposta reuniu uma maioria de 68% (Scott & Saunders, 2021, p. 158). Divergindo do estudo de inspiração, optou-se por incluir uma opção de resposta que contestasse a noção de neutralidade, recolhendo assim uma perspetiva que passaria despercebida de outra forma. 13% da amostra considera que «é impossível ser-se neutro».

Considerando estes resultados, podemos afirmar que se reúnem tendências gerais nas respostas suficientes para desenhar uma identidade comum ao nível da cultura profissional. Esta identidade caracteriza-se pela forte adesão ao paradigma da Biblioteconomia Social, na qual a figura do bibliotecário é concebida enquanto agente de mudança. No entanto, ainda que haja uma parte significativa que conceba o plano de ação do bibliotecário nos termos propostos pelo movimento da Biblioteconomia Crítica, esta não é a visão partilhada pela maioria dos profissionais. Ao analisar a proveniência das respostas alinhadas com a sensibilidade progressista, verificou-se que estas provêm dos participantes mais jovens. Do grupo com idades até aos 40 anos, 76,9% respondeu que as bibliotecas públicas devem defender causas de justiça social, um valor significativamente superior aos 46,8% da amostra total. Do mesmo grupo etário, 69,2% concorda que o bibliotecário tem um papel de ativismo social, contrastando mais uma vez com o valor inferior aos 44,2% da totalidade da amostra. Estes dados permitem formular a hipótese que as ideias progressistas do campo biblioteconomia são uma tendência em ascensão no universo da Rede BLX.

Outro traço identitário da cultura profissional é a adoção de uma postura neutro-liberal no que toca à disponibilização da informação e às questões da gestão da coleção. A postura “tradicional” de tornar acessível qualquer tipo de informação sem restrições está amplamente representada nos profissionais da Rede BLX, assim como a convicção de que a interpretação e a avaliação de conteúdos são da competência do utilizador. No entanto, foi também constatado o reconhecimento do papel do bibliotecário como mediador de leitura. Ou seja, os profissionais vêem-se como agentes de mediação da experiência de leitura (no sentido lato), e em certa medida podem até ter um papel de ativismo social. De que forma se conciliam estes dois dados? A comparação entre as respostas dadas às QIQ12 e QIQ13 poderão ser elucidativas da nuance que justifica esta aparente contradição. Na QIQ12, 74% dos participantes respondem em massa que se sentiriam relutantes em ceder o espaço da biblioteca para a apresentação de um livro que contém ideias de ódio; ao mesmo tempo, na QIQ13 declaram que não retirariam um livro com o mesmo tipo de ideias que já pertencesse à coleção. Aquilo que difere uma situação da outra está relacionada com a questão da promoção, ou da divulgação explícita de ideais. Há uma diferença substancial entre manter na coleção um livro que tem ideias danosas e a permissão de um evento que promova ideias danosas. É neste sentido que se poderá explicar o posicionamento neutro relativo à procura de informação pelo utilizador,

em simultâneo com a postura atenta à informação que se divulga de forma ativa. Uma das profissionais entrevistadas alude a esta maneira de estar quando declara que «Faz sentido ter um exemplar do *Mein Kampf* na biblioteca, mas não faria sentido ter vinte». A biblioteca tem de conciliar a disponibilização de conteúdos que possam ser, no limite, antidemocráticos, numa atitude de boa-fé e de não negação ao utilizador do seu direito de coleta e interpretação de informação. Ao mesmo tempo, ou precisamente por este motivo, tem um papel acrescido a mediação de leitura, para fornecer recursos que reforcem competências de literacia e fomentem atitudes democráticas.

CONCLUSÃO

Em termos teóricos, este trabalho procurou fazer o levantamento do discurso atual em torno de um dos principais valores, não só da biblioteconomia, mas da democracia – o da liberdade intelectual. A exploração deste tópico pretendeu também evidenciar a relação simbiótica entre uma e outra, explorando o papel fundamental que o bibliotecário e outros profissionais da informação podem ter na manutenção do estado democrático, especialmente em momentos em que este pode estar sob ameaça. A democracia não se reduz à contagem dos votos, mas depende antes de uma participação informada, esclarecida e consciente.

Em termos práticos, face ao fenómeno de aumento de contestações nas bibliotecas públicas, sejam relativas a materiais ou a atividades programáticas, e face ao surgimento de episódios de ataque ao livro e às ideias por parte de grupos políticos, a presente investigação propôs-se à averiguação de repercussões deste fenómeno numa amostra de bibliotecas portuguesas, observando o caso da Rede BLX. Analisou-se também a cultura profissional à luz das propostas atualmente discutidas na área de LIS sobre a postura do bibliotecário na defesa da liberdade intelectual.

Antes de se apresentar, de forma sumária, a resposta aos objetivos estabelecidos, deixam-se algumas considerações sobre as limitações do estudo. Em termos de revisão de literatura, houve algumas limitações na recolha de dados a dois níveis. O primeiro prende-se com a proveniência geográfica, que na sua maioria provém dos EUA. Em futuros estudos, a adaptação das chaves de pesquisa para a recuperação de produção científica em línguas que não o inglês poderá ser útil para o reconhecimento comparado do fenómeno do aumento de contestações nas bibliotecas, que terá obviamente especificidades ao nível nacional. A segunda limitação diz respeito ao recurso a uma única base de dados. A revisão de literatura científica foi feita como método de exploração e reconhecimento de temáticas de estudo prévias à investigação de campo. No entanto, e uma vez que o objeto de estudo é um fenómeno em ascensão, justificar-se-ia no futuro uma revisão sistemática com recurso a outras bases de dados, para uma compreensão mais transversal e profunda.

Quanto aos instrumentos de recolha de dados, há também alguns aspetos a assinalar. O primeiro prende-se com as entrevistas aos funcionários: por questões de logística, não foi possível conduzir algumas entrevistas de forma privada uma vez que

nem sempre existia um espaço disponível para este efeito. Em três equipamentos, as entrevistas individuais foram feitas em espaços de trabalho comum. Ainda que se tenha tentado minimizar o fator da observação externa dentro dos possíveis, este poderá ter condicionado algumas das respostas de teor pessoal, nomeadamente a Q8 («Se houvesse uma contestação de material, retiraria o material do espaço de origem até que a questão fosse avaliada por um superior?»), a Q9 («Acha que há conteúdos potencialmente sensíveis que não devam estar na biblioteca pública?»), a Q10 («Já teve colegas que tenham expressado a opinião de que determinados conteúdos não deveriam estar na biblioteca pública?»), e a Q11 («Já testemunhou situações em que um material tenha sido removido do espaço de acesso direto devido ao seu conteúdo?»).

Relativamente ao inquérito por questionário, percebeu-se, no momento da análise dos dados, que algumas questões poderiam ter sido mais bem formuladas. A QIQ6 «Acha que o/a bibliotecário/bibliotecária deve ter um papel de ativismo social?» pretendia estabelecer a diferenciação entre uma postura interventiva e uma ativista, significando a segunda uma identificação politizada. No entanto, a associação do ativismo à politização, que surge frequentemente na literatura, poderá não ser intuitiva para os profissionais. Também na QIQ9, como já referido, faltou um enquadramento mais claro de uma das opções de resposta: quando se refere a promoção de “perspetivas que possam ter menor representação” não especifica o problema da sub-representação de minorias sociais em situação de desigualdade.

Antes de se responder à pergunta de partida da investigação, apresenta-se um sumário das respostas aos três objetivos específicos já abordados no capítulo anterior.

Quanto ao grau de preparação para situações de contestação de materiais, verificou-se não existirem recursos e vias específicas ao seu tratamento, o que pode ser justificado pela quase total inexistência de casos desta natureza no passado, que tenham assumido a forma de uma reclamação formal por escrito. No entanto, e apesar de não terem sido dinamizadas formações neste contexto, é notória uma conformidade geral na postura dos profissionais, na resposta a reclamações que visem contestar a presença de conteúdos na biblioteca, o que é um dado bastante positivo, uma vez que é um indicador de que os utilizadores recebem o mesmo tipo de resposta em diferentes bibliotecas, assegurando uma abordagem e imagem de coesão transversal.

Relativamente à existência de casos de contestação de materiais ou outros produtos da biblioteca por parte dos utilizadores, apurou-se que 44% dos profissionais já

experienciou pelo menos uma vez este tipo de situação. No entanto, para a grande maioria dos profissionais foram questões circunstanciais não assinaláveis. Foi nos serviços infantis que se detetou maior frequência nas contestações e nas coleções especializadas, como a coleção feminista Ana Castro Osório, e em atividades ou programas relacionados com conteúdos sexuais, como a distribuição de preservativos ou o Clube de Leitura LGBTI+. Quanto a ações de protesto coletivas, como a que aconteceu em Vila Franca de Xira, que encaixa nos moldes da tentativa de censura, também não foram detetadas. No entanto, encara-se com gravidade a sinalização da bibliotecária de mediação de leitura infantil nos canais de comunicação do grupo Habeas Corpus.

Sobre a análise da cultura profissional relativa à orientação neutro-liberal ou interventiva-progressista, verificou-se que há uma adesão à figura do bibliotecário como agente de mudança (interventivo, mediador), mas não necessariamente nos termos estipulados pela Biblioteconomia Crítica. Existe uma parte significativa que reconhece ao bibliotecário o papel de ativista, e que vê a Biblioteca Pública como defensora de causas sociais, mas não é uma orientação maioritária. A sensibilidade progressista e ativista poderá ser uma tendência, por estar presente sobretudo nas respostas dos participantes mais jovens, mas esta dedução só poderá ser confirmada por futuros estudos. Outro aspeto revelador da cultura profissional da amostra é a alteração da tendência interventiva para a de neutralidade quando se trata de questões relacionadas com a disponibilização da informação ao utilizador. Os resultados, de acordo com a interpretação feita, sugerem que os profissionais diferenciam a disponibilização e a promoção da informação: a biblioteca pública deve disponibilizar a informação mesmo que esta seja questionável de um ponto de vista “moral”, mas deve ser seleta no tipo de informação que promove. É neste sentido que se explica o raio de ação interventiva e mediadora do bibliotecário.

Com estes dados, impõe-se a resposta à pergunta de partida: tendo em conta o fenómeno internacional de aumento de casos de contestação de materiais nas bibliotecas, será possível detetar repercussões nas bibliotecas da Rede BLX?

O fenómeno não está presente em termos quantitativos quando se faz o balanço da frequência com que ocorrem situações de contestação de produtos das bibliotecas. No entanto, é possível argumentar a manifestação deste fenómeno em termos qualitativos, isto é, as poucas contestações existentes correspondem, em natureza, às observadas internacionalmente, podendo assim ser identificadas como parte do mesmo movimento,

quer em termos de conteúdos contestados, quer na afiliação política dos grupos/ideologia das pessoas que contestam. Em suma, há um baixo nível de ocorrências, mas uma correspondência na tipologia das contestações. Pesando estes dois dados, avança-se, como hipótese a investigar futuramente, que as bibliotecas municipais de Lisboa se encontram a viver uma fase preliminar do fenómeno internacional de aumento de casos de contestação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABF. (2020). Code de déontologie des bibliothécaires. Association des Bibliothécaires de France. <https://www.abf.asso.fr/6/46/78/ABF/code-de-deontologie-des-bibliothecaires>
- Acesso Cultura. (2024). Censura em democracia: Porquê os livros? E como? – Acesso Cultura. Obtido 11 de dezembro de 2024, de <https://acessocultura.org/censura-em-democracia-porque-os-livros/>
- Adams, A., & Goldbard, D. (1995). Cultural Democracy: Introduction. <http://www.wgcd.org/cd2.html>
- Ademodi, O. I. (2011). CENSORSHIP ISSUE IN LIBRARIANSHIP: ANALYSIS AND THE WAY FORWARD.
- Agência Lusa. (2024, março 15). Número de livros censurados está a crescer: Sector livreiro mundial lança declaração de apoio à liberdade de expressão. Expresso. <https://expresso.pt/cultura/Livros/2024-03-15-Numero-de-livros-censurados-esta-a-crescer-sector-livreiro-mundial-lanca-declaracao-de-apoio-a-liberdade-de-expressao-65874224>
- ALA. (2006). *Library Bill of Rights* [Text]. Advocacy, Legislation & Issues. <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill>
- ALA. (2019). *Library Bill of Rights* [Text]. Advocacy, Legislation & Issues. <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill>
- ALA. (2022). Terms and Definitions Related to Intellectual Freedom & Censorship.
- ALA. (2024). American Library Association reports record number of unique book titles challenged in 2023 | ALA. <https://www.ala.org/news/2024/03/american-library-association-reports-record-number-unique-book-titles>
- ALA-ACRL. (2015). Keeping Up With... Critical Librarianship | Association of College and Research Libraries. https://www.ala.org/acrl/publications/keeping_up_with/critlib
- ALA-RRT. (2020). Aberta a Todas as Pessoas: Servir a Comunidade LGBTI na Sua Biblioteca (A. Macedo, Trad.). https://blx.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2020/12/aberta-a-todas-as-pessoas_brochura_web.pdf
- Almeida, N. (2018). Interrogating the Collective: #Critlib and the Problem of Community. CUNY Academic Works.
- Alvarez, B. A. (2023). Sexual and Reproductive Health Information and Services in Public Libraries: A National Survey of Public Library Professionals. *Public Library Quarterly*. Scopus. <https://doi.org/10.1080/01616846.2023.2187182>
- Amado, J. (2014). Manual de investigação qualitativa em educação (2a). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0879-2>

- Amaral Santos, J., & Borga, M. (2023, setembro 29). Visão | Grupos anti-LGBT voltam a protestar contra livro «No Meu Bairro» na Fundação Saramago (com vídeo). Visão. <https://visao.pt/actualidade/sociedade/2023-09-29-grupos-anti-lgbt-voltam-a-protestar-contr-livro-no-meu-bairro-desta-vez-a-porta-da-fundacao-saramago/>
- American Libraries. (2018). Highlights from the Midwinter President’s Program. ALA, 49(6), 32–39.
- BAD. (2021). Código de Ética para os Profissionais de Informação—BAD. <https://bad.pt/download/codigo-de-etica/>
- Barbieri, N. (2015). A legitimidade das políticas culturais: Das políticas do acesso às políticas do comum. Políticas Culturais para o Desenvolvimento. ARTEMREDE.
- Barreto, A., de Paiva, J., Santos, C., Correia, L., Guimarães, E., & Pinto, L. G. (2008). A gestão por processos e a aposta nas pessoas no Serviço de Aquisições e Tratamento Técnico da Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa.
- Barros, F., Kish, I., Moltmann, L., & Silvestre, S. (2023). Rough Guide to Citizen Engagement In Public Libraries. Publications Office of the European Union.
- Berlin, I. (1958). Two concepts of liberty: An inaugural lecture delivered before the University of Oxford on 31 October 1958. Clarendon Press.
- BOP Consulting Editorial team. (2018). World Cities Culture Report 2018. https://www.into.org/app/uploads/2020/11/181108_WCCR_2018_Low_Res.pdf
- Bourgard, J. G. H., José Alves, Joana. (2024, novembro 29). *Vinte e um casos, 12 participados pela PSP: Grupo de extrema-direita continua a atacar quem pensa diferente*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/11/29/sociedade/noticia/vinte-casos-12-participados-psp-grupo-extremadireita-continua-atacar-pensa-diferente-2113721>
- Brinkhoff, T. (sem data). Lisboa (Municipality, Portugal)—Population Statistics, Charts, Map and Location. City Population. Obtido 14 de fevereiro de 2024, de https://www.citypopulation.de/en/portugal/lisboa/admin/1711106__lisboa/
- Byrne, A. (2018). Democracy and libraries: Symbol or symbiosis? *Library Management*, 39(5), 284–294. <https://doi.org/10.1108/LM-09-2017-0088>
- Calixto, J. A. (2007). *Bibliotecas para a Vida Literacia, Conhecimento, Cidadania*. Edições Colibri.
- Câmara Municipal Lisboa. (2017). Atlas Social de Lisboa. https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Atlas_20Social_20de_20Lisboa_Apresenta_c3_a7_c3_a3o_23-06-2017_20-_20Soc_20Geografia_01.pdf
- Câmara Municipal Lisboa. (2019). Brochura Rede de Bibliotecas Lisboa: Missão, Visão, Valores. https://blx.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2020/03/BLX_Missao_Visao_Valores_por_eng-1.pdf

- Câmara Municipal Lisboa. (2023). Recolha de memórias locais: Manual de suporte à implementação da metodologia. https://blx.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2024/05/Manual-completo_MEMORIAS-LOCAIS-digital_versao-reduzida.pdf
- Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Cultura, & Divisão de Rede de Bibliotecas. (2012). *Programa Estratégico Biblioteca XXI: proposta de requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa*.
- Câmara Municipal Lisboa, Direção Municipal de Cultura, & Divisão de Rede de Bibliotecas. (2016). *Medidas de desempenho da Rede de Bibliotecas de Lisboa—Portal Dados Abertos*. <https://dados.cm-lisboa.pt/dataset/medidas-de-desempenho-da-rede-de-bibliotecas-de-lisboa-1>
- Câmara Municipal Lisboa, & Direção Municipal da Cultura. (2018). Relatório de Atividades Direção Municipal de Cultura 2018 (E. Guimarães, Ed.). Câmara Municipal de Lisboa.
- Carlton, A. (2018, junho 1). Are Libraries Neutral? *American Libraries Magazine*. <https://americanlibrariesmagazine.org/2018/06/01/are-libraries-neutral/>
- Casimiro, F. (2018). Gestão por Processos na Rede de Bibliotecas de Lisboa. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- Casimiro, F., Silva, C. G. D., & Proença, M. C. (2020). Modelos Organizacionais das Bibliotecas Municipais de Lisboa. Páginas a&b: Arquivos & Bibliotecas, especial, 105–126. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag2020a8>
- Cerqueira, M. (2017). A «Nova Biblioteconomia» na cidade de Lisboa: Estudo de caso sobre a biblioteca pública Orlando Ribeiro. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- CGCLU. (2015). Cultura 21: Ações. CGLU.
- Childs, L. (2017). To uphold and resist: Protecting intellectual freedom through progressive librarianship. *Serials Librarian*, 73(1), 58–67. Scopus. <https://doi.org/10.1080/0361526X.2016.1270248>
- Chiu, A., Ettarh, F., & Ferretti, J. (2021). Not the Shark, But the Water: How Neutrality and Vocational Awe Intertwine to Uphold White Supremacy. Em *Knowledge Justice: Disrupting Library and Information Studies Through Critical Race Theory*. The MIT Press.
- CILIP. (2018). Ethical Framework Commitment to Professional Ethics by CILIP Members. https://cdn.ymaws.com/www.cilip.org.uk/resource/resmgr/cilip/policy/new_ethical_framework/cilip_s_ethical_framework.pdf
- CILIP. (2023). Managing safe and inclusive public library services: A Practical Guide. Obtido 29 de novembro de 2024, de <https://www.cilip.org.uk/page/safe-and-inclusive-guide>

- Cillizza, C. (2021, agosto 30). Analysis: Here's Donald Trump's most lasting, damaging legacy | CNN Politics. CNN. <https://www.cnn.com/2021/08/30/politics/trump-legacy-fake-news/index.html>
- CNN Brasil. (3, março 24). Diretora critica livro “O Averso da Pele” e alega “vocabulários de tão baixo nível” | CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/diretora-critica-livro-o-avesso-da-pele-e-alega-vocabularios-de-tao-baixo-nivel/>
- Costa, P. (Ed.). (2015). Políticas Culturais para o Desenvolvimento: Conferência ARTEMREDE.
- Creswell, J. W. (2014). Research Design Qualitative, Quantitative, And Mixed Methods Approaches (4th ed.). Sage Publications. <https://archive.org/details/methodology-alobatic-libraries-creswell/page/n3/mode/2up?q=data+collection>
- Cuong Nguyen, L., Partridge, H., & Edwards, S. L. (2012). Towards an understanding of the participatory library. *Library Hi Tech*, 30(2), 335–346. <https://doi.org/10.1108/07378831211239997>
- Duarte, M. (2019). A «Biblioteca Relacional» na cidade de Lisboa: Estudo de caso sobre a Biblioteca Pública Palácio Galveias. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Enguix, S. (2023, setembro 28). Así son los libros LGTBI «escandalosos» que Vox ha ocultado a los niños en la biblioteca de Burriana. *La Vanguardia*. <https://www.lavanguardia.com/local/valencia/20230928/9259610/libros-lgtbi-escandalosos-vox-ocultado-ninos-biblioteca-burriana.html>
- Estrela, G. (2024, março 8). Entenda polêmica em torno de “O Averso da Pele”, censurado em escolas. *Metropóles*. <https://www.metropoles.com/brasil/entenda-polemica-em-torno-de-o-avesso-da-pele-censurado-em-escolas>
- Figueiredo, F. E., & Proença, M. C. (2007). Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa: Considerações sobre a gestão de colecções.
- Francoeur, S. (2006). McCarthyism and Libraries: Intellectual Freedom Under Fire, 1947-1954.
- Gaffney, L. M. (2012). INTELLECTUAL FREEDOM AND THE POLITICS OF READING: LIBRARIES AS SITES OF CONSERVATIVE ACTIVISM, 1990-2010.
- Gardner, G. J. (2022). Intellectual freedom and alternative priorities in library and information science research: A longitudinal study. *IFLA Journal*, 48(3), 383–398. Scopus. <https://doi.org/10.1177/03400352211061176>
- Gaspar, I., & Silvestre, S. (2018a). O Modelo de Gestão Partilhada da Rede de Bibliotecas de Lisboa. 13.o Congresso Nacional BAD.

- Gaspar, I., & Silvestre, S. (2018b). Reforma Administrativa de Lisboa: O Modelo de Gestão Partilhada da Rede de Bibliotecas de Lisboa. 13.o Congresso Nacional BAD: Sustentabilidade e transformação.
- Gayshun, I. V. (2016). Access and Opportunity for All. How Libraries Contribute to the United Nations 2030 Agenda. *Bibliotekovedenie [Library and Information Science]*, 65(4), 445–450. <https://doi.org/10.25281/0869-608X-2016-65-4-445-450>
- Gómez-Díaz, R., & García-Rodríguez, A. (2023). La censura en bibliotecas públicas y escolares y activismo bibliotecario contra los libros prohibidos. *Anuario ThinkEPI*, 17. <https://doi.org/10.3145/thinkepi.20232.e17a37>
- Gorman, M. (2015). *Our Enduring Values Revisited*. ALA Editions.
- Hammonds, W. (2023). Culture and democracy—How citizens’ participation in cultural activities enhances civic engagement, democracy and social cohesion. European Commission. https://migrant-integration.ec.europa.eu/library-document/culture-and-democracy-evidence_en
- Hussain, A. (2019). Theorising Post-Truth: A Postmodern Phenomenon. *Journal of Comparative Literature and Aesthetics*, Vol. 42(No. 1).
- IFLA. (2012). CÓDIGO DE ÉTICA DA IFLA PARA BIBLIOTECÁRIOS E OUTROS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO. <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>
- IFLA. (2019). IFLA Statement on Censorship. IFLA. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/2633>
- IFLA. (2024). IFLA TREND REPORT UPDATE 2023. IFLA. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/3233>
- IFLA. (2024). Call for Chapters «New Frontiers on Freedom of Expression: Global Perspectives on Censorship». Obtido 29 de novembro de 2024, de <https://www.ifla.org/news/call-for-chapters-new-frontiers-on-freedom-of-expression-global-perspectives-on-censorship/>
- IFLA/FAIFE. (1999). Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual.
- IFLA-UNESCO. (2022a). Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. IFLA. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/2187>
- IFLA-UNESCO. (2022b). The IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022. IFLA. <https://www.ifla.org/public-library-manifesto/>
- II DIAGNÓSTICO SOCIAL DE LISBOA 2015-2016. (2016). Rede Social Lisboa. <https://www.am-lisboa.pt/documentos/1518709936A8sST5fr2Qg86FJ5.pdf>
- IPA. (2024, março 14). International organisations for authors, publishers, booksellers and libraries call for key freedoms to be respected. International Publishers

- Association. <https://internationalpublishers.org/international-organisations-for-authors-publishers-booksellers-and-libraries-call-for-key-freedoms-to-be-respected/>
- Knox, E. J. M. (2014a). Society, institutions, and common sense: Themes in the discourse of book challengers in 21st century United States. *Library and Information Science Research*, 36(3–4), 171–178. Scopus. <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2014.06.003>
- Knox, E. J. M. (2014b). Supporting Intellectual Freedom: Symbolic Capital and Practical Philosophy in Librarianship. *The Library Quarterly*, 84(1), 8–21. <https://doi.org/10.1086/674033>
- Knox, E. J. M. (2019). Silencing Stories: Challenges to Diverse Books. *International Journal of Information, Diversity and Inclusion*, 3(2), 24–39. Scopus. <https://doi.org/10.33137/ijidi.v3i2.32592>
- Lankes, R. D. (2008). The Ethics of Participatory Librarianship. *Journal of Library Administration*, 47(3–4), 233–241. <https://doi.org/10.1080/01930820802186555>
- Lankes, R. D. (2011). *The atlas of new librarianship*. MIT Press.
- LaRue, J. (2023). *On Censorship: A Public Librarian Examines Cancel Culture in the US*. Fulcrum Publishing.
- Leitão, P. (2014). *A Biblioteca 2.0 e as Bibliotecas Públicas: O caso português (1o vol.) = Library 2.0 and Public Libraries: the portuguese case*. Unpublished. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4109.3523>
- Lor, P. J. (2018). Democracy, information, and libraries in a time of post-truth discourse. *Library Management*, 39(5), 307–321. <https://doi.org/10.1108/LM-06-2017-0061>
- Macdonald, S. (2023). Intellectual freedom and social responsibility in library and information science: A reconciliation. *Journal of Librarianship and Information Science*, 096100062311607. <https://doi.org/10.1177/09610006231160795>
- Malpas, J. (1992). RETRIEVING TRUTH: Modernism, Post-modernism and The Problem of Truth. *Soundings: An Interdisciplinary Journal*, 75, 287–306.
- Mangas, S. F. A. (2010). *Os Limites da Tolerância: Censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas*. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- Matarasso, F. (2023, junho 18). Cultural democratisation and cultural democracy – a critical distinction. François Matarasso. <https://arestlessart.com/2023/06/18/cultural-democratisation-and-cultural-democracy-a-critical-distinction/>
- Mathiasson, M., & Jochumsen, H. (2021). Working for a better world: The librarian as a change agent, an activist and a social entrepreneur.

- Matos, Á. D., Barreto, A., Casimiro, F., & Guimarães, E. (2010). ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A GESTÃO DAS COLEÇÕES NA REDE MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DE LISBOA. DIVISÃO DE GESTÃO DE BIBLIOTECAS.
- McCook, K. de la P., & Bossaller, J. S. (2018). Introduction to public librarianship (Third edition). ALA Neal-Schuman.
- McCook, K. de la P., & Myers, M. (1997). Opportunities in library and information science careers. VGM Career Horizons.
- Moody, K. (2005). Covert censorship in libraries: A discussion paper. *The Australian Library Journal*, 54(2), 138–147. <https://doi.org/10.1080/00049670.2005.10721741>
- Município de Lisboa. (2018). Despacho n.º 8499/2018 | DR. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/8499-2018-116273757>
- Nascimento, E. C. do. (2018). Repressão e censura nas bibliotecas universitárias brasileiras: Efeitos do index da ditadura militar nos acervos do atual SIBIUFS. <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9695>
- Navarro, N. (2023, julho 12). Vox anula en Burriana la suscripción a «Cavall Fort» y varias revistas en catalán porque “promueven el separatismo”. *La Vanguardia*. <https://www.lavanguardia.com/local/valencia/20230712/9103874/vox-anula-burriana-suscripcion-revistas-promueven-separatismo-catalan.html>
- Nogueira, I. (2023). Queer Fear: O lugar da comunidade LGBTI+ na Biblioteca Municipal de Sintra. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Nyby, M. J., Hill, H., & Ellis, R. H. (2023). A Failure to Communicate: Assessing the Low Rate of Materials Challenge and Censorship Reporting Among Canadian Public Libraries. *Public Library Quarterly*. Scopus. <https://doi.org/10.1080/01616846.2023.2254883>
- Nye, V. (2017). Intellectual Freedom as a Human Right: The Library’s Role in a Democratic Society. *BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentacion*, 2017,39. <https://doi.org/10.1344/BiD2017.39.16>
- Ochôa, P. (2023, outubro 23). Activist Librarianship. Future of Europe for Public Libraries, Lisboa.
- Oliveira, A. N. D., & Castro, J. L. D. (2017). Entre a censura e a disseminação: Uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, 7, 31–50. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag7a3>
- Oliveira Martins, I., & Rogado, R. (2024, abril 8). Passos Coelho apresenta livro com manifestantes à porta e palavras de ordem. *SIC Notícias*. <https://sicnoticias.pt/video/2024-04-08-Passos-Coelho-apresenta-livro-com-manifestantes-a-porta.-de-cara-tapada-e-gritos-de-ordem-27738dd0>

- Oltmann, S. M. (2016a). "For All the People": Public Library Directors Interpret Intellectual Freedom. *The Library Quarterly*, 86(3), 290–312. <https://doi.org/10.1086/686675>
- Oltmann, S. M. (2016b). Public Librarians' Views on Collection Development and Censorship. *Collection Management*, 41(1), 23–44. Scopus. <https://doi.org/10.1080/01462679.2015.1117998>
- Oltmann, S. M., Peterson, C., & Knox, E. J. M. (2017). Analyzing Challenges to Library Materials: An Incomplete Picture. *Public Library Quarterly*, 36(4), 274–292. <https://doi.org/10.1080/01616846.2017.1324233>
- Oltmann, S. M., Samek, T., & Cooke, L. (2022). Intellectual freedom: Waving and wavering across three national contexts. *IFLA Journal*, 48(3), 439–448. <https://doi.org/10.1177/03400352221085294>
- Pais, J. M., Magalhães, P., & Antunes, M. L. (2022). Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020.
- PEN America. (2023a, setembro). School Book Bans: The Mounting Pressure to Censor. PEN America. <https://pen.org/report/book-bans-pressure-to-censor/>
- PEN America. (2023b, setembro 21). Banned Book List: 3,362 Books Banned in 2022-2023. PEN America. <https://pen.org/2023-banned-book-list/>
- Pereira, Â. S. (2012). Bibliotecas públicas, resiliência organizacional e evolução concetual.
- Pinto, L. G., Silva, P., & Eunice, F. (2007). Melhorar e promover o valor da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa: Uma abordagem centrada na avaliação do desempenho (2003-2006).
- Pinto Pereira, I. (2023, setembro 23). Livro infantil com linguagem inclusiva alvo de protesto. Autora diz ser "censura" | Público. <https://www.publico.pt/2023/09/23/culturaipilon/noticia/livro-infantil-linguagem-inclusiva-alvo-protesto-autora-censura-2064389>
- Pitarch, M. (2023, setembro 28). Un informe de la biblioteca de Burriana avala mantener en el área juvenil los libros LGTBI que quiere apartar un concejal de Vox. *El País*. <https://elpais.com/espana/comunidad-valenciana/2023-09-28/un-informe-de-la-biblioteca-de-burriana-avala-mantener-en-el-area-juvenil-los-libros-lgtbi-que-quiere-apartar-un-concejal-de-vox.html>
- PLG. (2017). PLG | Ten Point Program. <http://www.progressivelibrariansguild.org/content/10-point.shtml>
- PLG. (2022). PLG | PLG's history. <http://www.progressivelibrariansguild.org/content/history.shtml>
- Powell, M. (2021, dezembro 10). In Texas, Panic Over Critical Race Theory Extends to Bookshelves. *The New York Times*.

<https://www.nytimes.com/2021/12/10/us/texas-critical-race-theory-ban-books.html>

- Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. (2021). Carta do Porto Santo— A cultura e a promoção da democracia: Para uma cidadania cultural europeia. Conferência do Porto Santo.
- Public Libraries 2030. (2030). FEPL Democracy camp in Lisbon | Public Libraries 2030. Obtido 11 de dezembro de 2024, de <https://publiclibraries2030.eu/2023/11/fepl-democracy-camp-in-lisbon/>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva.
- Reitz, J. M. (2004). Online dictionary for library and information science (1–1 online resource). Libraries Unlimited; WorldCat. http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_A.aspx
- Revez, J., & Corujo, L. (2022). Infodemic, disinformation and fake news: The role of libraries in Post-Truth Society. Boletim Do Arquivo Da Universidade de Coimbra.
- Revez, J., & Corujo, L. (2021). Librarians against fake news: A systematic literature review of library practices (Jan. 2018–Sept. 2020). *The Journal of Academic Librarianship*, 47(2), 102304. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102304>
- Rosenzweig, M. (2000). PLG | What progressive librarians believe. <http://www.progressivelibrariansguild.org/content/Vienna2000.shtml>
- RTP. (2024, junho 22). Extrema-direita procura impedir apresentação de um livro. RTP Notícias. https://www.rtp.pt/noticias/pais/extrema-direita-procura-impedir-apresentacao-de-um-livro_v1581038
- Sá Santos, A. (2023). É permitido proibir. Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, N.º 14 (2023): Comunidades e Profissionais para o Futuro: Agir Hoje. <https://doi.org/10.48798/CONGRESSOBAD.2914>
- Santos, A. S. (2023). É permitido proibir: Questões de censura nas Bibliotecas. Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 14, Artigo 14. <https://doi.org/10.48798/congressobad.2914>
- Santos, J. P., Rita Pereira Carvalho, Miguel Pereira. (2024, outubro 10). Grupo de extrema-direita quis interromper apresentação de livro da AMPLOS, mas foi impedido de entrar. PSP esteve no local. Observador. Obtido 8 de dezembro de 2024, de <https://observador.pt/2024/10/10/grupo-de-extrema-direita-quer-interromper-apresentacao-de-livro-da-amplos/>
- Santos, S., Veiga, M. J., Fernandes, P., Santos, C., Seixas, L., Pinto, L. G., & Eunice, F. (2007). A melhoria contínua como foco estratégico: A experiência do Serviço de Aquisições e Tratamento Técnico da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa.

- Scott, D., & Saunders, L. (2021). Neutrality in public libraries: How are we defining one of our core values? *Journal of Librarianship and Information Science*, 53(1), 153–166. <https://doi.org/10.1177/0961000620935501>
- SEDIC. (2013). CÓDIGO DE ÉTICA PARA BIBLIOTECARIOS Y PROFESIONALES DE LA INFORMACIÓN EN ESPAÑA. <https://www.fesabid.org/wp-content/uploads/repositorio/codigo-etico-esp.pdf>
- Serra, S. M. S. (2022). O papel das bibliotecas públicas na inclusão social de refugiados e de requerentes de asilo na Área Metropolitana de Lisboa. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Shaffi, S. (2023, abril 20). Third of UK librarians asked to censor or remove books, research reveals. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/books/2023/apr/20/third-of-uk-librarians-asked-to-censor-or-remove-books-research-reveals>
- Silva, C. G. (2021). Investigação documental. Em *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações*.
- Steele, J. E. (2018). Censorship of Library Collections: An Analysis Using Gatekeeping Theory. *Collection Management*, 43(4), 229–248. <https://doi.org/10.1080/01462679.2018.1512917>
- Steele, J. E. (2021). Cases of Censorship in Public Libraries: Wichita Falls, TX. *Public Library Quarterly*, 40(2), 108–124. Scopus. <https://doi.org/10.1080/01616846.2019.1692324>
- Steele, J. E. (2023). Access to LGBTQ-Themed Children’s Materials. *JOURNAL OF INTELLECTUAL FREEDOM AND PRIVACY*.
- Tanus, G., & Silva, D. (2019). Biblioteconomia social, crítica e progressista: Mapeamento da produção científica nacional e internacional. 3.
- Taylor, K., & McMenemy, D. (2013). Censorship challenges to books in Scottish public libraries. *Journal of Librarianship and Information Science*, 45(2), 153–167. Scopus. <https://doi.org/10.1177/0961000611435254>
- UNESCO. (1949). *The Public Library: A Living Force for Popular Education*. <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/documents/unesco-public-library-manifesto-1949.pdf>
- Usherwood, B. (1999). *A Biblioteca Pública como Conhecimento Público. Caminho*.
- Vilelas, J. (2022). *Investigação: O Processo de Construção de Conhecimento (3a ed.)*. Sílabo.
- Wenzler, J. (2019). Neutrality and Its Discontents: An Essay on the Ethics of Librarianship. *Portal: Libraries and the Academy*, 19(1), 55–78. <https://doi.org/10.1353/pla.2019.0004>

Yin, R. K. (2018). Case study research and applications: Design and methods (Sixth edition). SAGE.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Guião do Inquérito por entrevista

Pergunta Principal	Pergunta de sequência	Categorias de resposta
Alguma vez experienciou uma situação em que o utilizador mostrou desagrado relativo ao conteúdo de algum material (livro, filme, revista...), ou atividade, ou material de divulgação da biblioteca?	Se sim, com que frequência?	
Conhece casos que tenham acontecido noutras bibliotecas em que algum utilizador tenha feito uma queixa relativa ao conteúdo de algum material/atividade?		
	No caso de já ter experienciado ou tomado conhecimento uma situação deste género, recorda-se se a queixa era relativa a...	<p>Inadequação do conteúdo a crianças/jovens;</p> <p>Conteúdos sexuais;</p> <p>Conteúdos racistas;</p> <p>Conteúdo sexista;</p> <p>Conteúdos violentos;</p> <p>Conteúdos de incentivo a más práticas/práticas ilegais;</p> <p>Linguagem imprópria;</p> <p>Outro tipo de conteúdo ofensivo;</p> <p>Ao autor do material.</p>
	A/s queixa/s do utilizador/es foram informais (meramente vocalizadas) ou ganharam a forma de uma queixa por escrito?	
Alguma vez teve formação sobre como lidar com reclamações relativas ao conteúdo de materiais/produtos da biblioteca?		
Se tivesse de lidar com uma reclamação relativa a conteúdos, que recursos de apoio teria à disposição?		
Se houvesse uma contestação de material, retiraria o material do espaço de origem até que a questão fosse avaliada por um superior?		
Acha que há conteúdos potencialmente sensíveis que não devam estar na biblioteca pública?		
Já teve colegas que expressaram a opinião que determinados conteúdos sensíveis não deviam estar na biblioteca pública?		
Já testemunhou situações em que um ou mais materiais tenham sido removidos?	Ou trocados de local na estante? Ou arrumados em zona sem acesso direto?	

APÊNDICE B – Formulário do inquérito por questionário

Secção 1 - Introdução	Objetivo: Compreender a orientação da cultura profissional dos funcionários da BLX no que toca à defesa da liberdade intelectual e da manutenção dos valores democráticos. As perguntas são feitas de modo a perceber uma sensibilidade/inclinação mais orientada ou para o paradigma “tradicional” (que entende que a defesa da liberdade é feita através da não-interferência), ou para o paradigma da biblioteconomia progressista (que pensa o papel do bibliotecário como agente de mudança).	
	Nota: Ao longo do questionário, quando se emprega a expressão "bibliotecário/a". Esta formulação engloba todas as pessoas que trabalhem nos serviços da biblioteca.	
	A duração aproximada do questionário é de 10 minutos.	
Secção 2 - Perfil	O presente questionário é anónimo, e não serão recolhidos dados pessoais como o nome ou o e-mail. No entanto, pedimos que preencha alguns dados estatísticos.	
	Indique a sua idade	<input type="checkbox"/> <30 <input type="checkbox"/> 31-40 <input type="checkbox"/> 41-50 <input type="checkbox"/> 51-60 <input type="checkbox"/> >60
	Indique o tempo de experiência nos serviços de biblioteca.	<input type="checkbox"/> <2 anos <input type="checkbox"/> 3-5 anos <input type="checkbox"/> 6-10 anos <input type="checkbox"/> 11-15 anos <input type="checkbox"/> 16-20 anos <input type="checkbox"/> 21-25 anos <input type="checkbox"/> 26-30 anos <input type="checkbox"/> >30 anos
	Neste momento trabalha...	<input type="checkbox"/> Num equipamento gerido pela Câmara Municipal <input type="checkbox"/> Num equipamento gerido pela Junta de Freguesia
	Indique a área da sua formação de base	

Secção 3 - Questionário	
1. A defesa da liberdade intelectual e do livre acesso à informação é uma das principais missões da Biblioteca Pública. Para garantir estes valores, acha que os profissionais da biblioteca devem ser...	Neutros, para não condicionar a experiência do utilizador. Interventivos, para conhecer as necessidades informacionais da sua comunidade.
2. Na sua opinião, as bibliotecas públicas devem...	Defender causas de justiça social. Ter uma posição imparcial e não tomar lados em questões sociais potencialmente polémicas.
3. Enquanto espaço de divulgação de conhecimento, vê mais a biblioteca como...	Reservatório de ideias. Promotor de ideias.
4. Um/a bibliotecário/a é neutro/a quando...	Não toma partido em questões sociais fraturantes. É objetivo no fornecimento de informação. Acho que é impossível ser-se neutro. Outra.
5. Se respondeu "Outra" na resposta anterior, explique brevemente a sua visão sobre o que é a neutralidade profissional.	
6. Acha que o/a bibliotecário/a deve ter um papel de ativismo social?	Sim. Não. Não tenho a certeza.
7. Considera que o/a bibliotecário/a tem um papel de mediação ativa na experiência de leitura dos utilizadores?	Sim, com todo o tipo de público. Sim, com o público infanto-juvenil. Não considero que deva ter um papel de mediação ativa.
8. Conhece as propostas do movimento da Biblioteconomia Progressista ou Biblioteconomia Crítica?	Sim. Não.
9. Uma coleção pluralista e o livre acesso à informação são contribuições diretas da Biblioteca Pública para a manutenção da democracia. Na sua opinião, qual a melhor estratégia para desenvolver uma coleção alinhada com os valores democráticos?	Promover conteúdos de todas as perspetivas de forma igualitária. Promover, com maior incidência, perspetivas que possam ter menor representação.
10. "É um direito dos utilizadores procurar e encontrar qualquer tipo e fonte de informação sem restrições". Concorda com a afirmação?	Sim. Não. Depende do tipo de informação.
11. Com qual dos conjuntos de valores se identifica mais:	Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Diversidade, Equidade, Inclusão.
12. Um grupo contacta a biblioteca pedindo a cedência de uma sala para o lançamento de um livro. Apercebe-se que o livro em questão tem conteúdos que podem ser identificados como discurso de ódio. Se fosse decisão sua aprovar o evento, como atuaria?	Os espaços da biblioteca devem estar à disposição de todos, independentemente da sua identidade ideológica. Tem dúvidas sobre aprovar o evento por considerar que a biblioteca não é o lugar para o lançamento do livro devido às ideias que promove.
13. Um utilizador identifica nas estantes um livro sobre o colonialismo português com ideias e linguagem racistas. A sua atitude seria:	Explicar que a biblioteca oferece todo o tipo de perspetivas e que cabe aos leitores fazerem o seu próprio processo de interpretação e avaliação dos conteúdos. Desaprovar o conteúdo e demonstrar vontade de o remover do espaço.
14. Um utilizador comenta consigo uma figura política polémica e pede-lhe opinião sobre a mesma. Independentemente de concordar ou não com a opinião do utilizador, a sua resposta seria:	Demonstrar-se imparcial. Dar a sua opinião.
15. Como foi para si responder ao questionário?	Senti facilidade em responder ao conteúdo das questões. Senti facilidade em responder ao conteúdo das questões.